Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A Ruella Ramos** Director-adjunto **José Cardoso Pires**

ANO 55.º/18747 4$00

QUARTA-FEIRA 23 ABRIL 1975

A campanha eleitoral termina à meia-noite

A campanha eleitoral termina oficialmente às 24 horas de hoje, depois de 22 dias de maciça propaganda dos 12 partidos concorrentes e com um reforço notório de concentrações populares (estádios, pavilhões desportivos, praças de touros) no passado fim-de-semana. Amanhã usará da palavra, às 12 horas, o Presidente da República, previsivelmente para falar do escrutínio de sexta-feira, enquanto a Comissão Nacional das Eleições aprazou também para amanhã, mas um pouco mais tarde (16 horas), uma comunicação ao eleitorado.

Entretanto a derradeira noite de campanha será assinalada por alguns grandes comícios de encerramento: do C.D.S. na Guarda, com Galvão de Melo; da F.E.C. (m-l) no Porto; da L.C.I. na mesma cidade, com Alain Krivine; do M.D.P./C.D.E. em Aveiro, Beja, Évora e Faro; do M.E.S. no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com Rossana Rossanda; do P.C.P. igualmente em Lisboa, no Estádio 1.º de Maio, com Álvaro Cunhal; do P.P.D. em Algés, com Francisco Pinto Balsemão; e do P.S. em Braga, com Salgado Zenha e Damaia, com Sottomayor Cardia.

Ao fim da manhã, num comunicado de última hora, a F.S.P. aconselhou os seus simpatizantes «e as massas populares» a procederem da seguinte forma nos círculos onde esta formação não concorre: voto nos partidos «que ao longo do processo revolucionário demonstraram estar ao lado da classe trabalhadora e apoiam firmemente o M.F.A.», e, nos casos em que se não sintam em condições de escolher um partido, pura e simplesmente o voto em branco. Este foi o segundo partido a advogar, embora só para certos casos, o voto em branco — o primeiro fora do M.E.S. No outro extremo encontra-se o P.P.D. e o P.S., opositores declarados da votação «branca», ideia que o M.F.A. lançou pouco depois do início da campanha com destino aos hesitantes.

(Noticiário nas páginas anteriores)

Uso de emblemas nas assembleias de voto

A Comissão Nacional de Eleições apreciou na sua sessão de ontem vários problemas e queixas postos à sua consideração. A CNE manifestou-se ainda no sentido de que é vedado aos elementos das mesas das assembleias ou secção de voto o uso de emblemas partidários. Tal proibição — afirma ainda — não é extensiva aos deleegados de listas e aos próprios eleitores.

Relativamente a este último ponto, uso de emblemas pelos eleitores no momento do voto, julgamos que a decisão da Comissão Nacional de Eleições contraria o próprio articulado da Lei Eleitoral. Com efeito, o artigo 85 do Decreto-Lei n.º 621-C/74 ao regular nomeadamente «as condições de acesso ao sufrágio», determina que ninguém pode ser sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu voto, ou que «dentro da assembleia de voto e fora dela, até à distância de 500 metros, ninguém poderá revelar em qual lista vai votar ou votou». Por outro lado, o artigo 95 do mesmo decreto afirma ser «proibida qualquer propaganda dentro das assembleias eleitorais e fora delas até à distância de 500 metros». Por isso, julgamos ter havido precipitação da CNE ao admitir que os eleitores usem o respectivo emblema partidário no momento do sufrágio, pois além de revelar-se o voto haverá uma forma de pressão óbvia, sobretudo em determinadas regiões do País.

2.ª EDIÇÃO

CASA DESTRUÍDA PELO SENHORIO

Um senhorio sem escrupulos e funcionando à boa maneira antiga, tentou intimidar e fazer desistir dos seus propósitos três famílias que tinham ocupado um prédio da Rua Palmira em Agosto de 1974. Nas primeiras conversações entre senhorio e inquilinos aquele mostrou-se de acordo com as propostas apresentadas. Tempos depois, o senhorio requereu, e sem êxito, a demolição à C.M.L. Então, o senhorio mandou destruir o prédio, destelhando-o, partindo as portas e as escadas. (Ler pág. 11)

NÚMERO ESPECIAL

25 de Abril

Informativo das Forças Armadas

COMISSÃO DE INQUÉRITO

RELATÓRIO PRELIMINAR

SOBRE O GOLPE CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

DE 11 DE MARÇO DE 1975

. O «Diário de Lisboa», na sua edição de ontem, reproduziu o Boletim do M. F. A. dedicado ao relatório preliminar da intentona contra-revolucionária de 11 de Março. A preocupação de dar uma informação completa ao povo português sobre um documento aguardado com enorme expectativa, levou-nos a aproveitar as condições técnicas das nossas oficinas, optando por um «fac-simile» total do boletim, o que permitiu, em poucos minutos, preparar um suplemento especial que levou aos nossos leitores o relatório completo logo na primeira edição. A autorização do Estado-Maior-General das Forças Armadas só chegou aos jornais ao princípio da tarde, pois até então mantinha-se o embargo até ás 9 horas de hoje. Foi a expectativa popular pelo conhecimento da verdade sobre a intentona que levou o Estado Maior General das Forças Armadas a permitir a divulgação imediata do documento. A edição do «DL», muito aumentada, esgotou-se rapidamente em todo o País.

Flagrante do comício promovido ontem à noite pelo P.P.D. no Pavilhão dos Desportos, para encerramento da sua campanha em Lisboa. Hoje o partido leva as últimas palavras de ordem eleitoral a cinco cidades da província

CORREDOR DE BENFICA SOLUÇÃO PARA BREVE

A zona compreendida entre a Praça de Espanha, a Estrada de Benfica e Sete Rios, o denominado «corredor de Benfica», foi objecto de estudo aturado por parte de uma comissão do Gabinete de Estudos de Lisboa. Desse estudo nasceu um projecto de melhoramento das condições de acesso, nomeadamente e com maior incidência no que diz respeito a transportes colectivos, urbanos e suburbanos, o qual foi apresentado ontem à noite a população da zona, em reunião havida no Salão Novo das Furnas, a Sete Rios.

Com a presença do secretário de Estado dos Transportes eng. Machado Rodrigues, e do vice-presidente da C. M. L., arquitecto Filipe Lopes, a reunião efectuou-se, tendo sido dados a conhecer os pormenores do projecto, dos quais salientamos o facto de a Estrada de Benfica passar a ser percorrida por transportes públicos, enquanto a Rua Conde de Almoster ficará reservada ao transporte privado até à Columbano Bordalo Pinheiro, abertura de várias novas ligações, nivelamentos, especialmente da largura da Estrada de Benfica, etc.

O Vietcong rejeita propostas de Saigão

. PARIS, 23 — (R.) — O Vietcong rejeitou hoje as últimas ofertas de negociaçoes feitas por Saigão, pondo como condição para as iniciar uma mudança de Governo no Vietname do Sul.

Um representante do Governo Revolucionário Provisório (G.R.P. em Paris disse que o actual Governo de Saigão não tem idoneidade como interlocutor e acrescentou que a posição do G.R.P. quando à forma de se atingir a paz não sofreu qualquer alteração após o último apelo feito pelos dirigentes de Saigão para um cessar-fogo.

O informador recordou que para o G.R.P. são condições prévias necessárias a cessação de toda a interferência norte-americana.

LEGALIZADO O DIVÓRCIO

Foram assinados ao princípio da tarde, no Ministério dos Negócios Estrangeiros os instrumentos de ractificação do protocolo adicional à Concordata, que possibilita o divórcio aos casados pela Igreja Católica.

Assinaram os documentos o Núncio Apostólico em Lisboa e o ministro dos Negócios Estrangeiros. Assistiram à cerimónia o ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, e o procurador geral da República, dr. Pinheiro Farinha, que em nome do Governo Provisório negociaram a revisão da Concordata com a Santa Sé.

CONSTITUÍDO O CONSELHO DE IMPRENSA

. O Conselho de Ministros Restrito, reunido ontem na residência oficial do Primeiro-Ministro com a participação dos ministros da Administração Interna, Educação e Cultura, Finanças, Equipamento Social e Ambiente, Trabalho, Justiça, Transportes, e Comunicações, Indústria e Tecnologia e Negócios Estrangeiros, tomou várias deliberações entre as quais a nomeação do Conselho de Imprensa que fica a ter a seguinte constituição: Presidente: Juiz desembargador Henrique José da Fonseca Ramalho Ortigão; elementos do M.F.A.: major António Namorado Freire; e capitães José Nunes de Santa Clara Gomes e Nuno Álvaro dos Santos Silva; jornalistas: António dos Santos Ribeiro, Carlos Alberto da Veiga Pereira, João Joaquim Gomes; Manuel António Mota de Pina; Manuel Maria da Silva Costa, Maria Antónia Santos Palla e Carmo, representantes de empresas jornalísticas: Francisco Pinto Balsemão (Imprensa não diária), Adriano Mário da Cunha Lucas (Imprensa Diária); directores de publicações: dr. Fernando Teixeira (publicações diárias) e dra. Maria Adelaide Almeida e Paiva (publicações não diárias); representantes dos partidos da coligação: dr. Armando da Silva Carvalho (P.C.P.), Alberto Arons Braga de Carvalho (P.S.P.), Manuel Rodrigues Monteiro de Azevedo (M.D.P./C.D.E.), e dr. Adolfo Norberto Lopes (P.P.D.).

Nesta reunião foram ainda considerados os seguintes assuntos:

. — Projecto de decreto-lei autorizando o ministro do Trabalho a nomear a título provisório juizes ou agentes do Ministério Público, para os tribunais do trabalho, cujos magistrados tenham sido suspensos por efeito da aplicação da legislação em vigor.

— Proposta de resolução no sentido de intervir na Sociedade Urbanizações e Construções, Lda. Urbaco, nomeando o eng. José Pereira de Medeiros Barbosa, em ordem a dar satisfação aos compromissos por ela assumidos perante os compradores.

— Projecto de decreto-lei instituindo um serviço de âmbito nacional, a ser prestado por estudantes de ambos os sexos em regime de inscrição voluntária, denominado serviço cívico estudantil.

— Proposta de resolução no sentido de intervir na Eurofil — Indústrias de Petróleo, plásticos e filamentos, ao abrigo do Decreto-Lei 660/74, suspendendo imediatamente a actual administração e nomeando uma comissão administrativa composta pelos drs. Alípio Jorge Rosa Figueiredo de Almeida, ag. técnico José Manuel de Oliveira Antunes, eng. Carlos Alberto Esteves Pena, indicados pela comissão de trabalhadores e um quarto elemento a nomear pelo Ministério da Indústria. Esta comissão administrativa, que terá uma duração de seis meses, proporá findos estes, a cessação da intervenção com as recomendações pertinentes, ou as modalidades de continuação de intervenção que julguem mais convenientes para salvaguarda dos interesses da economia nacional.

— Projecto de decreto-lei regulando a entrada em funcionamento de novas dependências da Caixa Geral dos Depósitos no estrangeiro, nomeadamente em Paris, onde existem núcleos importantes de portugueses.

— Aprovado um projecto de decreto-lei rescindindo o contrato de concessão outorgado entre o Estado e a RTP — Radiotelevisão Portuguesa, S.A.R.L., criando-se uma empresa pública por estatuto a definir no prazo de trinta dias.

— Aprovado um projecto de decreto-lei autorizando a abertura no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, de um crédito especial no montante de 850 000$00, para fazer face aos estragos e prejuizos causados pelo recente temporal ocorrido na ilha do Pico em 26 de Fevereiro de 1975.

— Aprovada a intervenção do Estado, ao abrigo do Decreto-Lei 660/74, na Empresa de Viação Sernache, Lda., bem como nas 28 firmas com ela relacionada. A medida resulta de inquérito levado a cabo à empresa, tendo-se apurado factos graves, destacando-se: ameaça de cancelamento de apólices de seguro, letras protestadas, que aumentam todos os dias, cheques sem cobertura substituídos após protesto dos beneficiários por novos cheques sem cobertura, recusa de entrega pelos fornecedores, sem pagamento a pronto, ausência para parte incerta dos dois administradores do grupo de empresas em causa.

A fim de assegurar o funcionamento da empresa é nomeada uma comissão administrativa constituída, pelos drs. José Manuel do Nascimento e Oliveira Covas e dr. Mário Ferreira Neves.

Conselho de Redacção do "Diário de Lisboa"

. Procedeu-se ontem, ao começo da tarde, à eleição do Conselho de Redacção do «Diario de Lsiboa».

Duas listas foram apresentadas ao corpo redactorial sendo eleita a lista «B» composta pelos nossos camaradas Rogério Rodrigues, Eugénio Alves, Pedro Alvim e Manuel de Azevedo.

Dado que o estatuto interno para a eleição do Conselho preconizava a retirada do menos votado da lista vencedora e a entrada do mais votado da lista vencida, o Conselho de Redacção, a que preside o director do «DL», dr. António Pedro Ruella Ramos, ficou assim constituído: Eugénio Alves (21 votos), Pedro Alvim (21), Manuel de Azevedo (21) e José António Salvador (16).

De ontem para hoje

A modernização administrativa

. Em reunião com os representantes dos núcleos de modernização administrativa até agora constituídos nos vários ministérios, o director-geral da Organização Administrativa, dr. Figueiredo Lopes, salientou que a modernização dos serviços públicos exige a definição dos «princípios políticos que forçosamente virão influenciar o modo como se organizará a função administrativa do Estado».

À reunião, que decorreu no Palácio da Ajuda, esteve também presente a dr.ª Maria Adelina Sá Carvalho, directora-geral da Função Pública. Após uma breve exposição sobre a razão de ser dos núcleos o dr. Figueiredo Lopes fez um diagnóstico global da Administração Pública portuguesa, caracterizando-a como «centrada no autoritarismo e na burocracia asfixiante, rigidamente controlada pelo poder central, isolada do poder económico, inoperante e quantas vezes incapaz de desempenhar as suas funções. Declarou, por isso, importante um movimento de profunda transformação para «uma administração nova centrada sobre o desenvolvimento económico e social, capaz de planear, coordenar e promover actuações, lançar iniciativas, controlar e orientar os sectores estratégicos da economia».

O director-geral da Organização Administrativa acentuou, noutro passo, ser necessário «lutar contra o tradicional isolamento entre os responsáveis do planeamento e os responsáveis pela organização e modernização da administração pública», recomendando, por isso que «dentro de cada ministério se associem os planificadores e os organizadores». Nova reunião foi marcada para a próxima semana.

■ A SAÚDE EM CUBA

Uma breve exposição sobre o Serviço Nacional de Saúde em Cuba foi feita pela médica Taurina Zuzarte, durante um colóquio, na Associação Profissuonal de Farmacêuticos, no âmbito do Congresso Nacional de Saúde. A documentar o seu trabalho, Taurina Zuzarte apresentou numerosos «slides» e um filme da sua autoria sobre a Medicina em Cuba. Houve, por fim, diálogo com a assistência.

■ ENCONTRADO MORTO

Na sua residência em Penamacor, foi encontrado morto o primeiro-sargento José Correia, de 54 anos, comandante do posto da Guarda Fiscal daquela vila há cerca de seis anos. Como não aparecesse no posto, o que não era habitual, uma praça da corporação dirigiu-se a sua casa e, ao abrir uma janela, deparou-se-lhe o corpo de José Correia estendido sobre a cama. Não há suspeita de crime, atribuindo-se a morte a doença súbita.

■ COLÉGIO MILITAR

Vinte e cinco membros dos cursos iniciados em 1923, 1924 e 1925, no Colégio Militar, estiveram reunidos na Associação dos Antigos Alunos, em jantar de confraternização. Participaram, entre outros, o brigadeiro João Escudeiro; os coronéis Armando Brito Subtil, José Salvador Tribolet, Goulart Branco e Miranda Mendes; o comandante Lopes de Mendonça, Joaquim Mendes Bragança; drs. José Silva Freire e César Freire de Andrade; engs. António Pinto Basto, Mário Oliveira Falcão e Mário Fernando Cunha. Presidiu o brigadeiro Armando Girão, presidente da direcção da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar.

■ FERIDO À NAVALHADA

No Bairro das Palmeiras, no Barreiro, envolveram-se em desordem três homens e uma mulher. Parece que Manuel Domingues Filipe Duarte, de 25 anos, dirigiu palavras ofensivas a Isolete da Conceição Ribeiro Moreira, de 38, casada. O marido desta, Artur Moreira, de 49, defendeu-a, trocando palavras com aquele, o que resultou em desordem, a qual envolveu ainda um amigo de Manuel Domingues, João do Carmo Jacinto. Resultado: Artur anavalhou Manuel, que foi internado em S. José, da da a gravidade do seu estado.

SESSÃO DO M.F.A. NA DOCAPESCA

"TODOS TEMOS DE SER MILITANTES"

. «A consolidação da via socialista tem de ser ganha, no sector económico, na batalha da produção e do emprego» — afirmou o secretário de Estado das Pescas, dr. Mário Ruivo, no decorrer da sessão de esclarecimento levada a cabo pelo M.F.A. e pela Comissão de Trabalhadores da Gelmar, no refeitório da Docapesca, em Pedrouços.

A sessão de esclarecimento, dois dias depois do incêndio que destruiu parte do complexo industrial foi presidida pelo capitão Domingos Paulino, estando ainda presente o secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas.

Na sua intervenção, o dr. Carlos Carvalhas começou por se referir àqueles que invocam o capitalismo de Estado, a propósito das nacionalizações, afirmando: «Esses senhores não sabem o que é capitalismo nem o que é o Estado. Neste momento, a mais valia está nas mãos da colectividade. Por isso, há que conquistar os trabalhadores para a batalha da produção».

NACIONALIZAÇÃO DO SECTOR DAS PESCAS

Um dos representantes da Comissão de trabalhadores pediu, a certa altura da sessão, «a nacionalização de todo o sector das pescas; a revisão do leque salarial e, aos seus camaradas de trabalho, um aumento de produtividade». O capitão Paulino referiu-se a este aspecto também. «É evidente que, quando pedimos mais trabalho, não queremos trabalhos forçados. Se fizemos o 25 de Abril para acabar com a exploração do homem pelo homem, não vamos agora entrar em novas formas de exploração. Mas o que acontece é que de frangos magros não se tiram carnes». E mais à frente: «É necessário também uma vigilância constante. Todos nós temos de ser militantes da nossa revolução. Há que exercer vigilância no local de trabalho, há que exercer vigilância nas ruas. Porque os militares e os civis conscientes sabem que, se a situação militar mudar, não ficarão de saúde, porque não são fascistas, nem reaccionários, nem tão-pouco conservadores».

A uma pergunta sobre a possível construção de uma nova frota pesqueira o dr. Mário Ruivo declarou: «O tempo em que se construíam navios para certas pessoas ficarem com as percentagens no bolso, terminou».

TEM DÚVIDAS QUE A DIREITA GANHA?

Um trabalhador pretendeu saber qual a posição do M.F.A. se as direitas vierem a ter a maioria nas eleições de sexta-feira. «Ainda tem dúvidas?» perguntou o capitão Paulino. E prosseguiu: «Não permitiremos um processo eleitoralista que dê lugar a fontes de pressão para fazer recuar o processo. Por isso houve a institucionalização do M.F.A. e a plataforma com os partidos políticos. Não tenhamos medo, porque o processo revolucionário há-de continuar na via progressista. As eleições não servirão de meio de pressão. E temos de reparar que o processo democrático é anterior ao eleitoral», para concluir: «a Constituição, quer alguns queiram quer não, será uma constituição progressista».

Foi também abordado o problema do saneamento, o qual «deverá ser feito pelos próprios trabalhadores» — disse Carlos Carvalhas. O voto em branco, a caça ao voto e a recontrução nacional foram temas do debate. O capitão Laureiro afirmou a este respeito: «há partidos que estão mais interessados na caça ao voto do que na reconstrução nacional e empenham-se em dividir os trabalhadores».

O INCÊNDIO DA GEL-MAR

O incêndio de domingo passado nas instalações da Gel-Mar, em Pedrouços, de que resultaram grandes destruições e cerca de 10 mil contos de prejuízos materiais (mais a paralisação parcial), pode ter sido realmente produto de um acto de sabotagem — admite a Secretaria de Estado das Pescas. Entretanto a Judiciária prossegue o seu inquérito.

Eis a nota dimanada daquele departamento governamental a propósito do sinistro:

. «Relativamente ao violento incêndio que destruiu parcialmente as instalações da Gel-Mar — Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares, Lda., tomou conhecimento a Secretaria de Estado das Pescas, com a maior preocupação, da grave situação criada a esta empresa de reconhecido interesse público e de potencial importância para a economia das pescas.

Como é do conhecimento geral, a Gel-Mar, em consequência de uma série de factores provenientes de uma administração desastrosa, caminhava ainda há pouco para a falência, o que foi evitado através da intervenção do Governo no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 660/74, concedendo-se-lhe auxílio financeiro e nomeando-se uma comissão administrativa responsável.

Administração e trabalhadores de todos os sectores da empresa, na mais completa conjugação de esforços, lançaram-se abertamente e com o maior entusiasmo na execução de um plano de actividade que a dinamize e que tem como objecto, a médio prazo, dar-lhe uma posição significativa no sector, assegurando ao mesmo tempo segurança de trabalho e uma contribuição útil para a comercialização dos produtos da pesca.

O estranho sinistro que acaba de atingir um dos principais sectores da sua laboração apresenta-se com caraterísticas que não excluem que se trata de manobra sabotadora e criminosa.

A necessária investigação foi prontamente confiada à Polícia Judiciária e as conclusões deste inquérito serão oportunamente tornadas públicas.

Entretanto a Secretaria de Estado das Pescas reafirma que todos os esforços serão feitos para continuar a apoiar a empresa, apreciando altamente o espírito de iniciativa demonstrado pela respectiva comissão administrativa e o sentido de união e sacrifício de todos os trabalhadores da Gel-Mar, tão eloquentemente demonstrado nesta emergência, apelando para a sua contínua participação e vigilância para que a Gel-Mar venha a ser a empresa-piloto que o País espera e para que não se verifiquem possíveis tentativas de sabotagem reaccionária, com pbjectivos pertendadores que não só atingem economia do País como os próprios trabalhadores.»

Festas de S. Marcos

Têm início depois de amanhã as festas de S. Marcos, em Santo António das Areias, que se prolongarão até ao dia 27. Às 19 horas do dia 25, realizar-se-á uma grandiosa girândola de foguetes e morteiros. Seguir-se-á missa solene em honra de S. Marcos. Uma corrida de toiros, com os cavaleiros Victor Ribeiro e Emidio Pinto, encerrará o programa das festas.

Aumento de receitas nas contas do Estado

Em suplemento do «Diário do Governo», o Ministério das Finanças publica a conta provisória do ano económico de 1974 e referente aos meses de Janeiro a Novembro. O movimento em dinheiro nos cofres públicos e no Banco de Portugal e suas agências, como caixa geral do Tesouro, naquele período, era o seguinte:

. Entrada — Saldo do ano anterior, nas tesourarias e outros cofres, 279 192 616$97; na sede do Banco de Portugal e suas agências, 435 843 252$00. Total: 715 035 868$97. Receitas orçamentais arrecadadas, 49 136 949 748$50. Operações de tesouraria, 62 445 312 866$80; transferência de fundos, 10 574 808 613$80. Total: 73 020 121 480$60. Total de entrada: 122 872 107 098$07.

Saída — Fundos saídos para despesas públicas orçamentais, 45 622 919 058$50. Operações de tesouraria, 62 678 168 549$70; transferenciadefundos, 10 556 006 004$50. Total: 73 234 174 554$20. Saldo que passa ao mês seguinte: nas tesourarias e outros cofres, 1 032 027 934$17; na sede do Banco de Portugal e agências, 2 982 985 551$20. Total: 4 015 013 485$37. Total de saida: 122 872 107 098$07. Excesso das receitas sobre as despesas orçamentais, 3 514 030 690$00.

post scriptum

Escola secundária para emigrantes

Sou um emigrante português, como tantos que aqui estão em França. Não sei por que o sou. Talvez porque fui obrigado a vir com os meus pais, e isso já se passou há muitos anos. Agora, tenho 25 anos, mas ainda cheguei a fazer a escola primária aí em Portugal. Uma vez aqui, fui-me aos poucos esquecendo do que aprendera, pois tive que fazer a escola francesa. Nesse tempo, pouco ou nada havia em França de escolas de língua portuguesa, e hoje pouco ou nada se fez depois disso.

Não sei porquê, mas julgo que valia a pena fazer-se aqui uma escola secundária portuguesa, pois muitos filhos de portugueses frequentá-la-iam. Assim como os próprios trabalhadores, a quem seriam proporcionados cursos nocturnos. Falo por mim e por muitos camaradas a quem tenho ouvido.

É que, de outro modo, corremos o risco de deixar de saber escrever português.

Horácio Marques — St. Etienne — França

Em defesa do arcebispo

Não posso deixar de dizer algo sobre o que, na primeira página do vosso jornal, se escreveu acerca do arcebispo de Braga. (...) Todos os partidos se atacam e acusam e alguns vêem na Igreja o perigo, tratando de caluniá-la de todas as maneiras e feitios. Tenta-se enganar o povo, dizendo que o comunismo e o socialismo são pela religião, etc..

Ataca-se a Igreja católica e seus fiéis. Não terá ela razão para se defender e esclarecer os cristãos? Penso que o Governo deveria promover uma mesa-redonda dos partidos, na Televisão, para se ficar a saber o motivo de certos ataques e consequentes defesas. O clero tem o dever de esclarecer o povo cristão — e o bom cristão não pode ser comunista ou socialista, é justo que se diga.

O arcebispo de Braga não diz para se votar no CDS, mas apenas afirma que este partido não tem nada que se oponha à liberdade religiosa e do homem. Será isto mentira? (...) Para alguns a liberdade só existe quando têm o poder na mão, a ditadura, para se imporem à maioria.

António Costa Marques — Vila Nova de Famalicão

Previdência para os padres?

A propósito de uma notícia inserida no vosso jornal sobre o projectado alargamento do âmbito da Previdência Social a todos os trabalhadores que dela não beneficiem, e prevendo-se a inclusão do clero neste esquema, apetece-me expor e perguntar:

G Sabendo-se que a maioria do clero sempre se recusou a trabalhar (na realidade nunca os vimos nos campos, nas fábricas, na construção civil e, raramente, nas escolas oficiais);

Sabendo-se que à custa da miséria e ignorância do povo trabalhador estes elementos não produtivos para a nação conseguem amealhar belas «maquias»;

Sabendo-se que dificilmente se poderão avaliar os «rendimentos» dos referidos elementos;

Sabendo-se como, na sua maioria, estes elementos constituem o maior suporte da reacção;

Perante esta triste realidade, interrogo:

Será justo e honesto que o povo produtivo tenha que contribuir para a Previdência Social destes indivíduos improdutivos e altamente reaccionários?

Será lógico que seja desviado do orçamento geral um tostão que seja para estes elementos?

Não será justo que dando-lhes condições idênticas às dos trabalhadores produtivos lhes seja exigida, em contrapartida, comparticipação produtiva para a nova sociedade que pretendemos?

Finalmente, não será tempo de denunciar e terminar com privilégios ancestrais perfeitamente injustificáveis?

Quem tem medo do clero? De que tem medo o clero?

Leitor identificado — Lisboa

Repúdio

A Assembleia Magna da Escola Técnica Gago Coutinho, reunida em 15 de Abril, tendo apreciado o texto da autoria da professora Elisabete Franca Galamba, publicado no «Diário de Lisboa» do dia anterior (secção «Post Scriptum»), repudia-o na totalidade e classifica-o de manobra social-fascista que tem por objectivo introduzir na escola uma censura partidária às disciplinas de «Vida Política» e «Introdução à Política», impedindo professores e estudantes de um livre e aberto esclarecimento.

A Assembleia Magna aprova que não admite qualquer censura reaccionária que impeça a utilização de todos os conceitos políticos progressistas.

Texto entregue por António D. Henriques Lopes — Lisboa

O DRAMA DAS MULHERES PRESAS: A TORTURA TAMBÉM TEM SEXO

Por REGINA LOURO

Se para a grande maioria de mulheres a existência de um Ano Internacional da Mulher não tem qualquer sentido, para Eva Forrest, Carmen Castillo, Ulrique Meinhoff e milhares de outras lutadoras anónimas, detidas nas prisões especiais da Espanha, do Chile, da Alemanha, do Brasil ou do Uruguai, a sua referência é quase um insulto. De isolamento e torturas é feito o dia-a-dia deste ano que chamam seu, e não se sabe de quantos mais anos que lhes roubarão, privando-as de liberdade e oprimindo-as a todos os níveis.

Elas não têm voz. Ocultas dos olhos do mundo, entre os muros das prisões em que estão encerradas, só através de esporádicos testemunhos chegam até nós os seus gritos. O que esses testemunhos nos dizem é que nunca a tortura sobre mulheres exerceu formas tão cuéis e humilhantes como hoje, neste tempo em que o número de prisioneiros aumenta diariamente, devido aos avanços que o fascismo conhece no mundo e ao crescente empenhamento feminino na luta antifascista.

Torturadas enquanto antifascistas, estas mulheres são-no também enquanto mulheres. Oprimidas sexualmente na sociedade livre, as mulheres encontram na prisão a opressão sexual levada até às últimas consequências. Não é por acaso que os métodos de tortura variam consoante o sexo. Não é por uma aberração excepcional do sistema prisional que as formas de tortura mais frequentes sobre as mulheres revestem carácter sexual, traduzindo-se em violações individuais e colectivas e agressões de todo o tipo à sua condição feminina. Humilhações idênticas, mas mesmo assim, insusceptíveis de tão graves consequências, apenas os jovens ditos «efeminados» conhecem. Como salientava Evelyne Sullerot num artigo do «Le Monde», se a condição de preso político é sempre uma humilhação sem fim, tanto para o corpo como para o espírito, quer se trate de homem ou mulher, no caso desta «a sua identidade de ser humano é escarnecida, mas ainda mais a sua identidade de mulher». Por exemplo, «os homens não estão sujeitos, ao longo do dia, à paródia obscena e sádica do amor, por parte dos seus carcereiros. E nenhum homem, lançado na cela após um dia de interrogatório «puxado», fica a recear, para cúmulo, vir a ter um filho do seu algoz.»

A VITÓRIA DO SADISMO

Com efeito, ficarem grávidas é um risco diário para as prisioneiras políticas.

Segundo revelou recentemente o «Comité de Defesa dos Presos Políticos do Chile», o bebé da militante antifascista

Carmen Castillo, nascido na prisão após dez meses de prisão e de torturas, foi morto a seguir ao nascimento. Na mesma prisão, o filho de 11 meses de Soledad Jana foi torturado diante dos olhos da mãe desesperada.

Luz de Las Nieves Ayes, de 23 anos, conseguiu enviar para fora da prisão de Tejas Verdes o seu depoimento. Ali descreve como, depois de terem torturado o pai e o irmão na sua presença, os soldados da Junta Militar Chilena pretenderam obrigá-la a ter relações sexuais com ambos. Para a forçarem, aplicaram-lhe choques eléctricos nas partes mais sensíveis e socos no estômago. Depois de ficar grávida, esteve vários dias em cima de uma mesa, amarrada de pés e mãos, enquanto os algozes punham ratos e aranhas a circular sobre o seu corpo, até acabarem por introduzir-lhos na vagina.

Estes métodos são vulgares nas prisões da América do Sul: Chile, Brasil, Uruguai. Eles revelam que a imaginação aplicada ao sadismo sobre as mulheres, por parte dos homens seus algozes, não conhece limites.

Quando Giselle Halimi e Simone de Beauvoir revelaram a bárbara tortura aplicada à guerrilheira argelina Djamilia Boupacha, presa durante a guerra de libertação da Argélia, a quem os soldados desvirginaram com o gargalo de uma garrafa, («Djamilia Boupacha», Portugália), a indignação do mundo foi tão grande que se pensou que não mais seriam possíveis estes métodos. Quinze anos depois, eles continuam a ser praticados friamente, trivialmente, nas prisões de países ditos civilizados. Diariamente, quase ao nosso lado, soldados rasgam metodicamente o sexo de mulheres com baionetas, punhais ou simples bocados de vidro, das garrafas de cerveja que acabaram de despejar.

Segundo têm revelado os jornais, nos últimos tempos, a Junta Militar Chilena, num esforço de pôr termo às denúncias feitas a partir dos testemunhos das famílias dos prisioneiros, tem optado por deter igualmente as esposas e filhos dos militantes antifascistas. O mesmo processo é, aliás, utilizado pelo regime brasileiro. Estas mulheres não ficam excluídas da crueldade habitual dos carcereiros. O jornal inglês «Morning Star» relatava recentemente o drama de Beatriz Campbell, mulher de um militante chileno. Alguns dias depois de o marido ter sido preso foi visitado por um grupo de militares que, uns a seguir aos outros, a violaram diante dos olhos espantados dos filhos menores. Dias depois voltaram, dirigiram-se ao fogão da cozinha onde aqueceram um ferro ao rubro e com ele marcaram no corpo de Beatriz a foice e o martelo. Outras mulheres nas

Continua na pág. 7

A DERROTA AMERICANA NA INDOCHINA-1

Por WILFRED BURCHETT

Todo o mundo está maravilhado com o avanço das forças de libertação nacional no Vietname do Sul. É como uma poderosa floresta de fogo, espalhando faíscas que vão incendiar novos centros de resistência popular, os quais, por sua vez, libertam novas capitais provinciais, enviando novas faíscas mais para sul.

Este método tem sido uniforme. A libertação de Quang Tri no norte provocou «desordens» em Hué. A libertação de Hué provocou «desordens» em Danang. A libertação de Danang provocou «desordens» em Tam Ky e Quang Ngai — e assim por aí abaixo ao longo da costa até Phang Rang e Phan Rhiet. Phan Thiet caiu três dias depois de Danang, apesar de estarem a 500 quilómetros uma da outra.

Apenas num mês, quatro das maiores cidades do Vietname do Sul foram libertadas; 19 das 44 províncias ficaram totalmente sob o controlo do GRP; a poderosa base aérea de Danang e a grande base naval de Cam Ranh Bay — caíram nas mãos das forças de libertação. Mais de seis milhões de pessoas a juntar às que se encontravam nas zonas sob controlo do GRP; centenas de aviões e helicópteros; centenas de tanques, dezenas de milhares de armas e centenas de milhares de toneladas de equipamento militar capturado intacto — não mencionando já as enormes quantidades destruídas. Tudo isto conseguido praticamente sem uma única grande batalha — exceptuando os duros combates por Ban Me Thuot, capital não oficial dos planaltos centrais, cuja queda, a 12 de Março marca o início da derrota do exército de Saigão e da política norte-americana na Indochina.

«A guerra não é nossa» afirmou um porta-voz do presidente Ford, Ronald Nessen, a 31 de Março, enquanto o presidente continuava alegremente o seu jogo de «golf» em Palm Springs na Califórnia. A «vietnamização foi um falhanço» comentava Nessen, a 2 de Abril, reflectindo o pensamento do presidente entre duas jogadas de «golf».

«Uma derrota de proporções trágicas e históricas» comentava o secretário da Defesa referindo-se ostentivamente à decisão do grande estratega militar, o ditador Thieu, de «retirar» as suas forças das províncias do norte. Dois terços do Vietname do Sul nas «mãos dos comunistas» lamentava a «Voz da América», como «resultado de um mês de ofensiva». Três quartos corrigia a Imprensa norte-americana em 3 de Abril.

Como é que tudo isto foi possível? O que é claro neste estandardizado modelo de «desordens» às quais se seguiam inevitavelmente nas vinte e quatro horas seguintes, a queda das capitais provinciais, é que a «combustão espontânea», cuidadosamente coordenada dentro do perímetro de Saigão, joga um papel decisivo. Para qualquer exército convencional, mesmo com aviões e pára-quedistas e um número ilimitado de veículos motorizados, teria sido completamente impossível avançar 500 quilómetros em três dias, capturando sete capitais provinciais no caminho, incluindo a terceira e quarta maiores cidades do país.

Observadores militares ocidentais ao comentarem a ofensiva de Têt em 1968, na qual a FNL atacou quatro quartéis generais de zona do comando norte-americano-saigonês, oito dos onze quartéis generais de divisões e penetrou virtualmente em quase todas as grandes cidades, incluindo Saigão, onde atacou a Embaixada norte-americana, afirmavam que a ofensiva fora um «falhanço» porque a população urbana se recusara a apoiar as forças atacantes.

De facto, na medida em que a FNL mede o sucesso ou a derrota de cada acção militar pelas suas consequências políticas, a ofensiva de Têt constituiu uma grande vitória. Assinalou uma viragem na guerra, acarretando a demissão do presidente Johnson e o início do longo processo que conduziu às negociações, as quais levaram ao Acordo de Paris e à partida do Exército Expedicionário norte-americano. Se a FNL poderia ter contado com maior apoio da população urbana, é difícil de saber.

O que é certo é que os comandos entravam nas cidades, incluindo Saigão, onde eram escondidos, alimentados e até auxiliados na ocupação de posições de combate por simpatizantes urbanos, sem nunca ter havido uma denúncia. Daí que a ofensiva do Têt tenha apanhado os comandos de Saigão e dos Estados Unidos completamente de surpresa. Os historiadores narrarão estes factos como um dos mais extraordinários feitos da história militar, nem sequer excedidas pela ofensiva de 1975.

Em qualquer dos casos, a FNL-GRP não tem razão para se queixar da falta de apoio dos habitantes das dezoito capitais de província — muitas das quais foram «oferecidas numa bandeja» às unidades das forças regulares do Exército de Libertação Nacional mal entravam nas cidades. Relatórios de agências noticiosas ocidentais — incluindo testemunhas oculares da tomada de cidades — só se referiam ao caos, à desordem e à confusão. Soldados rasgando os uniformes e deitando fora as armas, tiroteiro entre soldados, dramáticas pilhagens de lojas e pânico dos refugiados. Era difícil perceber a bem coordenada organização que, dentro de toda aquela desordem, permitia a tomada de muitas cidades sem que por vezes fosse necessário disparar um tiro.

A imagem apresentada pelos serviços de propaganda de Saigão, e aceite por muitos meios de comunicação no Ocidente, de cerca de doze divisões norte-vietnamitas enfrentando uma poderosa ofensiva sul-vietnamita, não tem consistência. As forças populares que cercavam as cidades do Vietname do Sul, desde há vários anos, e tinham gradualmente conquistado para o seu

Continua na pág. 18

Nacional

COMÍCIO DO P.P.D.

"É EM NOME DA LIBERDADE QUE SE É FACCIOSO"

. :Trágicamente, foi e é ainda em nome da liberdade que constantemente se violam as consciências, se amedrontam os ânimos, se iludem as inteligências. É em nome da liberdade que se é faccioso; se esconde a verdade alheia e se faz passar a verdade própria; que se manipula a opinião pública; se insulta e mente» — disse ontem à noite Mário Pinto durante um comício de apoio ao P. P. D. realizado no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, completamente cheio de uma multidão que empunhava bandeiras e disticos daquele partido. Ao comício assistiram todos os candidatos do . P. D. pelo círculo de Lisboa, delegações das freguesias da capital, e ainda delegações da provincia.

Mário Pinto, que foi o primeiro orador, referiu-se ao programa do partido e ao significado das eleições: «As eleições não são para nós, um instrumento da cmquista definitiva do poder. Também as não queremos como mecanismo teatral de pseudo-legitimação da hegemonia de um partido ou vanguarda que detém o poder. As eleições são para nós, em primeiro lugar e acima de tudo, a forma mais autêntica pela qual o povo fala e ordena».

Helena Roseta foi a oradora que se seguiu. Depois de se referir ao interesse que a campanha suscitou e ter focado alguns incidentes que se verificaram durante a campanha, disse em determinado momento:

. «Somos um partido efectivamente democrático. Defendemos intransigentemfte todas as liberdades para todas as pessoas, e não apenas algumas liberdades para algumas classes. Iremos para a Assembleia Nacional Constituinte lutar pela garantia — efectiva, decidida e inequívoca — de todos, mas todos, os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Mas não basta que tais liberdades e tais direitos sejam proclamados e fiquem expressos na Constituição. É preciso que sejam postos em prática, que sejam promovidos e respeitados em todo o País e em todas as circunstâncias.»

. Rui Machete, o terceiro interveniente, afirmou logo de início que esta campanha eleitoral, agora no seu termo, se reveste de um significado muito particular, «uma vez que vamos ter as primeiras eleições livres depois de 48 anos de repressão». Logo a seguir, depois de afirmar que a liberdade não se ganha através de simples discursos, acrescentou: «A liberdade conquista-se pela prática do dia-a-dia e pelo seu reconhecimento pelas leis e pelos orgãos de Estado. Garantia de exercício dessa liberdade é também a existência dum pluralismo partidário, mas com partidos que sejam verdadeiramente independentes uns dos outros. Por isso temos de rejeitar energicamente qualquer frente popular que signifique a perda da independência dos partidos democráticos».

AS CINCO VERDADES

Pinto Balsemão falou a seguir. Afirmou que o P. P. D. é o partido da verdade porque aceita a realidade portuguesa tal como ela é, e, «Porque o P. P. D. não precisa de ocultar a realidade aos portugueses», quis então contar algumas verdades que «de certo modo evidente parecem andar esquecidas, neste momento, em Portugal». E Pinto Balsemão contou as cinco verdades, afirmando na quinta:

. «A fase da história de Portugal que temos o previlégio — digo bem, o privilégio — *de viver será talvez pré-democrática, mas é sem dúvida revolucionária.* Há que encarar a revolução convicto de que se está a intervir na vida portuguesa do presente e do futuro, confiante nos resultados a obter, certo de que a sociedade portuguesa não pode ser profundamente revolvida senão por via revolucionária. Ptal tal, é indiscutível a importância do M. F. A., mas não é menos importante o papel dos partidos. Os partidos têm uma função essencial a desempenhar no esclarecimento do povo português, no desbravamento da apolitização e da desconfiança, na proposta de opções concretas aos cidadãos.

É por isso — e aqui surge a quinta verdade — que as eleições são importantes. Embora houvesse quem as queria adiar, embora haja quem as minimize, embora haja quem conteste antecipadamente os seus resultados, as eleições são já mesmo importantes. Não apenas porque vão servir para a escolha de quem vai redigir e aprovar a Constituição — uma Constituição que, para além do acordado entre o M. F. A. e seis partidos que representarão maid de 90 por cento dos eleitorados, terá, de acordo com o que a Constituinte decidir, que ver com a vida de todos nós. Mas também porque, através das eleições, os tigres ferozes de agora passarão a ser simples tigres de papel.»

. A terminar a série de discursos falou Magalhães Mota, que analisou tambem a importância das eleições que se avizinham:

. «Não somos, nem queremos ser, um partido eleitoralista. Mas temos consicência de que, um processo democrático, é por eleições livres que se escolhem os destinos dum país e de suas equipas dirigentes.

Há quem prefira esquecer quantos não são militantes ou filiados.

Por isso, ao mesmo tempo que se proclamam do povo, nunca o consideram preparado nem esclarecido.

E até já se podem dispensar de esclarecer. Porque há quem, de novo sugira que a política é só para alguns, os iniciados e esclarecidos, e aos outros basta votar em branco...

Como se ter uma larga percentagem de votos em branco, não fosse em última análise, ter uma maioria silênciosa.

Democracia não é só governar para o povo. É o Governo do povo e pelo povo.

Por isso, sempre quisemos eleições.

Por isso vamos votar.

Mas, amigos, não somos um partido eleitoralista.

Com toda a confiança nos nossos militantes, aqu estou a dizer-lhes que o dia 25 não é um final mas um começo.

Queremos que ele seja como o primeiro 25 de Abril, um passo no caminho duma democracia.

MÁRIO DE AZEVEDO (P.P.M.)

URBANISMO PARA A COMUNA NÃO IMPLICA SEGREGAÇÃO

PORTO, 23 — «O urbanismo, para a comuna, não é um meio de praticar qualquer espécie de segregação, mas um meio fundamental na determinação de condições básicas que permitam às famílias tornarem-se mais abertas, alegres e dispostas a uma vivência comunitária, indispensável ao exercício de pluralismo democrático, à aceitação do outro como amigo, embora pensando de maneira diferente», afirmou Mário de Azevedo, do P. P. M., no decorrer do comício daquele Partido que teve lugar na noite de ontem no Teatro Vale Formoso.

Ao iniciar o comício, Costa e Almeida historiou o aparecimento do Partido Popular Monárquico, divulgando depois as actividades dos candidatos que iriam usar da palavra.

Falaram ainda António de Sampaio («somos o Partido do futuro»); Joaquim Lourenço, empregado de mesa («cabem todos os portugueses na política, seja qual for a sua profissão e o seu grau de instrução e ela não mais é propriedade exclusiva de privilegiados»); um representante da Juventude Monárquica, Reis Torgal («a Juventude Monárquica não está ligada a qualquer organização internacional ou nacional da juventude») (...); («somos contra o Serviço Cívico porque queremos os alunos na escola, muito embora saibamos do valor e do interesse do contacto com o povo»); Mário Leal, Carlos Faia Santarém, António Moniz e Vaz Serra e Moura, este do directório do P. P. M., que salientaram o significado das eleições e a restauração de uma monarquia de tipo popular.

EM PORTALEGRE

Na sessão de convívio e diálogo promovida pelo P. P. M. em Portalegre registou-se interessada participação por parte da assistência.

O Partido que dispõe, entre os seus filiados e simpatizantes, de um grande número de técnicos agrários, manifestou mais uma vez não ser um Partido tecnocrático, ainda que advogue uma reforma agrária que leve aos campos, através das indispensáveis infra-estruturas, os benefícios da comunicação, energia, ensino, saúde e cultura, que têm beneficiado apenas o homem urbano.

«O desequilíbrio do desenvolvimento deverá ser anulado. O Partido Popular Monárquico considera a cidade como consequência do campo e não o seu despojo», disse um orador.

EM GAVIÃO

O P. P. M. realizou em Gavião a sua primeira sessão local de diálogo e convívio. Apesar de convocada à última hora, a população acorreu em grande número, tendo havido interessada troca de opiniões.

Mais uma vez o P. P. M. exerceu acção crítica sobre a florestação e expôs o seu conceito de reforma agrária. Definiu o latifúndio como «qualquer bem que não cumpre a sua função social». Consequentemente, em agricultura o conceito é independente da área geométrica da exploração.

SESSÕES E COMÍCIOS PARA HOJE

C. D. S.

Na Guarda, com Galvão de Melo e Silvério Monteiro, às 21 horas.

F. E. C. (M-L)

No Pavilhão do Académico, no Porto, às 21 e 30; no Funchal, às 19 horas; na Casa do Pessoal da Sacor, em Lisboa, às 18 horas; no Salão Polivalente da Brandoa (Amadora), às 21 e 15; no Bairro Gouveia, em Alhos Vedros, às 21 e 30; em Porto de Mós, às 21 horas; em Arregaça (Coimbra), às 21 horas; em Eira Pedrinha (Condeixa), às 21 horas; em Cantanhede, às 21 horas; na Casa do Povo de Poiares, às 21 horas; em Cacela (Algarve), às 21 horas; e ainda no Hospital de Santo António, no Porto, às 17 e 30, e em Penafiel, às 21 e 30.

F. S. P.

No refeitório da Inatel (ex-F. N. A. T.), com Carlos Ferreira, às 18 horas, no refeitório da Carris (Amoreiras), com Paulo Loureiro e Luís Soares, às 16 e 30; em Armação de Pêra e Vila Real de Santo António, às 22 horas; em A-da-Gorda (Leiria) e Famalicão da Nazaré, às 21 horas, em Santarém, Torres Novas, Tomar, Bairro de Atalaião (Portalegre) e Darque (Viana do Castelo), às 21 e 30, e ainda na Casa do Povo de Igrejinha (Évora), às 21 horas.

L. C. I.

No Palácio de Cristal, no Porto, com a presença de Alain Krivine; na colectividade «Os Leças», no Barreiro; no Clube Desportivo de Arroios, e em Alqueidão (Leiria), todas com início às 21 e 30.

M. D. P./C. D. E.

Em Aveiro, com José Tengarrinha; Beja, com Daniel Cabrita, Blasco Hugo, Fernandes, Pedro Ramos de Almeida, e todos os candidatos pelo distrito em Évora, com António Galhordas e João Vargas; em Faro, com Francisco Pereira de Moura; e Pombal, com Lino de Carvalho, e Alberto Branco, todos com início às 21 e 30; e ainda em Coimbra, para estudantes, com Vítor Costa, Orlando de Carvalho e Deolinda Pereira, às 17 horas; Mira de Aire, às 21 horas; Mafra, com Felicidade Alves e Goucha Soares, às 21 e 30; Torres Vedras, com Vítor Dias, Ana Maria Alves e Artur Jorge, às 21 e 30; Arruda dos Vinhos, com Lindim Ramos, Ricardo Sá Fernandes e Sérgio Ribeiro, às 21 e 30; e em Vila Pouca de Aguiar (Vila Real), com Marília Matos e Avelino, às 21 e 30; na Direcção-Geral da Fazenda Pública (Ministério das Finanças), às 17 e 30; na C. P. E. (Avenida Infante Santo), com Ana Maria Alves e Artur Jorge, às 17 e 30; na Robialac (Sacavém), com Lindim Ramos; na Cidla, com Joaquim Dias e Ricardo Sá Fernandes; na Fidelidade (Largo Corpo Santo, 13, em Lisboa); nuempresa Baptista Russo (Cabo Ruivo), com Tavares da Cruz; na Autosil, em Paço de Arcos, com Marques Pinto; na C. N. N. (Alcântara), com um elemento do Grupo de Economia e na Comundo, com Rui Dantas, todas com início às 18 horas.

Distrito de Setúbal: Bombeiros Voluntários de Alcáceres, Academia de Almada, Clube Recreativo do Laranjeiro, Sociedade 7 de Maio, em Palhais: Sociedade «Os Franceses», no Barreiro; na Casa do Povo de Melides (Grândola), no salão de festas de Lousal; na Casa do Povo de Camba, na Sociedade Capricho, na Moita, na Sociedade Loureiros, em Palmela; na Casa do Povo de Santiago de Cacém; no Clube Sesimbrense, em Sesimbra; na Sociedade Operária, em Amora; na Escola de P. Covo, e na empresa Belos, em Vila Nova de Azeitão.

M. E. S.

No Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, às 21 e 30; nos Bombeiros de Colares; na Sociedade de Janes, em Ponta Delgada; em Alcobaça; Peniche, Ovar, Tavira, Olhão, Silves, Chamusca, Marinhais (Santarém), Casa do Povo de Alcochete, nos Bombeiros de Paredes de Coura (Viana do Castelo), na Casa do Povo de Faro do Alentejo (Beja), e ainda em Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso e Marco de Canaveses.

P. C. P.

No Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, com a presença de Álvaro Cunhal, Alda Nogueira, José Pedro Soares, Zita Seabra e Rogério Paulo, às 21 e 30; em Guimarães, com Lino Lima, Carlos Costa, Jorge Araújo, Alfredo Cardoso e Ana Maria Lopes, às 21 e 30; em Vila Flor (Bragança), com Anjos Afonso, Carlos Araújo, Fernanda Freitas e Manuel Carvalho; às 21 horas; em Castelo Branco, com Alberto Agostinho, Mário Cabrito, Judite Cunha, Fernando Neves, Manuel Pedro, Apolinário Proença, Sousa Vale, Mário Castrim e João Paulo Guerra, na Sociedade União Seixalense, às 21 horas; em Vila Real, com Cardoso Alves, Manuel da Silva, Costa, Maximino Cunha, Margarida Tengarrinha e Medeiros Ventura, às 21 e 30; e ainda na Póvoa de Varzim, Vila Nova de Gaia e Vila Meã (Porto), também às 21 e 30.; no Clube Recreativo Piedense, no Atlético Clube do Monte de Caparica, na Sociedade Recreativa União Pragalense, no Sport Clube Covina (Trafaria), nos bombeiros da Costa de Caparica, no Barracão Zé do Zego (Fonte da Telha), todas às 21 e 30; e ainda para os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, às 18 horas; no Grupo Desportivo da C. U. F. (Barreiro), na Paulo Antoniense Futebol Clube (Barreiro), no salão de festas Herdeiros Luís André Rodrigues (Grândola), às 21 horas; na Escola de Vale Seco (Santiago de Cacém), e em Sesimbra, às 21 e 30.

Haverá ainda sessões em Aveiro, S. Martinho da Gandara (Oliveira de Azeméis), Santa Clara (Odemira), Cadima (Cantanhede), Figueira de Lorvão (Penacova), Venda Nova (Soure), Gesteira (Soure), Murtede (Cantanhede), Tábua, Lousã na Fábrica Triunfo, em Coimbra; Redondo, Fracatel e Riola, no distrito de Évora, S. Brás de Alportel, Almancil, Campinas de Loulé, Rio Seco, Carvoeiro e Algoz, no distrito de Faro; Patais, Leiria, Alcobaça, Marinha Grande, S. Cosme, Goloi, Valbom e Rio Tinto, no concelho de Gondomar; Paços de Ferreira, Torrados (Porto), Midões (Santo Tirso), Paredes Meinedo (Lousada), Entroncamento, Tramagal, Tomar, Alcanhões (Santarém), Alcanede, Arneiro das Milharaças, Couço e Salvaterra de Magos no distrito de Santarém: Campo de Cima (Chaves) e Quintela (Valpaços).

P. P. D.

Em Algés, com Pinto Balsemão, Marcelo Rebelo de Sousa, Pascoal e Alfredo de Sousa, às 21 e 30; em Braga, com todos os candidatos pelo círculo, às 21 e 30; na Covilhã, com Magalhães Mota às 21 e 30; no pavilhão dos Olivais, em Coimbra; com todos os candidatos pelo círculo e em Elvas às 21 e 30; na Sorefame, para sócio-profissionais, com Marcelo Rebelo de Sousa, às 18 e 30; na sede nacional do P. P. D., para o pessoal dos T. L. P., com Helena Roseta, às 18 e 30; No Clube Naval Setubalense, em Setúbal; às 21 e 30; em Moselas (Viseu); em Odemira, às 21 e 30; em Ancora (Castelo Branco), às 21 e 30; em Tavarede e Alcaidão (Figueira da Foz), às 21 horas; e ainda em Aljubarrota, Riba Fria e Póvoa no concelho de Alcobaça, às 21 horas.

P. P. M.

No Carnide Clube (Carnide); no cinema de Alenquer; em Coruche e Vila Meã (Paços de Ferreira), às 21 e 30; em Portalegre, Paranhos, Vila Nova de Tadeu e Folgosinho, no distrito da Guarda; Canas de Senhorim, Alvarim e Sabugosa, no distrito de Viseu às 21 horas; e ainda em Muge e Fajarda no distrito de Santarém, às 15 e 18 e 30, respectivamente.

P. S.

No Cinema D. João V, na Damaia, com Sottomayor Cardia, Medeiros Ferreira, Arons de Carvalho, Mário Mesquita e Carmelinda Pereira, às 21 horas, no Teatro Chaby, em Algueirão, com Magalhães Godinho, Rui Santos, Igrejas Caeiro, Maria do Pilar e Mário Nunes, às 21 horas; em Moura, com Lopes Cardoso, Raquel Franco, Luís Cacito, Costa Pinto, Aníbal Costa e Apóstolo Godinho, às 21 e 30; em Caldas de Vizela (Braga), com Mota Prego, Maria Helena Carneiro, Oliveira Rodrigues, Sousa Lopes e Angelo Medon, às 21 e 30; em Braga, com Salgado Zenha, Armando Bacelar, Cunha Coelho, Ferreira Salgado, Tinoco Faria, Maria Candidada Serapicos e Agostinho Domingues, às 21 e 30; em Mirandela, com Raul Rego, Paulo Quintela, Afonso Machado e Carlos Morgado, às 21 e 30; em Portalegre, às 21 e 30, em Chaves, às 21 e 30 e em Penacova, com António Campos e Teresa Freitas, às 21 e 30.; no Pavilhão Socialista, no Cacém, com Marcelo Curto, Aquilino Ribeiro, Teresa Vidigal e Anselmo Anibal, às 21 horas; no Sport Clube da Alapraia (Estoril), com Alfredo Carvalho e José Courinha, às 21 horas; no Clube Cascalheira, em Campolide, com Carlos Marques e Casimiro Paulo dos Santos, às 21 e 30; no Clube Recreativo «Os Bem Entendidos», em Alhogas, com Jorge Ramos e Manuel Moura, às 21 e 30; em Alguber (Cadaval), com Riço Calaço e Pina Correia, às 21 e 30; na Sociedade Guilherme Cossul, com Rui Cunha e Godinho de Matos, às 21 e 30, no Anuário Comercial, com João Gomes e Amarino Sabino, às 18 horas; na Favorita (Rua Penha de França), com Luis Covas e Anselmo Aníbal, às 18 e 30; na Sorel, com Fernanda Lopes Cardoso, e Casimiro Paulo dos Santos, às 19 horas; na Tofa, com Carmelinda Pereira, às 18 horas; na Sociedade Central de Cervejas, aos Anjos, com José Manuel Duarte e Rosa Gomes, às 21 e 30; e na Carris (Santo Amaro), com Magalhães Godinho, Manuel Moura e Alfredo Carvalho, às 18 horas.

P. U. P.

No Instituto de Obras Sociais em Sines e em Lagos, às 21 horas.

U. D. P.

Nos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém, às 21 horas; no Sport Clube de Mem-Martins, às 21 horas; no Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira, às 21 horas; na escola primária de Aradio (Leça do Bailio), às 21 horas; e ainda em Bencatel (Évora), às 21 e 30.

Nacional

CAMPANHA DE NORTE A SUL

CONTRA O VOTO EM BRANCO

Em Vila da Feira, Almeirim, Bragança e na Covilhã, comícios de encerramento da campanha eleitoral do M. D. P./C. D. E. Em Almeirim, o apelo a um voto consciente na hora importante que se aproxima, foi feito pela candidata Maria da Purificação, que se referiu «à luta que cabe ao Povo Português na defesa da liberdade e pela conquista da democracia».

Entretanto, na Covilhã, Antunes Ferreira manifestava-se contra o voto em branco. «O voto é uma opção esclarecida», declarou, lamentando a seguir que «gente consciente engane o povo, recomendando a não utilização da sua grande arma que é o voto».

Referindo-se à «batalha da produção», que classificou de fundamental na vida do País, considerou que «só é possível com a formação de técnicos, dentro de uma educação autenticamente democratizada». Por seu lado, Graciete Batista afirmou que «importa que a nova Constituição termine com os últimos vestígios do fascismo, ainda existente em muitos aparelhos do Estado».

O M. D. P./C. D. E. publicava igualmente um comunicado integrado no fecho desta campanha eleitoral. Considera que as eleições não são decisivas para a vitória do Povo Português, mas que «os resultados da votação podem ser uma importante alavanca no avanço da revolução». Reafirmando o seu carácter de partido de unidade do povo, o M. D. P. declara que «na Constituinte se baterá para que os trabalhos sejam acompanhados pelo povo», única garantia de «uma Constituição progressista, ao serviço da revolução».

NADA A VER COM A RENÚNCIA

. O P. P. D. é alheio ao incidente da renúncia de candidatos do C. D. S. em Faro — diz um comunicado divulgado a propósito do caso.

Recorda-se que há dias quatro candidatos do C. D S. propostos pelo círculo algarvio renunciaram subitamente, desfalcando ali o partido, mas sem o impedir de participar localmente na campanha para a Constituinte. Rumores correram em Faro sobre a alegada influência de um dirigente do P. P. D, eng.º Mateus de Brito, na atitude tomada, o que por outras palavras, equivaleria a uma manobra antidemocrática. Entretanto os ex-candidatos do C D. S. tornavam público um texto em que sublinhavam não se sentirem em consciência habilitados a qualquer opção, quanto mais a representarem um partido na luta eleitoral.

Diz agora o Secretariado Distrital do P. P. D. de Faro:

. «1 — É falso que algum elemento do P. P. D. incluindo o eng.º Mateus de Brito tenha sugerido, insistido ou determinado, qualquer dos candidatos propostos pelo C. D. S. de Faro, a renunciar à sua candidatura.

2 — O que aconteceu, segundo a voz pública é que os renunciantes alegando terem assinado requerimentos para candidaturas para deputados daquele partido sem conhecerem o sentido e o alcance dos mesmos por não lhes ter sido explicado devidamente pelo dr. Jacinto Duarte, logo que se aperceberam do engano espontânea dirigiram-se ao corregedor do círculo apresentando os pedidos de renúncia.

3 — Não receia o P. P. D. e muito menos o eng.º Mateus de Brito, qualquer processo judicial relacionado com este assunto, só lamentando que o mesmo esteja a ser explorado como baixa manobra publicitária por um partido que o P. P. D. não hostiliza, mas que diverge profundamente nas suas linhas programáticas.»

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E FUNCIONAMENTO

Dois comícios principais, ontem, para o Partido Socialista: Vila Franca de Xira e Lamego. Em Vila Franca, Salgado Zenha recordou que «durante 50 anos os vilafranquenses sempre lutaram pela liberdade e não poucos sofreram as torturas da P. I. D. E., dessa P. I. D. E. criminosa que organizou fichas de quatro milhões de portugueses, as quais se encontram nas suas instalações». E prosseguiu afirmando que «a P. I. D. E. morreu, mas é preciso acabar com o espírito pidesco, em que a violência é substituída pela calúnia e o insulto». A terminar, salientou que «Portugal acabou com as colónias mas não quer ser colónia de ninguém».

Por sua vez, em Lamego, Mário Soares afirmou que o P. S. não é uma organização política «triunfalista, nem tem a pretensão de ser um partido de élite», considerando ainda que só com vários partidos há democracia.

«O nosso objectivo é unir os portugueses, e não desuni-los. Nós queremos a liberdade para todos os portugueses. Não queremos governar contra a vontade do povo, porque entendemos que o povo deve escolher os seus governantes.»

. Mais adiante, o dr. Mário Soares afirmou ainda entender que as Juntas de Freguesia e as Câmaras devem ser eleitas pelo povo. Abordou ainda o problema da unidade sindical e da liberdade religiosa, e afirmou sobre este último ponto que o P. S. defende o direito do povo português ver respeitadas as suas crenças religiosas. Ainda sobre o aspecto religioso o dr. Mário Soares afirmou: «Tão bom socialista é aquele que vai à missa como aquele que não vai.» Disse ainda que enquanto o P. S. estiver ligado ao Governo deste País, a liberdade religiosa do povo português será respeitada. Abordou depois o problema da liberdade de expressão e pensamento, tendo afirmado mais adiante que o socialismo para o P. S. consiste em arranjar casa, trabalho e pão para todos os portugueses. «Queremos que a Medicina deixe de ser um luxo ao serviço dos ricos para passar a estar ao alcance de todos.»

O POVO PORTUGUÊS CONFIANTE NUM PORTUGAL DEMOCRÁTICO

«Nenhum partido pode ter a pretensão de construir sozinho uma sociedade nova», afirmou Álvaro Cunhal num comício do Partido Comunista Português, na Figueira da Foz. Depois de salientar que, de Norte a Sul, o povo português está seguro de que se construirá um Portugal democrático, deplorou que na construção desse Portugal democrático não se esteja hoje como numa «grande família», «assim não acontece, prosseguiu, porque «há quem queira liberdade, mas uma liberdade que permita também a liberdade aos monopólios e aos latifundiários».

Referiu-se em seguida ao início da reforma agrária, considerando que as primeiras medidas são objectivamente para bem do povo, mas que terminar com os parasitas vai ser difícil. E prosseguiu: «Toda a gente neste país se diz agora democrata, se diz que não é reaccionária e se diz que é socialista. O próprio general Spínola, que foi o instigador do golpe revolucionário do 11 de Março, foi o primeiro a dizer nessa altura que era pelo socialismo em liberdade.»

Álvaro Cunhal fez depois uma breve resenha desde o 25 de Abril, para analisar o que foi a plataforma assinada com o M.F.A., e que constitui a elaboração de um pacto em que os partidos se comprometem a caminhar na via socialista.

E prosseguiu: «Acontece, porém, que a seguir a esta assinatura continuaram os partidos na sua campanha anticomunista, chegando ao ponto — como acontece com o P.P.D. e o C.D.S. — de atacarem até fisicamente os militantes do P.C.P.»

E mais adiante: «Os comunistas não têm a pretensão de, sozinhos, construir a democracia e depois o socialismo, uma sociedade em que desapareça para sempre a exploração. Os comunistas não ficam à espera de ver para que lado caem os pratos da balança. disse, referindo-se à reacção do seu partido às tentativas do 11 de Março e 28 de Setembro.

"MANTER A VIGILÂNCIA NA ASSEMBLEIA"

«O Movimento da Esquerda Socialista — Movimento Comunista» — tal foi um dos temas abordados ontem no comício do M.E.S. em Faro. Desenvolvendo esse tema, o candidato Francisco Gonçalves afirmou nomeadamente que, para ser vitoriosa, a luta do proletariado «tem que ser definida à luz do objectivo final, o comunismo, e por ela tem que ser guiada, se não as massas trabalhadoras apenas obterão conquistas irreais e ilusórias, que serão sempre recuperadas pela burguesia e permanecerão na posição de exploradas e oprimidas». Seguiram-se Aida Oliveira, que falou de política de saúde, José Silvino, do movimento operário, José Raimundo, que fez o balanço da campanha. Por sua vez, Luís Carvalhinho definiu a posição do M.E.S. face às eleições, afirmando que, dado «o risco das direitas alcançarem a maioria na Assembleia Constituinte», o que poderia comprometer as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, é necessário manter a vigilância revolucionária dentro da Assembleia, sendo fundamental «eleger deputados que garantam não só essa vigilância revolucionária, mas também os avanços já alcançados pela classe operária».

Referindo-se ao relatório sobre os acontecimentos do 11 de Março, José Dias, da comissão política, considera que há pontos pouco claros, nomeadente a presença de oficiais spinolistas no congresso do P.S., e que «é de exigir mais explicações ao M.F.A» Afirmou em seguida que, «depois de uma leitura cuidadosa», se tem que exigir que o Conselho da Revolução «leve a fundo o que agora não pôde explicar»

CRISE DO CAPITALISMO

«É nas provas da prática, na luta da classe operária e de todo o povo, que aparecem e se temperam os seus elementos da vanguarda», disse Rui Carmo, no comício da Frente Eleitoral de Comunistas (marxistas-leninistas) em Coimbra. Acrescentou que esses elementos, «educados na teoria marxista-leninista, teoria libertadora do proletariado, serão os militantes desse futuro partido por que lutam os marxistas-leninistas há já dez anos».

Por outro lado, o mesmo orador considerou que «atravessamos um período de profunda crise do capitalismo, o povo vive debaixo da pior miséria em que o lançam os capitalistas, a sua luta avança e cada vez é maior a capacidade de direcção dos comunistas marxistas-leninistas nessa luta. Mas, enquanto não for construído o partido que dirigirá as lutas em todo o País, segundo um plano único que as oriente para um objectivo, essa luta não é capaz de marchar até ao assalto ao poder do Estado da burguesia.»

LENINE HOMENAGEADO

O Partido de Unidade Popular (P.U.P.) comemorou ontem, com uma sessão de esclarecimento em Almada, o 105.º aniversário do nascimento de Lenine, durante o qual foi defendida a criação de «um verdadeiro partido comunista português marxista-leninista».

Um dos oradores, um operário electricista candidato por Setúbal, interveio sobre a questão habitacional afirmando que só na zona de Lisboa 20 000 famílias viverão em barracas, nada tendo sido feito para melhorar esta situação. O problema dos despedimentos foi igualmente focado como decorrência lógica do sistema capitalista a quem a existência de massas de trabalhadores sem emprego serve para os utilizar contra as lutas reivindicativas do operariado. Os oradores defenderam a tomada do aparelho de Estado pela classe operária e a instauração da ditadura do proletariado como forma única de terminar com a exploração do homem pelo homem e atingir o socialismo. Outra candidata usou da palavra para atacar a exploração do trabalho feminino e situar a luta pela emancipação da mulher no quadro geral da luta de classes e não na reivindicação para ela de comodidades de tipo burguês.

A figura do dirigente bolchevique da revolução russa foi particularmente evocada por um candidato por Évora, professor, que depois de lembrar a sua vida e a sua obra, sublinhou não ser a liberdade de hoje, em Portugal, a das classes trabalhadoras, mas antes a da burguesia.

OS TRABALHADORES DEVEM CONTROLAR A PRODUÇÃO

O último comício da Liga Comunista Internacionalista efectuou-se ontem, com a presença de Alain Krivine, líder trotskista francês. Depois de saudar a assistência e as lutas do Povo Português, afirmou que «os trabalhadores franceses têm hoje os olhos postos em Portugal e começam a saber que aqui se desenvolvem lutas e formas de organização que representam um exemplo para todo o movimento operário».

Antes tinham falado diversos oradores, como Francisco Sardo que, constatando que os partidos da burguesia se encontram em crise de direcção, considera que «é chegada a altura de abrir as perspectivas do processo revolucionário que se impõem. Num rápido balanço chegamos à conclusão de que a correlação de forças se deslocou para o operariado, pois ele alcançou importantes vitórias no controlo directo das fábricas e dos campos».

Por seu lado, Francisco Moreira, do Comité Central disse:

. «Não podemos chegar ao socialismo sem a total nacionalização das grandes empresas, medida que, para ser, na verdade revolucionária, não poderá ser acompanhada de indemnizações.» E a terminar: «É necessário que os trabalhadores elejam os seus delegados, dentro dos locais de trabalho, para poderem controlar a sua produção e a gestão dos locais de trabalho.»

. A seguir, o militante da L. C. I., José Manuel Rodrigues, analisou a luta que se deve travar dentro dos sindicatos. «Um sindicato, para ser uma arma de defesa e de educação dos trabalhadores, não poderá estar submetido a linhas partidárias, como vem hoje acontecendo, na nossa sociedade, onde partidos da esquerda e da extrema-esquerda fazem censura partidária, dividindo, assim, os trabalhadores e enfraquecendo-os nas suas lutas de classe.»

COMÍCIO NO PORTO

O CAMPO DE BATALHA É A LUTA DE CLASSES

PORTO, 23 — «A nossa atitude é uma atitude revolucionária, é uma luta de denúncia e de combate sem tréguas à burguesia, esteja ela no Estado ou nos locais de trabalho», afirmou o candidato à Assembleia Constituinte pela U. D. P., José Mário Branco, no comício realizado por aquele partido, ontem à noite, no Pavilhão do Académico.

Este orador, o último a usar da palavra, presidiu à sessão e abriu o comício saudando os povos cambojano, vietnamita, palestiniano e chileno, os povos do Leste «dominados pelos sociais-imperialistas», os povos das ex-colónias os das repúblicas da China e da Albânia, referindo-se também ao aniversário do nascimento de Lenine.

No seu discurso de fundo, José Mário Branco referiu-se às eleições e aos motivos que levaram a U. D. P. a participar nas mesmas («com a intenção de fazer ouvir a voz dos revolucionários, a voz da vanguarda operária e camponesa, a voz da revolução democrática e popular»).

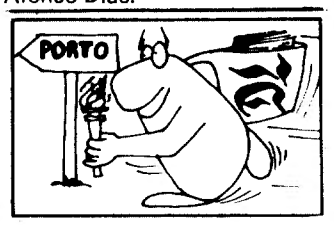
A propósito dos termos em que os «partidos burgueses fizeram a sua propaganda», afirmou:

. «No meio de tudo isto, o povo já não sabe se é o C. D. S. ou P. P. D. que lava mais branco, se são os revisionistas que lhe propõem o escudo invisível, ou se nove de cada dez estrelas preferem Mário Soares.»

. A terminar e após acentuar que a U. D. P. não é uma frente eleitoral, José Mário Branco disse:

. «O campo de batalha é a luta das classes na produção, nos sindicatos, na luta política.»

. Falaram ainda José Pisco (análise da situação política), Isabel Branco (problema da habitação), Manuel Pereira, pescador de Matosinhos (a vida e exploração dos pescadores do bacalhau), Mariana Charrua (vida dos camponeses), José Rafael (lutas sindicais), Amélia Capito (despedimentos) e Afonso Dias.



SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS

AOS MEMBROS DAS MESAS DAS ASSEMBLEIAS OU SECÇÕES DE VOTO

LEGISLAÇÃO MAIS IMPORTANTE QUE INTERESSA CONHECER

(DEC.-LEI 621 - C/74 DE 15.NOV.)

ARTIGO 50.º

(CONSTITUIÇÃO DA MESA)

1 — A mesa da assembleia de voto não poderá constituir-se antes da hora marcada para a reunião da assembleia, nem em local diverso do que houver sido determinado, sob pena de nulidade de todos os actos que praticar e da eleição.

2 — Após a constituição da mesa, será logo afixado à porta principal do edifício em que estiver reunida a assembleia de voto um edital, assinado pelo presidente, contendo os nomes dos cidadãos que formam a mesa e o número de eleitores inscritos.

ARTIGO 51.º

(PERMANÊNCIA DA MESA)

1 — Constituída a mesa, ela não poderá ser alterada, salvo caso de força maior. Da alteração e das suas razões será dada conta em edital afixado no mesmo local indicado no artigo anterior.

2 — Para a validade das operações eleitorais é necessária a presença, em cada momento, do presidente ou do seu suplente e de, pelo menos, dois vogais.

ARTIGO 52.º

(PODERES DOS DELEGADOS DAS LISTAS)

Os delegados das diferentes listas terão os seguintes poderes:

a) Ocupar os lugares mais próximos da mesa, por forma a que possam fiscalizar plenamente todas as operações eleitorais;
b) Ser ouvidos em todas as questões que se suscitarem durante o funcionamento da assembleia de voto, quer durante a votação, quer durante o apuramento;
c) Rubricar, selar e lacrar todos os documentos respeitantes às operações eleitorais;
d) Não ser detidos durante o funcionamento da assembleia de voto, a não ser em flagrante delito de crime punível com pena maior;
e) Obter todas as certidões que requererem sobre as operações de votação e apuramento.

ARTIGO 53.º

(CADERNOS ELEITORAIS)

1 — Logo que definidas as assembleias de voto e designados os membros das respectivas mesas, cada uma destas deverá extrair duas cópias ou fotocópias dos cadernos de recenseamento cuja exactidão será confirmada pela comissão de recenseamento e destinada aos escrutinadores.

Os delegados das listas poderão extrair também cópia ou fotocópia dos cadernos (1).

2 — Quando houver desdobramento da assembleia de voto as cópias ou fotocópias abrangem apenas as folhas do caderno correspondente aos eleitores que hajam de votar em cada secção de voto.

3 — As cópias ou fotocópias previstas nos números anteriores deverão ser obtidas o mais tardar até dois dias antes da eleição (1).

ARTIGO 54.º

(OUTROS ELEMENTOS DE TRABALHO DA MESA)

1 — O presidente da Câmara ou da comissão administrativa municipal ou, nos concelhos onde existirem bairros administrativos, o administrador de bairro entregará a cada presidente das assembleias ou secções de voto, até três dias antes do dia designado para a eleição, um caderno destinado às actas das operações eleitorais, com termo de abertura por ele assinado e com todas as folhas por ele rubricadas, bem como os impressos e mapas que se tornem necessários (2).

2 — As entidades referidas no número anterior entregarão também, a cada presidente das assembleias ou secções de voto, até três dias antes do dia designado para a eleição, os boletins de voto que lhes forem remetidos pelo governador civil (3).

ARTIGO 82.º

(PESSOALIDADE DO VOTO)

1 — O direito de sufrágio é exercido pelo cidadão eleitor, salvo o disposto nos números seguintes.

2 — Podem exercer o direito de voto por intermédio de representante os membros das Forças Armadas, das forças militarizadas, bem como os trabalhadores das repartições civis do Estado das autarquias locais, dos estabelecimentos hospitalares, das empresas públicas ou das empresas concessionárias de serviços públicos que, no dia da eleição, estiverem impedidos de se deslocarem à assembleia ou secção de voto em que se encontrem inscritos, por imperativo do exercício das suas funções, devendo obrigatoriamente fazer prova desse impedimento.

3 — Cada eleitor só poderá nomear validamente um representante e fá-lo-á através de documento isento de selo, com assinatura do representado reconhecida notarialmnte. O representante deverá estar devidamente inscrito na mesma comissão de recenseamento do representado e só pessoalmente poderá exercer o direito de voto que lhe foi delegado.

4 — Cada representante só poderá representar validamente um cidadão eleitor, excepto se este for membro das Forças Armadas. A representação envolve a transferência para o representante dos direitos e deveres que pertenciam ao representado na eleição de deputados à Assembleia Constituinte.

5 — Não poderá exercer pessoalmente o seu direito de voto o representado presente no dia da eleição na freguesia correspondente à assembleia de voto em que se encontra inscrito, se já tiver nomeado validamente representante seu.

6 — No acto da votação, o representante, apresentando-se perante a mesa, deverá identificar-se ao presidente, nos termos da legislação eleitoral, exibindo também a procuração do representado e o documento autenticado pela autoridade hierarquicamente superior comprovativo da impossibilidade de exercício do direito de voto. O presidente da mesa, depois de apreciar a regularidade formal desses documentos e de reconhecer o votante como o representante validamente nomeado, dirá o nome do representado em voz alta e entregará o boletim de voto ao representante. Os nomes dos eleitores que votaram através de representante constarão obrigatoriamente da acta das operações eleitorais.

ARTIGO 83.º

(UNICIDADE DO VOTO)

A cada eleitor somente é permitido votar uma vez.

ARTIGO 84.º

(DEVER DE VOTAR)

1 — O sufrágio constitui um dever cívico.

2 — Salvo motivo justificado, o não exercício do direito de voto determina inelegibilidade para a Assembleia Legislativa, para os corpos administrativos ou para os órgãos dirigentes de qualquer pessoa colectiva pública durante um ano após a eleição da Assembleia Constituinte.

3 — Compete ao juiz de Direito da comarca respectiva declarar justificado o não exercício de voto, se tal lhe for requerido pelo interessado no prazo de trinta dias após a eleição.

ARTIGO 85.º

(SEGREDO DO VOTO)

1 — Ninguém pode ser, sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu voto.

2 — Dentro da assembleia de voto e fora dela, até à distância de 500 m, ninguém poderá revelar em qual lista vai votar ou votou.

ARTIGO 86.º

(VOTO DOS CEGOS)

Os cegos não interditos por sentença votarão acompanhados de um cidadão eleitor por si escolhido que garantirá a fidelidade de expressão do seu voto e ficará obrigado a absoluto sigilo.

ARTIGO 87.º

(REQUISITOS DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO)

Para que o eleitor seja admitido a votar deverá estar inscrito no caderno eleitoral e ser reconhecida pela mesa a sua identidade.

ARTIGO 88.º

(LOCAL DO EXERCÍCIO DO SUFRAGIO)

O direito de voto será exercido apenas na assembleia eleitoral correspondente ao local por onde o eleitor esteja recenseado.

Secção II

VOTAÇÃO

ARTIGO 89.º

(ABERTURA DA VOTAÇÃO)

1 — Constituída a mesa, o presidente declarará iniciadas as operações eleitorais, mandará afixar o edital a que se refere o artigo 50.º, n.º 2, procederá com os restantes membros da mesa e de delegados das listas à revisão da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa e exibirá a urna perante os eleitores para que todos possam certificar-se de que se encontra vazia.

2 — Não havendo nenhuma irregularidade, imediatamente votarão o presidente, os vogais e os delegados das listas.

ARTIGO 90.º

(ORDEM DA VOTAÇÃO)

Os eleitores votarão pela ordem de chegada à assembleia de voto, dispondo-se para o efeito em fila.

ARTIGO 91.º

(CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES ELEITORAIS)

A assembleia eleitoral funcionará ininterruptamente até serem concluídas todas as operações de votação e apuramento.

ARTIGO 92.º

(ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO)

1 — A admissão de eleitores na assembleia de voto far-se-á até às 19 horas. Depois desta hora apenas poderão votar os eleitores presentes (1).

2 — O presidente declarará encerrada a votação logo que tiverem votado todos os eleitores inscritos ou, depois das 19 horas, logo que tiverem votado todos os eleitores presentes na assembleia de voto.

ARTIGO 93.º

(NÃO REALIZAÇÃO DA VOTAÇÃO EM QUALQUER ASSEMBLEIA DE VOTO)

1 — Não poderá realizar-se a votação em qualquer assembleia de voto se a mesa não se puder constituir, se ocorrer qualquer tumulto que determine a interrupção das operações eleitorais por mais de três horas ou se na freguesia se registar alguma calamidade ou grave perturbação da ordem pública no dia marcado para a eleição ou nos três dias anteriores.

2 — No caso previsto no número anterior, será a eleição efectuada no mesmo dia da semana seguinte, considerando-se sem efeito quaisquer actos que eventualmente tenham sido praticados na assembleia de voto.

3 — O reconhecimento da impossibilidade de a eleição se efectuar e o seu adiamento competem ao governador civil.

ARTIGO 94.º

(POLÍCIA DA ASSEMBLEIA DE VOTO)

1 — Compete ao presidente da mesa, coadjuvado pelos vogais desta, assegurar a liberdade dos eleitores, manter a ordem e, em geral, regular a polícia da assembleia, adoptando para esse efeito as providências necessárias.

2 — Não serão admitidos na assembleia de voto e serão mandados retirar pelo presidente os cidadãos que se apresentarem manifestamente embriagados ou que forem portadores de qualquer arma.

ARTIGO 95.º

(PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA NAS ASSEMBLEIAS DE VOTO)

É proibida qualquer propaganda dentro das assembleias eleitorais e fora delas até à distância de 500 m.

ARTIGO 96.º

(PROIBIÇÃO DA PRESENÇA DE NÃO ELEITORES)

O presidente da assembleia eleitoral deverá mandar sair do local onde ela estiver reunida os cidadãos que aí não possam votar, salvo se se tratar de candidatos e mandatários ou delegados das listas.

ARTIGO 97.º

(PROIBIÇÃO DA PRESENÇA DA FORÇA ARMADA E CASOS EM QUE PODE SER REQUISITADA)

1 — Nos locais onde se reunirem as assembleias de voto, e num raio de 100 m, é proibida a presença de força armada, salvo se o comandante desta possuir indícios seguros de que sobre os membros da mesa se exerce coacção de ordem física ou psíquica que impeça a requisição daquela força. Neste caso, a força poderá intervir por iniciativa do seu comandante, a fim de assegurar a genuinidade do processo eleitoral, devendo retirar-se assim que pelo presidente, ou quem o substitua lhe seja formulado pedido nesse sentido, ou quando verifique que a sua presença já não se justifique (4).

2 — Sempre que o entenda necessário, o comandante da força armada, ou seu delegado credenciado, poderá visitar desarmado e por um período máximo de dez minutos, a assembleia ou secção de voto a fim de estabelecer contacto com o presidente da mesa ou quem o substitua (4).

3 — Quando for necessário pôr termo a algum tumulto ou obstar a qualquer agressão ou violência, quer dentro do edifício da assembleia ou secção de voto, quer na sua proximidade, ou ainda em caso de desobediência às suas ordens, poderá o presidente da mesa, consultada esta, requisitar a presença da Força Armada, sempre que possível por escrito, ou em caso de impossibilidade com menção na acta eleitoral das razões da requisição e do período de presença da força armada (4).

4 — Nos casos previstos nos n.os 1 e 3 suspender-se-ão as operações eleitorais até que o presidente considere verificadas as condições para que possam prosseguir, sob pena de nulidade da eleição na respectiva assembleia ou secção de voto (4).

ARTIGO 98.º

(BOLETINS DE VOTO)

1 — Os boletins de voto serão de forma rectangular, com as dimensões apropriadas para neles caber a indicação de todas as listas submetidas em cada círculo, à votação, e serão impressos em papel liso e não transparente.

2 — Em cada boletim de voto serão impressos, de harmonia com o modelo anexo a esta lei, as denominações, siglas e símbolos dos partidos, ou coligações ou frentes proponentes de candidaturas, dispostos horizontalmente, uns abaixo dos outros, pela ordem que tiver sido sorteada nos termos do artigo 31.º.

3 — Na linha correspondente a cada partido ou coligação ou frente figurará um quadrado em branco que o eleitor preencherá com uma cruz para assinalar a sua escolha.

4 — A impressão dos boletins de voto ficará a cargo do Estado, através da Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

5 — O governador civil remeterá a cada presidente da Câmara ou Comissão Administrativa municipal ou, nos concelhos onde existirem bairros administrativos, ao administrador de bairros, os boletins de voto para que este cumpra o preceituado no n.º 2 do artigo 54.º (5).

6 — O número de boletins de voto remetidos, em sobrescrito fechado e lacrado, será igual ao número dos eleitores inscritos na assembleia ou secção de voto mais de 30 % (6).

7 — O presidente da Câmara ou da Comissão Administrativa municipal ou, nos concelhos onde existirem bairros administrativos, o administrador de bairro e os presidentes das assembleias ou secções de voto prestarão contas ao governador civil dos boletins de voto que receberam, devendo os presidentes das assembleias ou secções de voto devolver-lhe, no dia seguinte ao da eleição, os boletins não utilizados e os boletins deteriorados ou inutilizados pelos eleitores (5).

ARTIGO 99.º

(MODO COMO VOTA CADA ELEITOR)

1 — Cada eleitor, apresentando-se perante a mesa, identificar-se-á ao presidente. Este, depois de reconhecer o eleitor como o próprio, dirá o seu nome em voz alta e entregar-lhe-á um boletim de voto.

2 — De seguida, o eleitor entrará na câmara de voto situada na assembleia e aí, sozinho, marcará com uma cruz, no quadrado respectivo, a lista em que vota e dobrará o boletim em quatro.

3 — Voltando para junto da mesa, o eleitor entregará o boletim ao presidente, que o introduzirá na urna, enquanto os escrutinadores descarregarão o voto, rubricando os cadernos eleitorais em coluna a isso destinada e na linha correspondente ao nome do eleitor.

4 — Se, por inadvertência, o eleitor deteriorar o boletim, deverá pedir outro ao presidente, devolvendo-lhe o primeiro. O presidente escreverá no boletim devolvido a nota de inutilizado, rubricando-o e conservá-lo-á para os efeitos do n.º 6 do artigo 98.º.

ARTIGO 100.º

(VOTO EM BRANCO OU NULO)

Corresponderá a voto branco ou nulo o boletim de voto:

a) Que não tenha sido devidamente assinalado em qualquer dos quadrados a esse fim destinados;
b) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;
c) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido das eleições;
d) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura, ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

ARTIGO 101.º

(DÚVIDAS, RECLAMAÇÕES, PROTESTOS E CONTRAPROTESTOS)

1 — Qualquer eleitor inscrito na assembleia de voto ou qualquer dos delegados das listas poderá suscitar dúvidas e apresentar, por escrito, reclamação protesto ou contraprotesto relativo às operações eleitorais da mesma assembleia e instruí-lo com os documentos convenientes.

2 — A mesa não poderá negar-se a receber as reclamações, os protestos e os contraprotestos, devendo rubricá-los e apensá-los às actas.

3 — As reclamações, os protestos e os contraprotestos terão de ser obrigatoriamente objecto de deliberação da mesa, que o poderá deixar para final se entender que isso não afecta o andamento normal da votação.

4 — Todas as deliberações da mesa serão tomadas por maioria absoluta dos membros presentes e fundamentadas, tendo o presidente voto de qualidade.

CAPÍTULO II

APURAMENTO

Secção I

APURAMENTO PARCIAL

ARTIGO 102.º

(OPERAÇÃO PRELIMINAR)

Encerrada a votação, o presidente da assembleia de voto procederá à contagem dos boletins que não foram utilizados e, bem assim, dos que foram inutilizados pelos eleitores. Encerrá-los-á num sobrescrito próprio, que fechará e lacrará, para o efeito do n.º 6 do artigo 98.º.

ARTIGO 103.º

(CONTAGEM DOS VOTANTES E DOS BOLETINS DE VOTO)

1 — Em seguida, o presidente da assembleia de voto mandará contar os votantes pelas descargas efectuadas nos cadernos eleitorais.

2 — Concluída essa contagem, o presidente mandará abrir a urna, a fim de conferir o número de boletins de voto entrados, voltando a introduzi-los aí no fim da contagem.

3 — Em caso de divergência entre o número dos votantes apurados nos termos do n.º 1 e o dos boletins de voto contados, prevalecerá, para efeitos de apuramento, o segundo destes números.

4 — Será dado imediato conhecimento público do número de boletins de voto através de edital, que, depois de lido em voz alta pelo presidente, será afixado à porta principal da assembleia de voto.

ARTIGO 104.º

(CONTAGEM DOS VOTOS)

1 — Um dos escrutinadores desdobrará os boletins, um a um, e anunciará em voz alta qual a lista votada. O outro escrutinador registará numa folha branca ou, de preferência, num quadro bem visível, os votos atribuídos a cada lista, bem como os votos em branco ou nulos.

2 — Entretanto, os boletins de voto serão examinados e exibidos pelo presidente, que os agrupará, com a ajuda de um dos vogais, em lotes separados correspondentes a cada uma das listas votadas e aos votos em branco ou nulos.

3 — Terminadas estas operações, o presidente procederá à contraprova de contagem de votos registados na folha ou quadro através da contagem dos boletins de cada um dos lotes separados.

4 — Os delegados das listas terão o direito de examinar, depois, os lotes dos boletins de voto separados, sem alterar a sua composição. Se entenderem dever suscitar dúvidas ou deduzir reclamações quanto à contagem ou quanto à qualificação dada ao voto de qualquer boletim, produzi-las-ão perante o presidente e, neste último caso, se não forem atendidas, terão o direito de, juntamente com o presidente, rubricar o boletim de voto em causa.

5 — O apuramento assim efectuado será imediatamente publicado por edital afixado à porta principal do edifício da assembleia, em que se discriminarão o número de votos atribuídos a cada lista e o número de votos em branco ou nulos.

ARTIGO 105.º

(DESTINO DOS BOLETINS DE VOTO OBJECTO DE RECLAMAÇÃO OU PROTESTO)

Os boletins de voto sobre os quais haja reclamação ou protesto serão, depois de rubricados, remetidos à assembleia de apuramento geral, com os documentos que lhes digam respeito.

Continua na pág. 7

CHAMA-SE AINDA A ATENÇÃO E RECOMENDA-SE A LEITURA DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

- **Secção do Decreto-Lei 621-C/74, de 15 de Novembro — Lei Eleitoral — referente às infracções relativas à eleição, compreendida entre os artigos 139.º e 161.º;**
- **O despacho conjunto regulamentar, de 9 de Abril, que consagra a prioridade do exercício do direito de voto dos delegados das listas;**
- **O despacho conjunto regulamentar, de 14 de Abril, que regula a presença nas secções de voto de agentes dos órgãos de informação;**
- **O Decreto-Lei 137-B/75, de 17 de Março, sobre o exercício do direito de voto dos trabalhadores presumivelmente embarcados no dia da eleição;**
- **O despacho conjunto regulamentar, de 17 de Março, que sumariamente esclarece o modo de transmissão do resultado provisório da votação em cada secção de voto.**

NOTA: Cada assembleia ou secção de voto tem à sua disposição (a fornecer pelas Câmaras Municipais ou administrações de bairro) uma colectânea dos textos da legislação eleitoral.

hoje à venda

28 de SETEMBRO

edições Avante!

a conspiração da "MAIORIA SILENCIOSA"

PREFÁCIO

Se a ofensiva contra-revolucionária do mês de Setembro de 1974 tivesse sido bem sucedida, teria culminado com a declaração do estado de sítio, os plenos poderes do general Spínola e a instauração de uma nova ditadura. A maior vaga repressiva de sempre teria abafado as forças democráticas e o MFA.

Tratou-se de uma grande e complexa operação desenvolvida nas mais variadas frentes. A reacção procurava provocar a deterioração da situação económica, política e social até um ponto em que se justificasse, como natural e «salvadora», a intervenção, apoiada em forças militares, do então Presidente da República.

Spínola polarizava as actividades das forças conservadoras e reaccionárias. O centro da contra-revolução estava em Belém.

O ataque à «incapacidade» do Governo, as calúnias e intrigas contra o MFA, a campanha anticomunista, os golpes contra-revolucionários em Angola e Moçambique, a agudização artificial de certos conflitos sociais cuja verdadeira intenção política era escondida aos trabalhadores, as tentativas de greves nos transportes, a multiplicação das provocações, a intervenção dos grandes grupos do capital oferecendo demagogicamente investimentos e postos de trabalho — constituiram linhas de ataque convergindo para a manifestação do 28 de Setembro, que deveria aparecer como a «exigência do povo» para que Spínola assumisse plenos poderes.

No período de preparação da manifestação, multiplicaram-se os partidos e os jornais reaccionários e foram afixados milhões de cartazes anticomunistas.

Entretanto desenvolvia-se um intenso trabalho subterrâneo de conspirações. Partidos reaccionários, que cobriam actividades subversivas com a fachada legal, davam apoio organizado. Oficiais da confiança de Spínola acompanhavam de perto, dominavam e dirigiam os vários centros de iniciativa contra-revolucionária.

Talves paradoxalmente, tratando este volume da conspiração do 28 de Setembro, não aborda propriamente a conspiração, as combinações, compromissos e planos tecidos e subscritos na sombra. O nosso objectivo é porém diverso. É apresentar o desenvolvimento da ofensiva política, mostrando através dos factos, a dinâmica da operação que devia conduzir à liquidação da jovem democracia portuguesa.

Não aborda tão-pouco este volume a acção das massas populares e do MFA para desarticular e finalmente derrotar estrondosamente a tentativa contra-revolucionária. Essa será um dia a matéria de um outro volume.

As Edições *Avante!*

À VENDA NAS LIVRARIAS E NOS CENTROS DE TRABALHO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Pedidos a: EDITORIAL AVANTE, S. A. R. L.
Av. Santos Dumont, 57-2.º — Lisboa 1

DISTRIBUIÇÃO PARA O CIRCUITO COMERCIAL:
C.D.L. — CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA, S. A .R. L.
Rua Pedro Nunes, 9 - A — LISBOA 1

SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS

Continuação da pág. 6

ARTIGO 106.º

(DESTINO DOS RESTANTES BOLETINS)

1 — Os restantes boletins de voto serão metidos em pacotes devidamente lacrados e confiados à guarda do juiz de Direito da comarca.

2 — Esgotado o prazo para a interposição dos recursos contenciosos, ou decididos definitivamente estes, o juiz promoverá a destruição dos boletins.

ARTIGO 107.º

(ACTA DAS OPERAÇÕES ELEITORAIS)

1 — Competirá ao secretário proceder à elaboração da acta das operações de votação e apuramento.

2 — Da acta constarão:

a) Os nomes dos membros da mesa e do delegados das listas;
b) A hora de abertura e de encerramento da votação e o local da assembleia de voto;
c) As deliberações tomadas pela mesa durante as operações;
d) O número total de eleitores inscritos e de votantes;
e) Os nomes dos eleitores inscritos que não votaram;
f) O número de votos obtidos por cada lista e o de votos em branco ou nulos;
g) O número de boletins de voto sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto;
h) As divergências de contagem, se as houver, a que se refere o n.º 3 do artigo 103.º com a indicação precisa das diferenças notadas;
i) Quaisquer outras ocorrências que a mesa julgar dignas de menção;
j) O número de reclamações, protestos e contraprotestos apensos à acta.

ARTIGO 108.º

(ENVIO À ASSEMBLEIA DO APURAMENTO GERAL)

Nas vinte e quatro horas imediatas ao apuramento os presidentes das assembleias de voto entregarão ao presidente da assembleia de apuramento geral ou remeterão pelo seguro do correio, ou por próprio, que cobrará recibo de entrega, as actas, os cadernos e mais documentos respeitantes à eleição.

(1) Nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 86/75, de 27 de Fevereiro.
(2) Nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 137-C/75, de 17 de Março (1.ª Série, 2.º suplemento).
(3) Nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 141-B/75, de 19 de Março (suplemento ao Diário do Governo, da mesma data).
(4) Nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 103/75, de 6 de Março.
(5) Nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 137-C/75 de 17 de Março.
(6) Nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 101-A/75, de 3 de Março (2.º suplemento ao Diário do Governo, da mesma data).

Nacional

TRIBUNA LIVRE

ELEIÇÕES E LIBERDADE

Por FERNANDO CORREIA

No termo da campanha eleitoral, algumas questões em debate a propósito das eleições ganham particular acuidade. Uma delas: eleições e liberdade — Tema vasto e complexo, mas acerca do qual gostaríamos de focar um ou dois aspectos, até porque já aqui foi abordado de maneira que nos parece altamente incorrecto.

Afirmam alguns que as eleições serão inteiramente livres.

É lógico que assim pense quem só conhece ou só está interessado numa liberdade formal e abstracta — uma liberdade de expressar o voto desenraizada dos condicionalismos concretos que levam a esta ou aquela opção.

Mas não deixa de ser estranho que esses mesmos, ao mesmo tempo que dizem que os resultados das eleições vão permitir aferir com rigor quais as opções partidárias dos portugueses, se pronunciem contra a possibilidade do voto em branco, como se este não fosse um elemento muito mais útil que o voto «por contágio» para a tal aferição daquilo que pensam politicamente os portugueses.

Certos autoproclamados marxistas parece esquecerem que a liberdade de voto não se reduz ao facto de qualquer um ser livre de inscrever no boletim uma cruz à frente deste ou daquele partido. A liberdade de voto, e portanto a realização de eleições livres, só existe verdadeiramente quando a opção partidária é o reflexo de uma opção consciente, isto é, quando ela resulta de uma comparação reflectida entre várias hipóteses, havendo uma sobre a qual, pensadamente, acaba por recair a preferência.

É espantoso que se afirme (como há dias o escreveu José Augusto França nestas páginas) que o voto «será o resultado de toda a reflexão que cada um de nós puder ter — uns mais, outros menos, como é natural e humano». Mas então não será antinatural e desumano que haja uns que podem, têm elementos e a possibilidade, enfim, a liberdade de reflectir, enquanto outros não?

É espantoso que se afirme (idem) que votar em branco será «declarar que se não quer partidos ou seja que se pretende (mais uma vez) um partido único, sem dispersão de opiniões nem críticas incómodas — obra de 'saudosistas autocráticos', em suma». Mas então não será legítima e positiva tal atitude por parte daqueles que concluam não ter ainda uma opção partidária definida, precisamente por não poderem, não terem elementos nem possibilidades para tal?

. Se há zonas do País onde fascistas não foram saneados do aparelho de Estado, onde os caciques e os padres reaccionários ou mal esclarecidos dominam, onde as populações não têm acesso à informação nem à cultura — como se pode falar, aí, da liberdade de ser livre?

. Em tais zonas do País campeia o mais grosseiro anticomunismo. Dirão alguns que tal facto é natural, e representa, no fim de contas, o sentir popular. Esquecem-se é de apontar que essa atitude das populações não resulta de uma opinião consciente e esclarecida, mas é, sim, o fruto de toda uma campanha reaccionária e obscurantista vinda de trás e alimentada já depois do 25 de Abril, e de que as populações são vítimas inconscientes.

Esta situação, como é óbvio, não tem nada a ver com a verdadeira democracia. E é legítimo perguntar se os que a fingem ignorar, e que são os mesmos que se insurgem contra o voto em branco, não visam apenas, com meros objectivos eleitoralistas, utilizá-la em seu proveito.

Tendo em conta a situação concreta, e já amplamente denunciada, em certas regiões do País, o problema que se põe é este: será a liberdade igual para todos se apenas alguns têm a liberdade de ter liberdade?

. Dir-se-á que, nestas condições, dificilmente alguma vez poderemos ter eleições livres. Assim seria, com efeito, mas só se nos ficássemos, como alguns desejam e outros parece desejarem, dentro dos limites de uma democracia burguesa; ou seja, de uma democracia em que fosse possível exercer certas liberdades políticas mas ao mesmo tempo existisse um poder económico cuja simples sobrevivência implica a limitação das liberdades para a maioria da população — uma democracia em que fosse reconhecida a liberdade aos que a utilizam para a destruir.

Felizmente, tudo o indica, isso não vai acontecer. A bem da verdadeira democracia — que não é burguesa — e das verdadeiras liberdades — que não são as da burguesia.

O DRAMA DAS MULHERES PRESAS: A TORTURA TAMBÉM TEM SEXO

Continuação da pág. 3

mesmas circunstâncias têm sido marcadas com símbolos eróticos masculinos.

O TERROR, O FASCISMO E A MORTE

O grande silêncio que paira à volta das prisões políticas de Espanha não permite conhecer os requintes de que ali se reveste a tortura das muitas antifascistas detidas. Sabe-se que após a sua detenção Eva Forrest esteve completamente isolada durante uma semana, finda a qual se encontrava fisicamente irreconhecível. Presa sob o pretexto de uma imaginária cumplicidade com o atentado de Puerta del Sol, arrisca-se a ser garrotada como há tempos o foi Salvador Puig. Na mesma altura foi presa a actriz e escritora feminista Lídia Falcon. Dias depois, estava marcado um «meeting» feminista em Barcelona, organizado por ela... Uma amiga de Lídia Falcon, presa com ela, que conseguiu ser libertada, revelou que os verdugos franquistas submeteram ambas a sevícias. Lídia Falcon foi particularmente humilhada, como forma de vingança relativamente às suas posições feministas.

Nas modernas prisões da Europa, a tortura tende a revestir outras formas mais subtis, mas não menos marcantes. Na Alemanha Federal aplica-se aos presos políticos o método designado por «privação sensorial». Corresponde ao isolamento total, à brancura sistemática, à supressão de qualquer ruído, à incidência permanente da luz sobre os olhos. Submetidos durante meses seguidos a esta tortura «ecológica», os detidos perdem a pouco e pouco a sensibilidade. Isso dá garantias ao regime de que será difícil a esta «gente perigosa» voltar a exercer qualquer actividade revolucionária. Os membros do grupo anarquista Baden-Meinhoff, submetidos a esta forma de tortura, sentiram-na de tal modo opressiva, que reivindicaram o regime dos detidos comuns. A jovem Ulrique Meinhoff conseguiu fazer sair da cela onde praticou a greve da fome um depoimento em que descrevia a sua situação dizendo «Aqui, na Alemanha, os revolucionários estão detidos no isolamento, em edifícios especiais e em colectivos de lavagem ao cérebro. (...) Na luta imperialista, importa libertar todo e qualquer prisioneiro, porque o sistema penitenciário apresenta-se desde há muito tempo sem qualquer outra perspectiva histórica que não seja o terror, o fascismo, a barbárie e a morte».

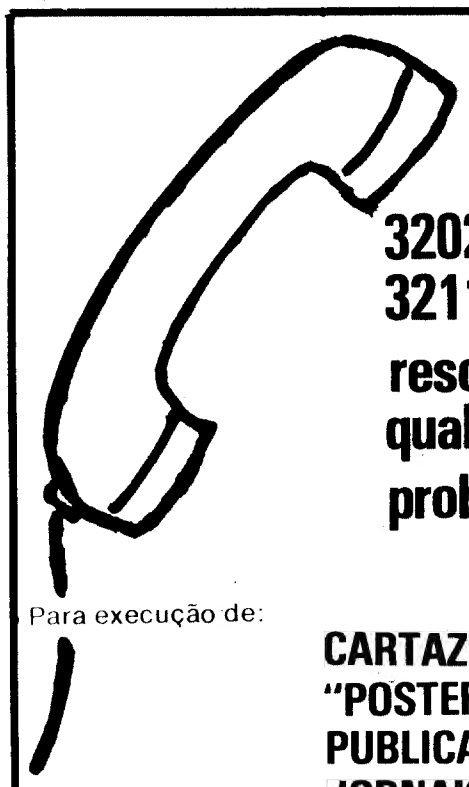
APENAS O CULMINAR DO MACHISMO EM LIBERDADE

O programa do Ano Internacional da Mulher, elaborado pelas Nações Unidas e adoptado por quase todos os países do Mundo, contém uma alínea dedicada à situação das mulheres detidas. «Esforçar-se por melhorar a condição das mulheres nas prisões e outros lugares de detenção» é um dos objectivos indicados, no capítulo das iniciativas a tomar com vista ao desenvolvimento das sociedades e do contributo das mulheres dentro destas.

Na sua vaga enunciação, aquela recomendação parece surgir destinada a não ter qualquer consequência prática. Vê-se precisamente que a sorte das mulheres nas prisões é cada vez mais desesperada.

O carácter escandaloso das afrontas a que as presas são submetidas tem provocado algumas denúncias, através dos órgãos de comunicação social. Devem-se às comissões de defesa dos presos políticos que surgem em vários países, à acção de advogados progressistas ou de jornalistas chocados com os raros testemunhos que conseguem romper as barreiras das prisões.

Entretanto, os jornais publicam-se com um certo sensacionalismo. Mas não denunciam, em geral, que o tratamento nas prisões não é senão o ponto em que culmina a opressão sexual a que as mulheres são submetidas no dia-a-dia da sociedade livre. E que, enquanto cada homem se sentir no direito de insultar quotidianamente o corpo e o espírito da mulher livre, logicamente terá de aceitar o «abuso» desse direito, até ao extremo da crueldade e da afronta, sobre o corpo e o espírito de mulheres desprovidas de qualquer poder para se defenderem.



320271/2/3
321154/5
resolve
qualquer
problema

Para execução de:

CARTAZES
"POSTERS"
PUBLICAÇÕES
JORNAIS
REVISTAS

A preto e branco ou com cores OFFSET

SOMOS:

RENASCENÇA GRÁFICA

Rua Luz Soriano, 44 Tel. 320271/2/3 e 321154/5

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

ENCERRAMENTO

Devido a estar a Sede do Sindicato (Rua das Gaivotas) a servir de secção de voto, estará a mesma encerrada nos dias 23, 24 e 25 de Abril.

ASSINA: A COMISSÃO DIRECTIVA

Lisboa, 22 de Abril de 1975

P'la Comissão Directiva

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE SETÚBAL

COLÓNIA DE FÉRIAS INFANTIS

Avisam-se os beneficiários desta Caixa que se encontra aberta até ao dia 26 de Abril a inscrição de filhos de beneficiários, dos SETE AOS ONZE ANOS, FEITOS ANTES DO RESPECTIVO TURNO, que queiram frequentar as colónias de férias infantis no corrente ano, conforme plano estabelecido pelo Instituto de Obras Sociais.

Para qualquer esclarecimento sobre o assunto, podem os interessados dirigir-se a esta Instituição, dentro das horas de expediente.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Informam-se os habitantes de Algueirão Mem Martins e das povoações próximas, que no dia 26 de Abril/75, o Mercado da referida povoação vai ser transformado num «Mercado Saloio», com a comparência dos produtores da região. Pedindo assim a Câmara à Populacão destas localidades que, no seu próprio interesse, compareça à referida Inauguração a fim de possibilitar, **Maiores Vendas a Preços Mais Baixos.**

BATAS PROFISSIONAIS
ARTAMENTO ESPECIALIZADO
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA
LISBOA

Nacional

Livros

TORQUATO DA LUZ

"O ANO DE 1993" de José Saramago

A imagem de um mundo à beira da quase desagregação e que se reconstrói pelo amor, eis o tema que à nossa meditação oferece José Saramago, em «O Ano de 1993», volume ora publicado pela Futura, a abrir a sua colecção «Vozes».

Poesia? Decerto. Uma linguagem extremamente rigorosa constitui, em José Saramago, o veículo de uma tensão que o avanço na leitura faz crescer até à quase angústia. O mundo retratado pelo autor de «O Ano de 1993» é, a princípio, um mundo sem esperança: «Entretanto a tortura continua até que o médico declare / Não vale a pena», como se lê no texto 4. Ou, logo no seguinte: «A cidade que os homens deixaram de habitar está agora sitiada por eles».

Romance? Fábula? José Saramago pulveriza, em «O Ano de 1993» a pretensa estanquidade dos géneros literários. E este seu trabalho é, antes de mais, um aviso: todos devemos trabalhar para que a visão apocalíptica das primeiras páginas do volume jamais se traduza em realidade. Ou (e porque é de uma alegoria que se trata) para que nunca mais conheçamos o terror dos tempos de que acabámos de sair.

Com «O Ano de 1993», prossegue José Saramago uma carreira de escritor que, tendo principiado pela poesia («Os Poemas Possíveis», 1966, e «Provavelmente Alegria», 1970), enveredaria depois pela crónica («Deste Mundo e do Outro», 1971, e «A Bagagem do Viajante», 1973) e pelo artigo político («As Opiniões que o «D. L.» Teve», 1974), para regressar à poesia, com o presente volume. Entretanto, anuncia a sua estreia como romancista: vem aí o «Manual de Pintura e Caligrafia».

«NA HORA DAS CONFISSÕES» Por Manuel Tapadinhas

Textos de humor de Manuel Tapadinhas, nome conhecido dos suplementos especializados da «República» e do «Diário de Lisboa», foram agora reunidos pelo autor no volume «Na Hora das Confissões», valorizado com ilustrações de Vasco, Carlos Brito, Miguel Flávio, Sérgio Garcia, Baar e Lud.

O humor, em Manuel Tapadinhas, expressa-se, conforme ele mesmo, aliás, afirma «em vários tons e com diferente intensidade, desde a ironia à sátira, passando pelo equívoco e humor negro». Particularmente interessante, e em certos aspectos inteiramente conseguida, a paródia ao estilo de Artur Portela Filho na «Feira das Vaidades», que, até há pouco, publicava a «República».

Numa terra em que o sentido de humor sofre diariamente, desde há meio século, tantos tratos de polé que já corria o risco de total extinção, é saudável o aparecimento de um escritor como Manuel Tapadinhas.

OUTROS

O Texto Sonoro da Cidade, de João Barrento. Para uma semióptica do ruído urbano». Separata da revista «Binário», n.º 197 (Fevereiro de 1975).

É Madrugada e Sinto e **Réstea de Qualquer Coisa**, de José António Freitas Gonçalves, Funchal. Um poeta de vinte anos, com uma proposta original, que esperamos ver desenvolvida e clarificada em futuros trabalhos.

Ilha, de António Brito Figueirôa, José Laurindo Goes, Duarte Tranquada Gomes, José Vito Barreto, Carlos Alberto Fernandes, José António de Freitas Gonçalves e Francisco Freitas Abreu. Sete jovens poetas madeirenses com trabalhos em que a qualidade, se bem que diversamente para cada um, se encontra presente.

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

O 13.º MÊS NO ENSINO PARTICULAR

Com a presença do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação, foi assinado um acordo pelo Sindicato dos Professores no dia 21 de Abril de 1975, que estabeleceu o pagamento do 13.º mês do ano transacto a todos os professores do Ensino Particular.

Este acordo vem na sequência das negociações encetadas em Dezembro último.

Chamamos a atenção que no próximo dia 28 de Abril se realiza um Plenário para a aprovação do C. C. T. É necessária a comparência de todos os trabalhadores do Ensino Particular.

Assina: A COMISSÃO DIRECTIVA

PRETENDE-SE ALUGAR ANDARES EM PRÉDIO NOVO

Para instalação de serviços públicos, no total de 1.000 a 1.200 m2, mesmo em acabamentos, para serem divididos de acordo com as necessidades dos Serviços.

Zona entre a Avenida da Liberdade e Rua Rodrigo da Fonseca.

Na resposta indicar o preço do aluguer mensal por m2, áreas e outras indicações julgadas convenientes.

Resposta a este jornal, n.º 1565.

CONGRESSO ECOLÓGICO EM SETEMBRO

. Com o objectivo de analisar, discutir e estabelecer as posições de princípio que deverão, de futuro, orientar em Portugal o movimento ecológico, a acção dos seus militantes e simpatizantes e o alargamento do seu âmbito aos dois países ibéricos, vai realizar-se nos dias 26, 27 e 28 de Setembro em Lisboa, o Congresso do Movimento Ecológico, conforme ficou deliberado por unanimidade nas conclusões do II Encontro.

Podem participar no Congresso, indivíduos de todos os países; cada congressista deve apresentar comunicação escrita que não exceda 10 minutos de leitura. O preço de inscrição no Congresso é de 250$00 e dá direito à pasta do Congresso, com toda a documentação policopiada. O prazo para a entrega de comunicações e inscrições termina a 31 de Agosto de 1975.

D.G. DE TURISMO

. Até ao fim-de-semana em curso os serviços da Direcção-Geral do Turismo, que funcionavam no Palácio Foz e Rua de S. Pedro de Alcântara, mudar-se-ão para o edifício próprio, sito na avenida António Augusto de Aguiar, 86.

Exceptua-se a agência de informações que por conveniência de serviço permanecem no Palácio Foz.

Pede-se ao público em geral que compreenda eventuais deficiências decorrentes da mudança.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede : Av. da República, 29-27 — Telef. 574073
LISBOA

COMUNICADO

RAMO AUTOMÓVEL

Convocam-se todos os trabalhadores deste ramo inscritos neste Sindicato para a reunião da próxima quarta-feira, dia 23, às 21.30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos :

1. Resultado da reunião do passado dia 17, com Delegados dos linhas de montagem e Indústrias subsidiárias (Reconversão do Sector);

2. Nomeação de 2 trabalhadores do Sector de Vendas para a Comissão Regional do Sul e, simultaneamente, nomeação de 1 trabalhador para a Comissão Nacional.

Não faltes ! A reunião realiza-se na sede deste Sindicato — Av. da República, 29, LISBOA.

Pela COMISSÃO DIRECTIVA
(Ilegível)

Lisboa, 21 de Abril de 1975.

Nacional

A CAMPANHA ELEITORAL DO M.D.P./C.D.E.

O Movimento Democrático Português situa-se na continuidade da luta antifascista desenvolvida pelas Comissões Democráticas Eleitorais. Grande parte dos seus dirigentes e militantes mais activistas participou nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 para eleição de deputados à Assembleia Nacional. Possuem, assim, uma experiência de que carecia a maior parte das organizações políticas que participam na presente campanha eleitoral. Por isso mesmo, tem especial interesse conhecer a forma como o M. D. P./C. D. E. organizou a sua campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte.

Um representante da Comissão Central do M. D. P./C. D. E. começou por nos falar sobre as reuniões políticas realizadas durante a campanha eleitoral:

. — O elevado número de comícios e sessões de esclarecimento que realizámos — cerca de 4700 — corresponde a uma intensa actividade de esclarecimento e mobilização, na sequência lógica de acção que o M. D. P./C. D. E. tem vindo a empreender após o 25 de Abril. Neste capítulo valorizámos não tanto os grandes comícios, mas as múltiplas sessões de esclarecimento realizadas nos mais diversos locais, de norte a sul e que, proporcionando um debate vivo com a população, contribuiu para o esclarecimento popular e para o enriquecimento do próprio partido. Sublinhe-se que trabalhamos para organizar e para transmitir ao nosso povo confiança e esperança no futuro do País. Não trabalhamos para confundir, para dividir, para inculcar medo e insegurança.

— Qual o tipo e o volume da propaganda utilizada durante a campanha?

. — A nossa propaganda está, naturalmente, dependente dos meios financeiros, que são poucos. Mesmo assim, editámos sete modelos de cartazes, diversos tipos de autocolantes, desdobráveis, vários manifestos à população e múltiplos textos sobre diversas questões da vida nacional. E há a acrescentar a imensidade de iniciativas que as bases do partido têm realizado, de acordo com as condições concretas de cada região, fomentando-se assim a participação de todo o partido, de uma forma activa, na condução da campanha.

— Como foi financiada a campanha?

. — Exclusivamente através da quotização dos nossos militantes e da venda de materiais próprios.

— A quem foi confiada a organização das intervenções na Rádio e na TV?

— Esteve directamente dependente de membros da Comissão Central do M. D. P./C. D. E., apoiados em activistas chamados para o efeito, nomeadamente os nossos aderentes que trabalham nos órgãos de comunicação social.

— A campanha eleitoral correspondeu às vossas previsões?

. — Não está só a corresponder ao que tínhamos previsto, como está a ultrapassar as próprias previsões. Diariamente, chegaram aos serviços de organização da campanha dezenas de pedidos para efectuarmos sessões de esclarecimento nos mais diversos pontos do nosso país. Diariamente acorreram às nossas sedes milhares de pessoas interessadas no programa do partido e nos seus objectivos unitários de acção. A dimensão da nossa campanha só foi possível graças à grande popularidade e prestígio que o M. D. P./C. D. E. desfruta junto das massas populares e ao elevado espírito de dedicação e militância dos membros do nosso partido, temperados na dura luta contra o fascismo.

— Quais as principais dificuldades encontradas durante a campanha?

. — Não se pode afirmar, em boa verdade, que o M. D. P./C. D.E. tenha tido muitas dificuldades. A nossa imagem unitária e popular tem favorecido o contacto diário com milhares de portugueses que nos acolhem com simpatia e confiança. Recentemente, no entanto, as forças da reacção fomentaram algumas acções violentas contra o nosso partido, nomeadamente nas zonas do interior do País, como a Guarda e Vila Real, o que é naturalmente o resultado do avanço do nosso partido nessas regiões.

— Qual a origem social dos activistas do M. D. P./C. D. E.? Qual a idade média?

. — As características unitárias do nosso partido reflectem-se na composição social dos nossos activistas, provenientes de praticamente todos os grupos sociais não monopolistas. O nosso partido apresenta um amplo leque social de todos os sectores interessados nas transformações revolucionárias do nosso país.

— Os meios de Informação do estrangeiro têm-se interessado pela vossa campanha?

. — Tem sido crescente o interesse da Imprensa, Rádio e Televisão estrangeira, não só no que se refere à campanha, mas igualmente no que diz respeito às amplas características unitárias do M. D. P./C. D. E. e ao papel original que desempenhamos.

— Quantos funcionários possui o M. D. P./C. D.E.?

. — O número de quadros funcionalizados no nosso partido está naturalmente dependente das nossas disponibilidades financeiras, que, não sendo muitas, não permitem um número elevado de membros profissionalizados. Nesta medida, grande parte das tarefas do nosso partido são executadas por companheiros que depois das suas horas de trabalho diário dedicam o resto do dia ao M. D. P./C. D. E., com elevado espírito de sacrifício.

— Possuem organizações específicas para jovens, mulheres, trabalhadores?

. — Os trabalhadores, a juventude, as mulheres e todos os restantes sectores do partido dão o seu apoio à nossa campanha através das diversas comissões de base do M. D. P./C. D. E. onde se integram.

A CAMPANHA ELEITORAL DA F.E.C. (m-l)

. Recentemente, a Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas) emitia um comunicado no qual salientava as desigualdades existentes entre os grandes e os pequenos partidos, na campanha eleitoral. Referia-se nomeadamente à desproporção dos meios, sobretudo financeiros, de que dispõem para actuar, afirmando que um partido que conta apenas com quotas pagas pelos seus militantes e com o tempo de que estes dispõem além do seu horário de trabalho, não consegue efectuar o mesmo trabalho de informação e esclarecimento que os outros.

Apesar disso, e apesar também de uma utilização objectivamente pouco hábil do seu tempo de intervenção na rádio e na televisão — falta de habilidade ou experiência a que se deve em grande parte o seu afastamento do pequeno écran durante cinco dias — a FEC (m-l) conseguiu marcar a sua presença nesta campanha.

De que modo e com que meios o fez — é o que pretendemos apurar através do questionário que enviamos a este partido político.

Qual o número total de comícios, já efectuados ou ainda por efectuar?

. — O número de comícios previstos ultrapassa o meio milhar.

Que tipo de propaganda utilizam e qual o seu volume?

. — Um cartaz institucional, cartazes em papel de cenário feito por militantes para anunciar comícios, tarjetas para anunciar Comícios, «pichagens» com palavras de ordem do partido e correspondente tradução em imagem, localizadas nas zonas operárias, jornais de parede realizados pelos militantes, aproveitamento do tempo de Rádio e Televisão que nos é atribuido por Lei, Comícios e Sessões de esclarecimento. Toda a propaganda se submete ao nosso Programa de luta e às necessidades da População em relação ao nosso Partido!

. **Como é financiada a vossa campanha?**

. — Para financiar a campanha contamos com as quotas dos nossos militantes e com o apoio material do Povo português.

De que meios de transporte se servem aqueles que intervêm nos comícios e sessões de esclarecimento?

. — Ou a pé, ou de transporte colectivo, ou do carro que um ou outro simpatizante ou mesmo militante possua.

Quanto à Rádio e à Televisão: como organizaram a vossa campanha?

. — A Organização da propaganda na Rádio e na Televisão obedece aos mesmos critérios políticos que qualquer outra: têm de ser explicados os pontos fundamentais do nosso programa:

. A necessidade de reconstrução do Partido Comunista, tarefa central dos comunistas.

A via da Revolução Democrática e Popular como via emancipadora da Classe Operária e do Povo Português.

As tarefas necessárias para a organização da Classe Operária e do campesinato, base para o estabelecimento da aliança fundamental para o êxito da Revolução Popular, do Socialismo e do Comunismo — A Aliança Operário-Camponesa.

A Aliança dos Soldados e Marinheiros Vermelhos com os Operários e Camponeses numa Frente Única antifascista, anticapitalista e anti-imperialista, revolucionária, democrática e Popular.

A aliança militante do Povo português com os povos do mundo e, em especial, com as grandes pátrias do socialismo: a China Popular e a Albânia, guias do proletariado do mundo inteiro.

Em linhas gerais a divulgação do marxismo-leninismo, da doutrina comunista, em estreita ligação com as necessidades do Povo português e a luta contra todas as falsificações e deturpações do marxismo-leninismo que têm hoje a cabeça o revisionismo do dito PCP.

— A campanha está a corresponder àquilo que a FEC (m-l) tinha previsto?

— Pois, contra todos os partidos que alimentam ilusões no voto e nas eleições, nós interessamo-nos por organizar, mobilizar e politizar a grande massa do Povo português. O Povo sabe cada vez mais o que quer e sabe cada vez mais distinguir quem lhes aponta a via para a sua emancipação: a revolução. Esta é uma verdade Universal e com todos os prós e contras, todas as vitórias e derrotas que a situação concreta portuguesa possa vir a contar, a História está do nosso lado, a classe operária vencerá e o comunismo prova ser a ideologia do mundo proletário que hoje começa a instaurar-se à superfície de todo o globo.

COM QUE DIFICULDADES TÊM DEPARADO NESTA CAMPANHA?

— Todas as que eram previstas pelo nosso Partido desde o início das eleições. O nosso Partido tem visto que o preço das salas para poder esclarecer as populações o obrigaria a dispender largas dezenas de contos e que, para fazer milhares de cartazes como os partidos burgueses, pagar os custos das deslocações constantes a que nos obrigam as gravações na Rádio e na TV, assim como a distribuição de comunicados de Imprensa, etc., precisaria de ser um Partido de ricos... Um partido trabalhador que vive das quotas dos aderentes podem tirar aos míseros salários que auferem... Não pode concorrer às eleições em pé de igualdade com um Partido burguês cheio de dinheiro... Estas desigualdades são a prova que só uma democracia popular poderá dar aos trabalhadores o direito de usufruirem de uma verdadeira liberdade de Informação e impedir os partidos da burguesia de continuarem a ter a liberdade que nos roubam à custa do nosso trabalho.

Também os revisionistas do PCP fizeram tudo (até tirar patente) com vista a impedir a FEC (m-l) de usar o seu símbolo: o símbolo da FEC (m-l), aprovado no seu primeiro Congresso de 19 de Janeiro é a foice e o martelo no interior de uma estrela do cinco pontas. A foice e o martelo representam o trabalho e aliança dos operários com os camponeses, são o símbolo dos comunistas de todo o mundo.

A estrela de cinco pontas, simboliza o internacionalismo proletário. Assim, nós, marxistas-leninistas, nunca abdicaremos do direito e da honra de ostentarmos o nosso símbolo sagrado, a foice e o martelo. Respeitando as decisões do Congresso da FEC (m-l) a Comissão Central apresentou, para figurar nos boletins de voto, a duplicação do símbolo original. A aprovação desta proposta pelo Conselho da Revolução constituiu uma importante vitória.

QUAL A ORIGEM SOCIAL E A IDADE DOS VOSSOS MILITANTES?

— A origem social dos nossos activistas está na classe operária e no povo trabalhador para quem a nossa política se faz, mas a Revolução conta com o apoio de elementos que, se bem que oriundos de sectores de classe diversos, a ela aderem, a ela dão o seu trabalho sob a direcção da classe operária e para a servir.

Os jovens têm sempre maior ardor, combatividade e disponibilidade para as novas ideias; por outro lado a reorganização do movimento marxista-leninista é uma realidade jovem e cujos poucos anos de existência origina o carácter jovem desses elementos, dos elementos que a ele aderem, sem menosprezar nem ignorar a adesão doutros sectores etários da população trabalhadora.

— Os meios de Informação estrangeiros já se interessaram pela vossa campanha?

. Pela nossa campanha interessam-se estrangeiros. Uns para ver como a liquidar: são os que apoiam os reaccionários do País, os socialistas e os social-imperialistas. Outros interessam-se no sentido de inquirir sobre o movimento marxista-leninista português, de conhecer os seus amigos dos povos do mundo que lutam contra o Imperialismo e dos partidos comunistas (m-l) do mundo que mostram o seu interesse pelos que lutam contra o revisionismo em Portugal e pela reconstrução do Partido Comunista Português marxista-leninista.

TÊM FUNCIONÁRIOS PAGOS? E COM QUE ORDENADOS?

— Não temos despesas que não possam ser inteiramente cobertas pelos aderentes, não temos funcionários e não pagamos a ninguém, porque não somos um partido com meios para fazer política à custa do trabalho alheio, nem queremos sê-lo.

JOSÉ TENGARRINHA (M.D.P./C.D.E.)

SOCIAL-DEMOCRACIA É DISFARCE DOS GRANDES POTENTADOS

PORTO, 23 — «Todos nós vimos como depois da Última Guerra Mundial os grandes potentados fizeram essa tal Europa social-democrata à custa das pequenas e médias empresas. Vimos como esses potentados exploram e oprimem os pequenos empresários que trabalham e vivem à sua custa. Em Portugal também os pequenos e médios industriais e comerciantes se preocupam e esquecem que a social-democracia só os deixará sobreviver enquanto interessarem aos grandes potentados. Basta olhar para a nossa própria terra: as multinacionais suecas e alemãs vêm instalar-se entre nós para esmagar os mais pequenos e explorar a mão-de-obra barata», afirmou José Tengarrinha no comício realizado ontem pelo M. D. P./C. D. E. no Palácio de Cristal. Entretanto, as suas palavras eram frequentemente interrompidas pela assistência, que gritava: «A social-democracia só interessa à grande burguesia».

As palavras de José Tengarrinha vinham na sequência da análise feita sobre o significado das eleições: «Atribuímos grande importância às eleições, mas não pensamos que elas sejam a fonte milagrosa para os problemas que o País enfrenta. Nós sempre defendemos que é preciso avançar com a democracia, pois só assim se podem garantir eleições verdadeiramente livres. Defender, como certas organizações, que estivéssemos de braços cruzados à espera das eleições e do seu resultado, era o mesmo que pormo-nos nos braços dessas organizações e impedir o avanço de todo o processo democrático.»

. O orador afirmou depois que essas forças tinham duas naturezas: as que procuram tirar vantagens do clima de insegurança provocado por despedimentos injustificados, não cumprimentos de contratos de trabalho, sabotagem da produção e queima das searas, etc e as que, «com a máscara de democratas e liberais, também pretendiam travar o processo revolucionário».

E prosseguiu: «Estas forças davam-nos como exemplo o modelo das sociedades europeias. Mas o problema mais profundo é este: aquelas forças que dizem que podem coexistir liberdade, democracia e poder económico abrem o caminho para que o poder económico possa vir a matar a liberdade e a democracia. Vejamos a Alemanha, a Suécia, a Holanda: que liberdade, que democracia existem nesses países? É a liberdade de os grandes potentados económicos esmagarem os mais pequenos e explorarem a mão-de-obra barata dos países pobres. Essa era a opção que já estava em causa em Dezembro último sobre a questão da unicidade sindical. Era a escolha entre a social-democracia e uma sociedade em que os portugueses pudessem resolver os seus reais problemas. Essas forças sociais-democratas não se limitaram a travar as medidas económicas que eram fundamentais ao avanço da democracia em Portugal. Quem leu há dias o «Diário de Lisboa» sobre o 28 de Setembro sabe que o golpe do Governo de Palma Carlos foi já, fundamentalmente, uma tentativa de Spínola, de Palma Carlos, do ministro da Coordenação Económica Vieira de Almeida e do ministro sem pasta Sá Carneiro. Enquanto Palma Carlos se dirigia ao M. F. A. dizendo que era caótica a situação económica, Vieira de Almeida dizia o mesmo e Sá Carneiro também, defendendo que a única saída era, afinal, dar plenos poderes ao ex-general Spínola. Em 28 de Setembro essa era a intenção de Spínola, o que o M. F. A. e o povo corajosamente impediram. Pois em 30 de Setembro o P. P. D. lançou um comunicado elogiando o ex-general Spínola...»

Estas palavras de Tengarrinha foram aplaudidas com a assistência a gritar: «F. S. P. para o lugar do P. P. D.!».

O orador continuou: «Isto faz parte do conjunto de atitudes comprometedoras que o inquérito de 11 de Março, acabou agora por revelar.»

Nacional

"Lotta Continua" propõe

MOBILIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA CONTRA A CIMEIRA DA N.A.T.O.

A direcção política nacional de «Lotta Continua», que organizou em Roma no passado sábado uma poderosa manifestação anti-imperialista e de apoio à Revolução portuguesa, enviou uma delegação a Lisboa para observar as eleições de 25 de Abril e o processo dos dias subsequentes, em que se destacam os anunciados desfiles do 1.º de Maio.

Dois dos elementos da delegação, Franco Lorenzoni e Clemente Manenti, concederam esta manhã uma conferência de imprensa em que o tema principal foi a estratégia revolucionária no Mediterrâneo e a contra-ofensiva burguesa e imperialista, designadamente em Itália, onde a crise institucional continua a agravar-se, com o cerco político à direcção reaccionária da Democracia cristã no Poder e as violentas respostas do aparelho repressivo, que provocou já dezenas de vítimas, nas ruas e nas fábricas.

A manifestação de apoio a Portugal teve importante papel dinamizador na avançada do operariado italiano e das suas organizações de vanguarda revolucionária, reafirmando-se decisivamente a posição de «Lotta Continua», a mais forte delas.

Disse esta manhã a delegação revolucionária italiana: «A manifestação de solidariedade com Portugal desenrolou-se num momento de durissimo confronto de classes em Itália. Na semana anterior quatro jovens camaradas foram assassinados pela Polícia e pelos fascistas. Dois eram estudantes revolucionários de Milão. Em Turim foi assassinado um operário de 23 anos, Tonino Micciché, dirigente de Lotta Continua. Em Florença foi assassinado um jovem operário do P.C.I., Rodolfo Boschi. Os assassinatos destes dias são o fruto de uma desesperada tentativa da D.C. do Governo, dos aparelhos repressivos do Estado (Política, Magistratura, Carabineiros) de enfrentar, pelo recurso à violência aberta, ao terrorismo fascista e a leis liberticidas, a crise que atinge a burguesia italiana e o regime demo-cristão. A provocação reaccionária teve uma formidável resposta de massas. Centenas de mulheres de trabalhadores desceram ás ruas em Milão, Turim Florença, Roma, Nápoles, com a força construída em anos de dura luta. Abriu-se um confronto que ainda não se concluiu e que só poderá terminar com a definitiva i'egalização do Partido Fascista, com a demissão do actual Governo, com a revogação dos processos liberticidas e das leis fascistas e com a imediata liquidação da actual direcção reaccionária da D.C.»

CIMEIRA DA NATO EM MAIO

«A luta do povo português pôs a revolução na ordem do dia a revolução na Europa Ocidental, pela primeira vez depois da guerra», mostrando, segundo os revolucionários italianos, «a possibilidade da classe operária dos países europeus se subtrair à chantagem do imperialismo e à condicionamento dos blocos, e a possibilidade de abrir, através de grandes dificuldades e contradições, o longo caminho da emancipação revolucionária dos explorados na direcção do socialismo. Apesar do carácter original e particular da experiência portuguesa, esta tem um grande valor para a luta de classe em toda a Europa, particularmente nos países do Mediterrâneo».

«Face a esta crise», conclui Lotta Continua, «o imperialismo americano tenta hoje reestruturar o seu próprio domínio sobretudo no Mediterrâneo e na Europa. Cercar e derrotar o processo revolucionário português e restabelecer o seu pleno controlo sobre países como a Itália e a Espanha fazem parte de um mesmo desígnio imperialista. O Secretário de Estado americano Kissinger afirmou-o explicitamente há poucos dias, ao aplicar à Europa a sinistra «teoria do domínio». A cimeira da NATO convocada, para o fim de Maio em Bruxelas, com a presença de Ford e dos chefes de Estado dos países europeus da NATO, terá como principal assunto a «questão portuguesa», «a questão espanhola», a «questão italiana», «a questão grega.»

. Contra a cimeira que directamente se destina à organização da contra-ofensiva imperialista, erguer-se-á o proletariado europeu e em especial o dos países do Mediterrâneo, numa «mobilização internacionalista de luta contra a NATO» e pela conquista de uma «linha de neutralidade activa contra todas as hegemonias imperialistas» no sul da Europa e no Médio-Oriente.

A manifestação de 19 de Abril «foi a primeira mobilização de massas realizada na Europa em apoio ao processo revolucionário português. Cremos que no futuro próximo a iniciativa dos revolucionários europeus, para contrariar a campanha reaccionária e as manobras imperialistas contra Portugal, deve ser consolidada e reforçada, e neste sentido manobras imperialistas contra Portugal, deve ser consolidada e reforçada, e neste sentido «Lotta Continua» multiplicará a sua própria iniciativa unitária, a partir da mobilização contra a cimeira da NATO do fim de Maio» sintetizaram os revolucionários italianos.

Sendo-lhes pedida uma opinião sobre o processo eleitoral português, os dirigentes de «Lotta Continua», embora declarassem não desejar imiscuir-se nos passos da revolução portuguesa, consideraram «incorrecta a posição dos que entendem as eleições como um momento decisivo para a democracia. «Momento decisivo são as nacionalizações, a fortíssima luta operária e o ataque aos privilégios da grande burguesia», acrescentaram».

O "EXPRESSO" NEGA ENVOLVIMENTO NO "11 DE MARÇO"

O semanário «Expresso» negou qualquer envolvimento com o golpe de 11 de Março, no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada esta manhã, em que estiveram presentes numerosos elementos representando os vários sectores do jornal. Foi afirmado que o «Expresso» é simplesmente um jornal independente que se sente alvo de vários ataques de órgãos partidários e de membros do Conselho de Revolução.

Como grandes argumentos de defesa, o «Expresso» referiu a sua contribuição para acelerar o processo de descolonização através de uma informação objectiva, numa altura em que a descolonização «constituia uma luta permanente contra o general Spínola.»

. Numa «declaração inicial», o director do «Expresso», dr. Francisco Pinto Balsemão, afirmou que no relatório sobre a intentona do 11 de Março «surgem determinadas referências ao «Expresso» que poderão ser mal interpretadas» e ainda que «coincide a divulgação do relatório do 11 de Março com a intensificação de ataques ao «Expresso», de várias origens, desde órgãos de partidos políticos a elementos do Conselho da Revolução». O director daquele semanário pretendeu tornar claro os seguintes pontos:

. «1. A entrevista de Spínola foi realizada numa altura em que diversos jornais também a pretendiam e em que a Imprensa nacional e estrangeira era unânime em acentuar a importância política do antigo presidente da República.

2. Não se pode acusar o «Expresso» de ter dado um carácter apologético à entrevista, não só pelo tom crítico da entrada e das perguntas, mas também porque o «Expresso», desde os tempos em que o ex-general ocupou a Presidência da República foi o primeiro — e talvez o único — jornal português a denunciar aquilo a que chamamos o bonapartismo spinolista.

3. No que respeita às outras prosas reproduzidas nos anexos, a nossa posição é e tem sido sempre muito clara. Entendemos que o jornalismo não se faz com tesoura e cola, nem com reproduções de comunicados. Para nós, o jornalismo é transmitir aos leitores o que de verdadeiramente importante se passa em Portugal e no mundo, explicar-lhes o significado dos acontecimentos, permitir-lhes que sobre eles façam as suas opções. Assim o tentámos fazer antes do 25 de Abril, assim o temos tentado procurar fazer depois do 25 de Abril.»

. Exibindo um exemplar da edição de hoje do «Século» Francisco Pinto Balsemão classificou o título da primeira página e o texto como um ataque.

O subdirector do «Expresso», Augusto de Carvalho afirmou: «Têm-nos acusado também de divisionismo ou seja de dividir o M.F. A. Eu pergunto: se o M. F. A. é em Portugal o motor e centro da vida política, se um jornal político não se ocupar do M. F. A., de que há-de falar? De flores?».

E concluiu: «As Forças Armadas têm que saber o que pensa o povo mas o povo também tem que saber o que são as Forças Armadas.» Disse ainda que o «Expresso» continuaria a debruçar-se sobre o M. F. A. e a radiografá-lo.

Marcelo Rebelo de Sousa referiu o facto de o «Expresso» ter publicado muitas notícias que no seu ponto de vista representaram denúncia de factos como por exemplo a da formação de uma associação de Comandos.

Noutra intervenção, Francisco Pinto Balsemão afirmou que tudo isto eram tentativas de envolvimento do «Expresso», que não aceita: «Quem não se sente não é filho de boa gente e como nos sentimos passámos a uma defesa que é também um ataque».

Respondendo a uma pergunta de um jornalista estrangeiro que quis saber se a existência do «Expresso» estava ameaçada, Balsemão respondeu: «Não creio porque não há uma razão objectiva para isso».

Outro perguntou se o «Expresso» pode trabalhar e actuar nesta altura com toda a franqueza ou não e se o poder instituído dá aos jornais uma liberdade de Imprensa total. Respondeu Augusto de Carvalho que analisou os vários aspectos da liberdade de Imprensa concluindo que dentro do «Expresso» «há liberdade para informar e reportar tudo o que observamos», mas referiu-se a um certo clima como este que envolve agora o jornal que o pode prejudicar.

PRATICAM-SE POR ANO EM PORTUGAL 150 MIL ABORTOS CLANDESTINOS

. «A contracepção e o aborto livre e gratuitos não constituem para nós objectivos finais, facilmente recuperáveis pela burguesia, mas apenas meios de luta pela libertação total da mulher, sem a qual não é possivel a revolução socialista». Esta síntese define o pensamento do Movimento para a Contracepção e Aborto Livres e Gratuitos, que hoje fez a sua apresentação à Imprensa, numa conferência realizada na Galeria Quadrante.

«Praticam-se em Portugal cerca de 150 mil abortos clandestinos por ano, em condições sub-humanas que têm como consequência imediata, não só a morte como a mutilação de milhares de mulheres», afirma o comunicado de apresentação descrevendo uma realidade que está na base do aparecimento do Movimento. Transformar essa realidade, permitindo que cada mulher, possa optar entre ser mãe e não ser, entre a continuação da maternidade ou o aborto, considerado como último recurso, é o objectivo imediato do Movimento, baseado no princípio de que a mulher possui o direito inalienável de dispor do seu próprio corpo.

Essa livre disposição é impedida pela ignorância do seu próprio corpo e da sexualidade, pela falta de acesso aos métodos anticoncepcionais e, finalmente, pela repressão do aborto. A sociedade repressiva em que vivemos não dá às mulheres os meios de evitar a gravidez nem de pôr termo a uma gravidez indesejada.

Esta situação injusta, que mais não é do que um aspecto (especialmente pesado para as mulheres) da própria injustiça que constitui, em si, o sistema capitalista, levou um grupo de homens e mulheres a juntarem esforços para a criação de um amplo movimento de massas capaz de exigir a contracepção livre, gratuita e difundida nos bairros, fábricas, escolas e zonas rurais.

Passo imediato da sua luta é a exigência de revogação da lei que condena a prisão de 2 a 8 anos a mulher que pratica um aborto ou a pessoa que a ajuda a fazê-lo. Segundo sublinhou a advogada Lia Viegas, esta disposição, que faz parte de um Código Penal que vem de 1886, é violada de três em três minutos, se considerarmos que se praticam 150 mil abortos ilegais por ano (tantos quantos os nascimentos). Ora, se uma lei é tão reiteradamente derrogada na prática, é porque se tornou ilegítima. Mas não só: as medidas repressivas do aborto são também discriminatórias. Efectivamente, são só as mulheres, e especialmente as mulheres das camadas sociais desfavorecidas que estão sujeitas a ser encaminhadas para a prisão, depois de um aborto de que resultaram complicações que levaram a uma denúncia. Essas complicações aparecem porque, não possuindo meios económicos para se deslocaram a Inglaterra ou à Suiça, onde poderiam fazer-se abortar em boas clínicas especializadas, sob o olhar dos médicos, essas mulheres vêm-se obrigadas a recorrer à sgulhs de tricot, ou, na melhor das hipóteses, a uma «curiosa», sem qualquer preparação.

«A classe médica abdicou da sua responsabilidade em relação ao aborto», afirmou João Cabral Fernandes, médico e membro do Movimento. A atitude dos médicos relativamente às mulheres que os procuram por se ecnontrarem grávidas sem o desejarem caracteriza-se pela indiferença, pela cumplicidade ou pela caridade. Efectivamente, o mais que uma mulher pode esperar de um médico (proibido pela lei e pela moral de a fazer abortar) é que este lhe indique o nome de uma parteira, onde sabe que ele não fará a operação em condições de segurança. Esta atitude de duplicidade por parte dos médicos permite, por um lado, que milhares de mulheres morram devido a abortos, e por outro que floresça em todo o País um comércio de abortos, a cargo de parteiras, enfermeiras ou «curiosas» que actualmente cobram 2 contos por operação.

«Os médicos deve tomar a posição de defesa do direito das mulheres a disporem do seu corpo e colocar a ciência ao seu serviço», afirmou João Cabral Fernandes. A colocação da Medicina ao serviço das mulheres faz com que em países como a China os países da Europa de Leste, a Inglaterra, os Estados Unidos e a própria França se tenha generalizado a aplicação do método «Karman», que permite a qualquer pessoa com um mínimo de preparação praticar o aborto, por aspiração, sem necessidade de anestesia ou de hspitalização e sem consequências graves para a mulher. Este método já está a ser utilizado em Portugal, mas a uma escala muito restrita, (e na clandestinidade, evidentemente), resolvendo apenas escassos casos individuais o generalizar nos hospitais esta prática, cuja existência é a prova última de que o aborto se pratica e pode praticar-se sem consequências, eis o que pretende o Movimento.

MINISTRO ANGOLANO LEVANTOU INDEVIDAMENTE CEM MIL CONTOS

LUANDA, 23 — (Especial para o «DL») — Samuel Abrigada, ministro da Saúde do Governo de Transição de Angola, em representação da F. N. L. A., requisitou e levantou ilegalmente cem mil contos no Banco de Angola. Aquela importância foi toda levantada em notas, mediante a apresentação de títulos da Fazenda Pública. Os cem mil contos, consignados ao Ministério da Saúde deviam ser levantados em duodécimos. Samuel Abrigada está ausente na Alemanha, pelo que o Governo de Transição não emitiu qualquer comunicação oficial, aguardando o seu regresso e o esclarecimento do destino dado aos cem mil contos.

Continuam as prisões de militantes do M. P. L. A. No norte de Angola, junto à fronteira, a F. N. L. A. deteve 86 militantes do M. P. L. A., os quais ainda se encontram presos. Face a este acontecimento, o Estado-Maior das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (do M. P. L. A.) decidiu abandonar as reuniões que se vinham realizando com os Estados Maiores do ELNA (F. N. L. A.) e das FALA (da U. N. I. T. A.). Esta tarde, deslocam-se em avião especial a S. Salvador responsáveis do M. P. L. A. que vão procurar resolver a questão. Recorde-se que o protocolo de acordo, recentemente assinado nesta capital entre os três movimentos e Almeida Santos e Melo Antunes, previa que cessassem as prisões efectuadas pelos movimentos de libertação.

Esta manhã, algumas centenas de estudantes brancos da Universidade de Luanda manifestaram-se nas ruas da capital contra a greve que neste momento decorre nesse estabelecimento de ensino.

Esta tarde realiza-se uma grande manifestação de apoio à referida greve, que foi desencadeada para protestar contra a proibição da pró-Associação dos Estudantes e contra a expulsão dos seus dirigentes, decisões do Ministério da Educação, cuja pasta pertence à U. N. I. T. A.

Geral

TRÊS FAMÍLIAS RESISTEM AO SENHORIO

. Com a nova ordem estabelecida pelo «25 de Abril» agudizaram-se os problemas da habitação. Dantes as pessoas viviam mal, em barracas ou amontoadas em espaços exíguos, mas nunca lhes passaria pela cabeça transgredir a lei dos senhorios, porque isso seria pôr em causa o poder político instituído.

Agora fazem-se ocupações. Aqueles que precisavam de um tecto instalaram-se nas casas desabitadas, propondo muitas vezes aos proprietários do prédio o pagamento de uma renda justa. Assim aconteceu num imóvel, já com uns certos anos em cima, da Rua Palmira, n.º 6.

O processo começou em Agosto quando Maria da Conceição Fortunato, constureira, Angelina Charraz, enfermeira, e António Alberto Rodrigues, mecânico, decidiram ocupar os três andares do prédio. Doze pessoas no total. Estes candidatos a inquilinos propuseram ao senhorio o pagamento de uma renda e afeitura de obras no interior das casas. Em princípio o dono do prédio concordou dizendo que ia à Câmara Municipal saber em que ponto se encontrava o seu pedido no sentido de demolição do prédio.

Noentantogarantiuàspessoas que elas ficariam nas casas de qualquer maneira. Porém, na primeira oportunidade atraiçoou os compromissos que fizera com os ocupantes. Aliás estes tinham abandonado o prédio e regressado às suas anteriores habitações (quartos e partes de casa) na mesma rua.

«Há cerca de um mês vimos uns homens a destalhar e a arrancar as claraboias dos andares. Pensávamos que finalmente a casa ia ser demolida. Fomos à Câmara onde nos informaram que não havia ali nenhum processo sobre aquela casa. Então decidimos ir ver o que se passava. Deparámos com um espectáculo desolador. Tinham arrancado o papel das paredes, os quadros da luz, as portas e colocado entulho no meio de um dos quartos» — afirma Maria da Conceição Fortunato.

Nesse mesmo dia falaram com o senhorio que hipocritamente afirmou não saber de nada. Todavia não lhes deu ordem de retirada. Algum tempo depois apareceu um homem que lhes fez ameaças referindo-se «a um banho de sangue» se eles não saíssem das casas. No outro dia apareceram uns indivíduos armados de ferramentas que arrombaram a porta e destruiram as escadas de madeira e as paredes à machadada.

«Pedi a comparência das autoridades e quando chegou a Polícia os tipos tentaram convencer a autoridade que tinham sido eles a chamá los a fim de serem protegidos da «fúria dos ocupantes». No momento, a questão ficou mais ou menos resulvida» — salientou Maria da Conceição Fortunato.

A U.D.P., partido político de esquerda, tomou a defesa dos ocupantes e prontificou-se a ajudá-los no que fosse preciso. Conversámos com dois elementos do núcleo da Graça da U.D.P. que estavam na Rua Palmira desde sexta-feira a fazer piquetes de vigilância para impedir o senhorio e os seus capangas de destruírem o pouco que ainda resta das casas.

Entretanto as pessoas (os ocupantes) aguardam a solução do caso já entregue ao Copcon.

SANCHES OSÓRIO EM PARIS

INIMIGO DO POVO E INIMIGO DA DEMOCRACIA

. O ex-major Sanches Osório encontra-se em Paris, onde ontem deu uma conferência de imprensa no hotel «Scribe».

Ministro da Comunicação Social no período anterior ao 28 de Setembro, Sanches Osório, também secretário-geral suspenso, mas não expulso, do Partido da Democracia Cristã, retirou agora definitivamente a sua máscara, e a do seu partido, ao mostrar-se um inequívoco inimigo do povo português.

Os factos: Osório saiu de Portugal clandestinamente em 20 de Março. Passou por Espanha (cujas autoridades diziam desconhecer a sua passagem), e saltou até Paris, onde ontem proferiu uma série de calúnias contra a revolução portuguesa.

Osório disse:

. «Os homens do 25 de Abril de 1974 estão hoje na sua maioria na cadeia, no exílio ou afastados do Poder». «O povo português — prosseguiu — está agora reduzido ao silêncio, vive num clima de indignidade, de cobardia, de impotência, sob o reinado do medo, da desconfiança e do ódio».

Osório afirmou que «hoje existem mais presos políticos do que antes de 25 de Abril». Segundo cálculo do ex-major, estarão presos cerca de duas mil pessoas. Isto é, Sanches Osório considera vítimas da repressão os agentes da ex-P.I.D.E./D.G.S.

Como seria de esperar Sanches Osório não simpatiza com a vigilância popular:

. «Neste País dominado durante quarenta anos por uma ditadura, a substituição da antiga polícia política pela omnipresente «vigilância popular» institucionalizou a suspeita, o medo e o ódio».

Osório, criticou asperamente o Partido Comunista Português e os oficiais da esquerda que tomaram conta do aparelho de Estado depois do 25 de Abril. Osório acusou também a falta de legitimidade das eleições para a Assembleia Constituinte.

Mas logo se apressou ao convite:

. «Convido os portugueses a participar nas eleições de sexta-feira, e a votar pelos partidos não marxistas».

Osório é um «democrata» que fugiu às escondidas deste País. Que nem sequer pediu asilo em França, pois pensa saltar ainda para Itália, onde a Democracia Cristã o receberá de braços abertos.

Osório afirmou que o 11 de Março teria sido provocado pelo P.P.C., e em benefício próprio deste. Se o ridículo de Osório não fosse também a provocação o Mundo rir-se-ia. Quando lhe perguntaram se o Presidente Francisco da Costa Gomes sabia que o seu Primeiro-Ministro era um comunista secreto, disse ainda: «Tal como Lenine frisou, uma pessoa deve dar dois passos em frente (para uma revolução comunista) e dar um passo atrás. Costa Gomes é o homem do passo à retaguarda.» Se o ridículo, matasse...

FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS AO C.D.S. E AO P.P.D.

. Totalizam 16 500 contos os financiamentos do Banco Totta e Açores ao C. D. S. e ao P. P. D. de acordo com um relatório da respectiva comissão de delegados sindicais. «A fiscalização das operações bancárias, que depois da nacionalização pudemos intensificar permitiu-nos complementar na última semana os dois primeiros relatórios que incidem sobre os financiamentos e ofertas aos partidos C. D. S. e P. P. D., efectuados através de intermediários, e que pelos dados actualmente em nosso poder, totalizam 11 mil e 500 contos para o P. P. D. e cinco mil para o C. D. S.» — lê-se no referido relatório.

Segundo a comissão de delegados sindicais (que afirma ter em seu poder fotocópias de todos os documentos citados no relatório), é de salientar «a tentativa de esconder estas operações, através do recurso sistemático aos cheques ao portador e da utilização de contas de particulares por onde o dinheiro transitava antes de ser depositado nas contas dos partidos». No caso do C. D. S., «as irregularidades são mais graves, pois foi utilizada uma firma que consideramos fictícia, porquanto serviu apenas para esta operação, não se conhecendo o seu domicílio e o Banco não teve conhecimento da respectiva escritura notarial».

CONTAS DO C. D. S.

Segundo o relatório, «em 27/8/74 foi aberta no Totta uma conta em nome da Sociedade Civil Agrícola e Imobiliária, sendo sócios Pedro Luís Marçal e Jorge Manuel da Silva, e sendo a sua apresentação e abonação feitas pelo sr. José Manuel de Melo.

«Esta firma ficou até hoje com a sua morada provisória, que é o endereço do Banco, Rua do Ouro, 71, nunca se lhe conheceram quaisquer bens ou actividade e os documentos em poder do contencioso não obedecem aos requisitos legais.

«Em 30-8-74, esta conta foi creditada pelo desconto de um aceite bancário de cinco mil contos, que se venceu em 21 de Dezembro de 1974, data em que foi reformado por inteiro, e ainda com juros incluídos, pelo que o financiamento ficou em cinco mil cento e quarenta e nove contos.

«Esta conta recebeu ainda um depósito de um cheque de mil duzentos e cinquenta contos do sr. Afonso Pinto de Magalhães e outro depósito de trezentos contos através de cheques sacados pelo sr. Orlando Castelo Branco Teixeira, que no Totta assina pelo C. D. S. em conta que este partido abriu em 28-8-74.

«Destas verbas, quatro mil e quarenta e sete contos foram depositados directamente em contas do C. D. S. em diversos bancos; mil e cinquenta e dois contos foram depositados nas contas do sr. Orlando Castelo Branco Teixeira, no B.E.S.C.L. e no B.P.S.M.; trezentos e cinquenta contos foram depositados na conta do dr. Paulo Henriques Lowndes Marques, que segundo o B.P.S.M., assina também pelo C. D. S.

LIGAÇÕES DO P. P. D.

«Em 28-10-74 foi creditado em conta expressamente aberta por José Manuel Rodrigues Simões de Almeida, o produto do desconto de uma livrança apresentada pelo mesmo com o aval de José Manuel de Melo, no valor de 6000 contos.

«Destes 6000 contos, temos já provas documentais de que 3400 foram utilizados em benefício do P. P. D. e deve ter-se em conta que alguns outros levantamentos são dificilmente identificáveis por terem sido efectuados directamente nas nossas caixas em dinheiro.

«Dos citados 3400 contos, 1834 foram depositados através de diversos cheques ao portador directamente em contas do P. P. D. e do «Povo Livre» em vários bancos; 978 contos foram depositados em contas de vários intermediários e destas para as contas do P. P. D. e do «Povo Livre»; 650 contos foram utilizados em pagamentos directos de despesas do P. P. D. (segundo informações em nosso poder — propaganda, instrumentos musicais, etc.)

. «Como pormenor confirmativo de que este financiamento se destinou integralmente ao P. P. D., temos o facto de a morada inscrita na livrança ser a do P. P. D. — Av. Duque de Loulé, 12 e não a do sr. Simões de Almeida.

«Além deste financiamento localizámos ainda cinco cheques do sr. José Manuel de Melo, no total de 5500 contos dos quais 3200 foram depositados nas contas do P. P. D. e «Povo Livre», através das contas de vários intermediários e 1500 contos foram depositados na conta de Luís Filipe Lagrifa Neto Vasco, sócio-gerente da firma Lagrifa — Publicidade, S. A. R. L., que julgamos saber ser o agente de publicidade do P. P. D.

«Dada a posição larga e permanentemente devedora do sr. José Manuel de Melo para com o Banco, consideramos que as suas generosas ofertas saíram directamente do dinheiro do banco e dos depositantes.

«No decorrer desta investigação e marginalmente à mesma, apurámos ainda que também o sr. Agostinho da Silva, ex-administrador da Torralta passou um cheque de 1000 contos sobre o Banco Pinto de Magalhães, em 20 de Maio de 1974 à ordem de Carlos Avela Vieira da Rocha, que, por sua vez, o depositou na conta de que é interveniente e aberta no Totta em nome do P. P. D.

EXIGEM DISSOLUÇÃO DO C.D.S.

PORTO, 23 — Milhares de antifascistas concentraram-se ontem, ao fim da tarde, na Praça de Liberdade, para protestar contra a «ofensiva reaccionária» que os fascistas vêm desenvolvendo por todo o País. Dirigida a «todo o povo do Porto, antifascistas, democratas e patriotas» e com a finalidade de exigir a dissolução imediata de todos os partidos e organizações fascistas, os Gaafs (Grupos de Acção Antifascistas) haviam convocado, através de panfletos, o povo para participar naquela manifestação. À hora aprazada (19 horas) já muitas centenas de pessoas se encontravam junto à estátua de D. Pedro IV. Um elemento dos Gaafs, usando o megafone leu uma moção que mais tarde foi entregue no Quartel-General ao brigadeiro Eurico Corvacho, comandante da Região Militar do Porto. Essa moção é do seguinte teor: «Os milhares de antifascistas reunidos hoje, 22 de Abril, na cidade do Porto na manifestação antifascista promovida pelos Gaafs e apoiada por várias organizações políticas antifascistas, vêm por este meio exigir a rápida satisfação das seguintes reivindicações profundamente sentidas pelo povo português:

. 1. A dissolução imediata dos partidos fascistas P. D. C. e C. D. S., o primeiro já publicamente comprometido na intentona fascista de 11 de Março; o segundo beneficiando de impunidade que tem protegido a sua actividade como partido reaccionário legal, nomeadamente através da rádio e TV, para impulsionar activamente a reorganização das forças fascistas que se preparam para novos golpes terroristas contra a liberdade e a vida do povo português.

2. Prisão imediata dos membros dos bandos fascistas armados do C. D. S. que já em mais de uma ocasião atacaram o povo e os soldados com armas de fogo e outras, como aconteceu nos últimos dias no Porto, em Guimarães, em Braga, em Aveiro, etc., e de todos os provocadores reaccionários que integram esse partido de fascistas notórios, de saneados, bufos e proxenetas.

3. Publicação imediata das provas que comprometem inapelavelmente membros activos do C. D. S. na preparação e execução de acções terroristas armadas perpetradas ou a perpetrar contra o povo português.

4. Cessação imediata das prisões e outras formas de repressão inqualificável que se tenha abatido sobre trabalhadores e as manobras da reacção fascista.

. . Depois de lida a moção, os manifestantes seguiram em cortejo pelos Clérigos, Carlos Alberto, Rua Mártires da Liberdade até à Praça da República.

SECÇÃO DO P.C.P. BOICOTADA NA TROFA

Uma sessão d e esclarecimento promovida pelo P. C P. no Teatro Alves da Cunha, na Trofa, foi boicotada logo de início por elementos provocadores do C. D. S., segundo se afirmava no local com indicação dos nomes desses indivíduos. Antes do início da mesma geraram-se conflitos na sala, os quais terminaram em séria confrontação. Em consequência disso várias pessoas ficaram feridas e tiveram de receber tratamento no hospital de Santo Tirso. Muitos dos feridos não careceram de tratamento hospitalar, contando-se entre estes Raul Fonseca e Agostinho Lopes.

A intervenção da autoridade na altura, a G. N. R. vericiou-se muito tarde, tendo procurado evacuar as pessoas que se encontravam dentro do teatro, o que só aconteceu depois da meia-noite.

Caleidoscópio

FÁBRICA ENCERRADA EM ESPANHA

VALLADOLID, 23 — (FP) — Foram despedidos 32 operários das fábricas Fasa-Renault em consequência da greve, desde segunda-feira, de 8000 dos 13 600 trabalhadores da empresa.

Outros 11 foram suspensos sem salário por 60 dias e abriram-se processos de suspensão de emprego contra 13 representantes sindicais.

Entretanto a direcção da Fasa-Renault decidiu fechar uma fábrica de montagem, o que desemprega 4000 operários.

Por outro lado, em Valladolid alastra a greve na construção civil, abrangendo agora 8000 trabalhadores.

Por seu turno os estudantes desta cidade manifestaram-se ontem à tarde contra o encerramento de quatro universidades.

JACQUES DUCLOS HOSPITALIZADO

PARIS, 23 — (FP) — Foi hospitalizado na terça-feira, Jacques Duclos, membro da direcção central do Partido Comunista Francês e presidente do grupo parlamentar do seu movimento no Senado.

O velho chefe comunista, que completará 79 anos em Outubro que vem, sofre há muitos anos de perturbações renais, que exigiram diversas intervenções cirúrgicas. a última no começo deste ano.

Desta vez, Duclos padece de congestão pulmonar.

ESTRATÉGIA ÁRABE COMUM

CAIRO, 23 — (FP) — O presidnete egípcio Anwar Sadat, o rei Khaled da Arábia Saudita e o presidente sírio Hafez Assad assentaram numa estratégia comum — anuncia o jornal «Al Ahram», citando a reunião dos três chefes de Estado em Riad, ontem à tarde.

Tratava-se — esclarece o jornal — do plano geral de reforço das frentes militares egípcia e síria e da posição da Arábia Saudita nos petroleos, no caso de uma eventual ofensiva militar de Israel. Foi estudada também a questão da convocação da conferência de Genebra, e sobretudo da participação da O.L.P. nesta conferência. Segundo o jornal o rei Khaled e o príncipe herdeiro Fahd têm feito diligências junto do presidente Gerald Ford para que a O.L.P. seja reconhecida pelos Estados Unidos.

QUÍNTUPLOS NOS E.U.A.

CINCINNATI, 23 — (ANI) — Uma mulher de Cincinnati, a sr.ª Mark Levy, deu hoje à luz quíntuplos, no hospital geral da cidade.

As crianças — três raparigas e dois rapazes — estão de perfeita saúde, embora todas tenham nascido com menos de 2,200 quilogramas. O parto foi por cesariana e a mãe encontra-se bem.

O nascimento de quíntuplos ocorre, segundo os medicos, uma vez em 57 milhões de partos.

Nacional

Soldados portugueses saem de Moçambique antes da independência

BEIRA, 23 — (F.P.) — As tropas portuguesas que ainda se encontram em Moçambique partirão para Lisboa antes de 25 de Junho, «Dia da Independência», e o comando militar de Moçambique passará para as mãos da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), anunciou um porta-voz militar.

As tropas portuguesas ainda em Moçambique serão agrupadas em Lourenço Marques, Nampula e Beira, tendo em vista o seu repatriamento para Portugal.

Até fins de Abril, os portugueses retirarão as tropas que ainda têm na região de Vila Pery, perto da fronteira com a Rodésia. No princípio deste mês, as forças da Frente de Libertação de Moçambique tinham já passado a garantir o controlo das províncias de Nissa, Zambézia, Cabo Delgado e Tete.

A saída de Moçambique dos 60 mil soldados portugueses começou em Setembro do ano passado em aplicação do Acordo de Lusaka, assinado o ano passado pela frente de libertação de Moçambique e pelos novos dirigentes portugueses.

PUB

AOS COMPANHEIROS METALÚRGICOS DE TODO O PAÍS

A TODOS OS TRABALHADORES

CONTRA A EXPLORAÇÃO

PELA DEMOCRACIA

RUMO AO SOCIALISMO

COMPANHEIROS

A classe operária e o povo trabalhador têm obtido imensas vitórias sobre o capitalismo e seus defensores: os fascistas, os conservadores e os divisionistas.

No 11 de Março, como no 28 de Setembro, ombro a ombro com os nossos irmãos das Forças Armadas, derrotámos a conspiração assassina, reforçámos a unidade e dinamismo do movimento popular de massas e a aliança deste com o MFA, demos passos decisivos para a consolidação da Democracia rumo ao Socialismo.

A criação do Conselho da Revolução, órgão superior do MFA, a nacionalização da banca e dos seguros, a criação de um Governo mais progressista e operativo e o início da nacionalização dos sectores-chave da economia portuguesa, são outras tantas vitórias dos trabalhadores portugueses e das forças que, hoje como ontem, estão — sem demagogia nem oportunismo — do lado de quem trabalha.

É certo que o novo Governo não corresponde ainda aos interesses e à vontade do povo português. A presença no Governo do PPD, dito partido popular e democrático, que não é uma coisa nem outra mas sim o partido dos patrões, o partido dos inimigos da classe operária e do povo trabalhador, o partido da violência e da agressão aos verdadeiros democratas, é justo motivo de estranheza e apreensão para quantos, honestamente, estão interessados no avanço do processo revolucionário e na construção de uma sociedade livre e democrática a caminho do socialismo.

Apesar disso, o novo Governo é o mais progressista de quantos se formaram depois do 25 de Abril. O avanço do movimento popular de massas, em estreita aliança com o MFA, cedo imporão uma nova composição governamental de forma a afastar o PPD e quantos, na prática, tentam travar o avanço irreversível do Povo português para o socialismo.

COMPANHEIROS

O 11 de Março disse de uma vez por todas, quem está com o Povo e com quem está o Povo.

A quem tinha dúvidas, o 11 de Março provou que quem ameaça as liberdades são os fascistas, os conservadores e os divisionistas de todos os matizes e não comunistas e o MFA como gritavam histericamente os defensores das liberdades para a burguesia, que jogam no socialismo à sueca, na social-democracia, com que pretendem enganar os trabalhadores menos esclarecidos.

Está provado que a democracia e o socialismo não se constróem com os monopólios e os latifúndios mas sim contra eles, destruindo-os e reprimindo severamente os seus agentes seja qual for a capa sob que se escondam.

A hora é de vitória para os trabalhadores e para as forças verdadeiramente progressistas.

Os partidos que aproveitando-se das liberdades prodigamente concedidas, conspiravam para derrubar a democracia e fazer regressar o País à tirania fascista, sofreram uma derrota à medida da sua ousadia: muitos dos traidores estão presos, outros puseram-se em fuga para terras de fascismo, outros, ainda encobertos, serão desmascarados e justiciados.

Os partidos ditos «democráticos» e «socialistas» que, depois de se oporem à unicidade sindical, fizeram da luta contra o MFA e forças verdadeiramente progressistas a sua actividade principal, sofreram também uma derrota à medida do seu oportunismo. Quem faz o jogo da reacção sofre-lhe as derrotas!

A hora é de vitória para os trabalhadores e para as forças verdadeiramente progressistas. Mas para que o seja cada vez mais há que aprofundar dia a dia, hora a hora, a aliança FOVO-MFA, há que reforçar a unidade e vigilância das forças populares, há que trazer à luta os trabalhadores ainda hesitantes, ganhar para a causa da democracia e do socialismo os homens e as mulheres honradas deste País.

CAMARADAS

A socialismo está na ordem do dia.

Nós, metalurgicos, não aprendemos nos livros a dureza da vida proletária nem aderimos hoje à luta dos trabalhadores. Somos proletários. Dizem-no as nossas mãos, os nossos rostos, os nossos corpos. Os mais de nós são filhos e pais de operários. A vida dura foi e é a nossa vida. A luta dos trabalhadores a nossa luta. Sobra-nos, portanto, experiência de luta e consciência de classe para saber distinguir os verdadeiros dos falsos amigos. Para nós, metalúrgicos, o socialismo não precisa de máscaras. Para nós, metalúrgicos, que não somos burgueses nem reaccionários, trabalhamos no duro, que sabemos quanto custa a vida, não há socialismo com liberdade e socialismo sem liberdade como diz a burguesia: O Socialismo é a liberdade para quem trabalha e o fim definitivo dos parasitas e da exploração do homem pelo homem.

Mentem ao Povo os que defendem o chamado «socialismo em liberdade» ou «socialismo democrático» e que tiveram como aliados, ontem o fascista Spínola, hoje o fascista Galvão de Melo.

A esses não juntamos a nossa voz!

Os metalúrgicos portugueses, ontem na vanguarda da luta contra a opressão e exploração, hoje na primeira linha de combate pela democracia rumo ao socialismo, repudiam a social-democracia que mais não é que o capitalismo «democrático» com que se pretende enganar os trabalhadores. Os nossos irmãos emigrantes sabem que assim é!

Para nós metalúrgicos, os exemplos não nos vêm da Suécia, da Holanda, da Inglaterra ou da Alemanha Ocidental onde os capitalistas em liberdade continuam a explorar os trabalhadores. Os nossos irmãos emigrantes sabem que assim é!

Para nós, que não somos burgueses nem aspiramos a sê-lo, os exemplos vêm-nos dos países onde a força organizada dos trabalhadores pôs definitivamente termo à exploração do homem pelo homem como sucede na União Soviética, na Polónia, na Bulgaria, na Hungria, na Alemanha Oriental, em Cuba, no Vietnam do Norte e outros países socialistas.

Defendemos uma via original para o socialismo no nosso País, não queremos copiar modelos, mas temos os olhos postos nesses países onde o socialismo se contrói pelas mãos calejadas dos trabalhadores, onde a exploração do homem pelo homem foi varrida para sempre, onde os produtores são donos do seu destinos e da sua Pátria.

É esse o País e o socialismo que queremos!

Vamos, companheiros, unidos como os dedos da mão, levar avante a construção desse País!

A vitória é difícil mas é nossa!

Viva a classe operária e o povo trabalhador!

Viva a aliança POVO-MFA!

Viva Portugal!

Os Sindicatos Metalúrgicos de: Aveiro, Almada, Barreiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém e Setúbal.

FINANCEIROS INTERESSADOS EM ANGOLA

«Penso reunir-me com o ministro da Coordenação Interterritorial, para discutirmos alguns aspectos da situação em Angola, sobre os quais ele fez uma série de declarações, de que discordo. Não as considero condizentes com a realidade angolana», declarou Saydi Mingas aos jornalistas, à sua chegada ao Aeroporto de Lisboa. Saydi Mingas, ministro do Planeamento e Finanças do Governo Provisório de Angola, vinha de Londres, acompanhado de António Augusto Almeida, outro dirigente do M.P.L.A.

A propósito da sua ida a Inglaterra, Mingas sublinhou:

. «Diversas individualidades inglesas — homens de negócios e da Banca — estão muitíssimo interessados no desenvolvimento da economia angolana e pretendem trocar impressões com membros do Governo de Transição de Angola. Desloquei-me, pois, a convite deles, à capital britânica e tive oportunidade de conversar sobre a situação no território, em especial sobre as facilidades de trabalho no nosso país.

«Tentei responder às diversas questões, sem contudo fazer promessas, pois só o Governo, uma vez definida a sua política económica e financeira, tem competência para tal.

«No entanto — acrescentou Saydi Mingas — frisei que se esperava em Angola que os ingleses não boicotem a nossa economia, nem criem problemas à importação de meios de equipamento para desenvolvimento futuro.»

. E mais adiante: «Ficou assente que, vários grupos financeiros mandem comissões a Angola para discutirem com as instituições bancárias do Estado as formas como nos podem ajudar no campo do financiamento externo para a arrancada económica, dentro das condições que exigimos para a sua actividade no nosso país:»

CANCELADAS AS ELEIÇÕES EM ANGOLA?

DAR ES-SALAM, 23 — (AP/ANI) — As eleições antes da independência de Angola, previstas para Outubro, podem vir a ser canceladas — afirmou ontem nesta capital o presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (M.P.L.A.), dr, Agostinho Neto.

Neto afirmou aos jornalistas que, antes das eleições, o Governo de Transição deve promulgar a legislação que as regulamente.

Segundo Agostinho Neto, ainda não foi aprovado um projecto de lei eleitoral apresentado pelo M.P.L.A. No entanto, o M.P.L.A. continuará a sua campanha para as eleições.

Em referência aos últimos incidentes em Angola, Agostinho Neto ofereceu-se para participar numa reunião dos presidentes dos três movimentos de libertação (M.P.L.A., F.N.L.A. e U.N.I.T.A). Em vez de «nos alvejarmos uns aos outros, em vez de usarmos a violência poderíamos discutir os nossos problemas» — acrescentou.

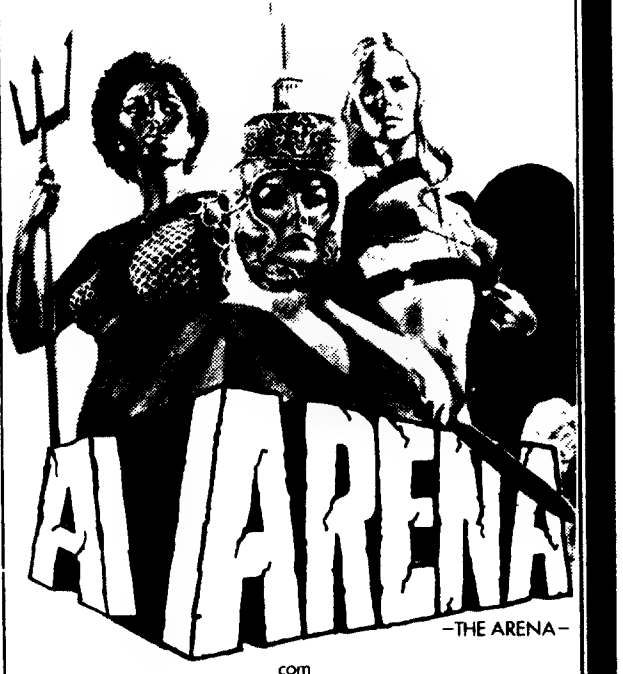
MAIS AVIÕES PARA ANGOLA

SEATLE (WASHINGTON), 23 — (FP) — A Boeing Aircraft anunciou na terça-feira que os «Transportes Aéreos de Angola» compraram dois «Boeing 730-200», que serão entregues em Janeiro e Fevereiro de 1976.

Por outro lado, o Governo de Angola concedeu à Boeing um contrato de 17,3 milhões de dólares para a melhoria do controlo do tráfico aéreo em dez aeroportos do país.

LUSOMUNDO EMI

A excitante luta das escravas sedentas de amor e liberdade!



com

PAM GRIER

MARGARET MARKOV

um filme de STEVE CARVER TECHNICOLOR

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

SEXTA-FEIRA

ESTREIA, às 21,15 ROXY

Estrangeiro

PARECEM PRESTES A TERMINAR AS MANOBRAS SOVIÉTICAS

. LONDRES, 23 — (R) — As maiores manobras navais de sempre realizadas pela União Soviética, que desdobram cerca de 220 navios russos através dos oceanos do Mundo, parecem estar perto do termo, segundo um porta-voz da Armada britânica.

Navios e aviões dos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, Itália e Noruega, têm observado as manobas, que se julga terem tido início há cerca de uma semana.

O trabalho de observação desenvolvido pelos países acima tem sido coordenado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (N.A.T.O.), cuja força naval permanente se encontra igualmente a observar os exercícios navais soviéticos.

O porta-voz inglês disse que as actividades navais soviéticas decresceram consideravelmente nas últimas 24 horas e que muitos dos navios de guerra da U.R.S.S. parecem estar a dirigir-se para águas territoriais.

O porta-voz acrescentou que têm sido avistados 33 navios soviéticos que tomam parte nas manobras realizadas no Atlântico Norte, sendo apoiados por aviões soviéticos de patrulha marítima com longo raio de acção e também por submarinos.

O porta-voz frisou ser demasiado cedo para se fazer uma análise exacta dos objectivos das manobras navais, mas segundo todas as aparências parecem ter sido essencialmente de desenvolvimento de luta anti-submarina.

O porta-voz acrescentou: «A partir da utilização de aviões navais que transportam equipamento anti-submarino, tudo leva a crer ter sido o exercício destinado a testes operacionais contra submarinos».

O último exercício naval soviético à escala mundial, realizado em 1970, prolongou-se por três semanas e envolveu 200 navios de guerra.

Um cruzador soviético da classe «Sverdlov» fotografado durante as maiores manobras navais de sempre realizadas pela U. R. S. S., as quais envolvem 220 navios. (Telefoto UPI-Telimprensa)

24 horas no Mundo

■ O general Oswaldo Lopez Arellano foi destituído do cargo de presidente da República das Honduras, e substituído pelo coronel Juan Alberto Melgar Castro. A destituição de Arellano segue-se a uma série de incidentes ocorridos entre o ex-presidente e uma comissão de inquérito encarregada de investigar o suborno de funcionários hondurenhos em troca de uma redução dos impostos sobre a exportação de bananas.

■ As forças comunistas que parece terem 200 000 homens perto de Saigão, prontos a atacar a capital sul-vietnamita, exigem a substituição de Tran Van Huong que, segundo afirmaram, apenas preside a um «regime gémeo» do de Van Thieu.

■ Um inspector da Polícia Espanhola, José Moran Gonzales foi morto a tiro em Bilbau, tendo a organização separatista E.T.A. reivindicado o atentado. Num comunicado publicado pela E.T.A. em Biarritz afirma-se que Moran fora o responsável pela morte do militante basco Eustaquid Mendizibal, assassinado há dois anos.

■ O Transkei, o mais vasto Bantustão sul-africano tornar-se-á independente em Outubro de 1976 — anunciou em Joanesburgo o chefe Kaizer Matanzima, primeiro-ministro do Governo semi-autónomo desta região do Sueste da África do Sul

■ O Conselho Nacional do Partido Justicialista, representante oficial do peronismo na Argentina, decidiu expulsar Hector Campora. do movimento. Campora é em Buenos Aires como um dos animadores do novo «Partido Autêntico», formado em Março com o apoio da esquerda peronista, o Movimento Montonero. Entretanto a Polícia matou pelo menos seis pessoas ao fazer abortar uma tentativa de evasão de guerrilheiros, presos na cidade argentina de Córdova.

■ Depois dos incidentes ocorridos em Atenas, do qual resultaram pelo menos 22 feridos, o Movimento Comunista Revolucionário da Grécia (E.K.K.E.), maoista, publicou um comunicado no qual reivindica a responsabilidade da «violenta manifestação» e condena vigorosamente o «bárbaro ataque da Polícia».

■ Neste Anto Internacional da Mulher o Exército belga vai-se feminizar com a próxima entrada de 200 mulheres como recrutas.

■ Um antigo funcionário da C.I.A. confirmou em Washington que os dirigentes desta organização de espionagem tinham projectado assassinar Fidel de Castro durante a presidência de John Kennedy.

■ Faleceu em São Paulo o antigo deputado Ranieri Mazilli que foi presidente da Câmara dos Deputados e presidente provisório do Brasil por cinco vezes.

As forças sul-vietnamitas retiram ao longo da costa

. SAIGÃO, 23 — (R.) — Forças sul-vietnamitas retiram hoje ao longo da costa do mar do Sul da China perante uma ofensiva das tropas do Vietcong, destinada a isolar Saigão.

O comando de Saigão informou que as suas tropas tinham abandonado a cidade costeira de Ham Tan, a apenas 80 quilómetros da cidade portuária de Vung Tau, a seguir a um ataque desencadeado a noite passada por forças da Frente Nacional de Libertação.

Esse ataque coincidiu com novos combates na área de Tay Ninh, a noroeste de Saigão, onde fontes militares afirmaram que o Governo planeava uma retirada, a fim de encurtar o seu perímetro de defesa.

Um informador militar anunciou hoje que a cidade de Tay Ninh se acha ainda na posse do Governo.

Um comunicado do comando de Saigão dizia que tropas, artilharia e aviões governamentais repeliram um violento ataque da F. N. L. contra a cidade de Bau Mau, a sueste de Tay Ninh. O contra-ataque reabriu a auto-estrada 22 de Tay Ninh a Saigão.

A base da força aérea de Bien Hoa voltou ontem a ser bombardeada e uma das granadas atingiu um depósito de bombas que explodiu com fragor, fazendo estremecer as janelas em Saigão a 30 quilómetros de distância.

Afirmando-se que mais de 200 mil soldados do Vietcong apertam o cerco à cidade de Saigão, a situação das forças governamentais parece agravar-se a cada minuto que passa.

A tomada de Ham Tan parece estar incluída numa arrancada para ocupar Vung Tau, agora o único porto marítimo importante servindo Saigão.

A cidade encontra-se cheia de refugiados, procurando fugir ao avanço das forças de libertação.

Algures entre Vung Tau e Ham Tan encontram-se os restos da 18.ª divisão sul-vietnamita, severamente destroçada, que retiraram na 2.ª-feira, à noite, da cidade de Xuan Loc, devastada por duas semanas de cerco e bombardeamentos de artilharia.

HONG-KONG, 23 — (R.) — A China descreveu hoje a resignação do presidente sul-vietnamita Van Thieu como uma derrota desastrosa para os Estados Unidos da América.

A agência noticiosa Nova China, no seu primeiro comentário sobre a resignação, sublinhou: «A queda de Thieu é uma fraude política engendrada pelos Estados Unidos para salvar do colapso total a administração fantoche de Saigão.

«A queda de Thieu significou uma derrota desastrosa para os Estados Unidos e para os seus lacaios na violação sistemática dos acordos de Paris e prosseguimento de uma política de guerra.

«Todavia, a administração americana não se reconciliou com essa derrota e, antes da resignação, Van Thieu, a instâncias dos americanos, cozinhou à pressa uma nova equipa fantoche, que ficou sob o seu controlo e designada para prosseguir a sua política de traição.

«Ao anunciar a sua resignação, Van Thieu vilipendiou descaradamente os acordos de Paris e insinuou, nas entrelinhas, que procuraria uma possibilidade para voltar de novo ao palco de Saigão.»

A Tanzânia à espera de uma invasão

Notícias chegadas a Nairobi e provenientes de Dar es-Salam informam de que a Tanzânia colocou as suas Forças Armadas de prevenção e avisou que estava prestes a ser invadida por um Estado vizinho.

A rádio Voz do Quénia, citando a Rádio da Tanzânia, afirmou num boletim noticioso esta manhã que a Tanzânia estava preparada para qualquer ataque e que defenderia as suas fronteiras.

Segundo um comunicado governamental divulgado em Dar es-Salam, um país vizinho estaria a preparar-se para invadir e apossar-se de um certo distrito da Tanzânia.

De acordo com alguns observadores, esse país vizinho seria o Uganda.

O presidente ugandês, Idi Amin, teria avisado ontem a Tanzânia «de que lhe daria uma lição que nunca esqueceria por apoiar actividades rebeldes contra o Uganda».

GOLPE NAS HONDURAS

Um coronel das direitas sucede a Lopez Arellano

TEGUCIGALPA, 23 — (R.) — As Forças Armadas hondurenhas estão a formar hoje um Governo chefiado por direitistas, após deporem o chefe do Estado, general Oswaldo Lopez Arellano, num golpe de Estado sem derramamento de sangue.

O general Lopez, que já ocupou o poder, por três vezes, em consequência de golpes de Estado militares, foi deposto ontem, após se recusar a revelar detalhes acerca da sua fortuna pessoal destinados a um inquérito sobre a corrupção.

O Conselho das Forças Armadas, constituido por 25 oficiais de alta patente, colocaram o coronel direitista Jaun Melgar no cargo de chefe de Estado. Não se sabia ainda como facções politicas que se opõem ao Exército apareceriam no novo Governo.

Não havia notícias acerca da sorte do general Lopez, de 53 anos, um oficial que começou a vida como condutor de um autocarro. Subiu nas fileiras da Força Aérea até dominar durante mais duma década, esta república da América Central.

O Conselho, que se tem mostrado cada vez mais hostil ao general Lopez, nos últimos dois meses, informou que formaria um novo gabinete militar para governar por um período de tempo ilimitado, sendo a tónica a honestidade, a lei e a ordem.

A maioria dos membros do Governo militar do general Lopez formado após o seu golpe de Estado mais recente, em Dezembro de 1972, demitiu-se, mas círculos militares disseram que seria pedido provavelmente a vários deles para continuarem no desempenho dos seus cargos.

A comunicação acerca do golpe de Estado registou-se apenas poucas horas depois de uma comissão especial informar que o general Lopez se recusara a cooperar num inquérito sobre a afirmação feita por uma companhia norte-americana de géneros alimenticios, a United Brands, de que subornara um alto funcionário hondurenho dando-lhe 1.250.000 dólares.

O general Oswaldo Lopez Arellano, presidente das Honduras, que foi derrubado por um golpe de Estado militar, sem derramamento de sangue. A deposição do general surgiu na sequência de um escândalo de corrupção, em que ele parece estar envolvido.

A empresa disse, no prin pio deste mês, em Nova Iorque que o dinheiro fora pago para conseguir uma redução de impostos no valor de 7.500.000 dólares sobre a exportação de bananas de plantações neste país, exportação essa que é uma das principais fontes de divisas estrangeiras das Honduras.

As Forças Armadas difundiram um comunicado prometendo fomentar o desenvolvimento do país, «embora eliminando a insegurança e instabilidade social, as divisões políticas e económicas e a luta de classes e impondo, acima de tudo, a ordem e o respeito pela lei».

Prometeu apoiar o programa de reforma agrária desde que não prejudicasse direitos individuais, em continuar a procurar uma solução pacífica com o vizinho S. Salvador

No entanto, o coronel Melgar, que tem ligações estreitas com o capital e os proprietários rurais, que se opuseram violentamente às meias reformas do general Lopes, poderá ver-se em breve envolvido em disputa com os oficiais mais radicais, que ajudaram a depor o seu predecessor.

FESTA DA VITÓRIA EM PHNOM PENH

PEQUIM, 23 (F.P.). — O príncipe Norodom Sihanuk admite a possibilidade duma oposição dos Khmers Vermelhos ao seu regresso a Phnom Penh. Com efeito, num telegrama que mandou ao jornal francês «Liberation» e que revelou em Pequim que, de todo o modo, não regressará à capital do Camboja senão depois da morte de sua mãe, a rainha Sisowath Kosso Mak, que se encontra na sua companhia em Pequim «moribunda e intransportável».

Porém, mesmo depois da sua morte, se os «Khmers Vermelhos recusassem receber-me no Camboja, não poderei queixar-me». Entretanto o chefe Khmer Vermelho, Khieu Sampham, ontem na rádio de Phnom Penh reafirmou a qualidade de Sihanuk de chefe de Estado e de presidente da F. U. N. C. (Frente Unida Nacional do Camboja). «Foram os próprios líderes Khmers Vermelhos, declarou mais o príncipe, que insistiram para que eu ficasse chefe de Estado do Camboja até à minha morte. Mas se um dia esses dirigentes mudarem de opinião a meu respeito, pois não me zango, visto que o único objectivo da minha vida está atingido: a libertação total e irreversível do Kampuchea (Camboja) e a restauração da sua independência e do seu não-alinhamento.»

. Nos círculos que lidam de perto com o príncipe, julga-se muito pouco provável que este assista à «Festa da Vitória» a realizar amanhã, Sexta e Sábado em Phnom Penh.

Nacional

EMIGRAÇÃO

A crise do capitalismo e o mercado de trabalho

. A crise geral do capitalismo que hoje se atravessa, na Europa e do outro lado do Atlântico, está a provocar uma profunda recessão no mercado de trabalho internacional. A nível europeu, regista-se hoje a maior percentagem de desempregados de há 16 anos para cá. E quando isto acontece, são os trabalhadores migrantes os que primeiro sofrem as consequências.

Os economistas burgueses lançaram o «alarme», antes da dureza dos números encher os estudos estatísticos. Uma nota interna dos peritos da Comunidade Económica Europeia previa, nos últimos meses do ano passado, que até ao fim deste mês o número de desempregados nos países membros da organização atingisse os 4 milhões.

Para eles, as lutas sociais, conquanto não ultrapassem certos quadros meramente reivindicativos, terão um reconhecido «efeito benéfico» para algumas economias em crise. Posta de lado a questão do poder — que a «ciência económica» atribui à burguesia — aceitam-se, por exemplo, as reivindicações salariais que aumentem a procura por parte dos consumidores e libertem os capitalistas do espectro dos períodos de «austeridade» (como em França) e, depois, da recessão. E anunciam já reais possibilidades de, a breve trecho, países altamente industrializados como os Estados Unidos, a Itália ou a Grã-Bretanha entrarem em depressão económica.

A classe trabalhadora está a pagar, pela Europa fora e não só, a crise do capital. Nos E.U.A. a massa desempregada rondará os 7 milhões de pessoas, no Japão, nos finais do ano passado, o número era de 680 000 desempregados, na Itália havia 605 000, além de 314 000 trabalhadores em tempo parcial, na Inglaterra 853 850 desempregados, na Suíça existem hoje mais de mil (número nunca atingido nos últimos vinte anos), na Espanha, além dos emigrados, contam-se pelos números oficiais mais de 200 000 desempregados, na Bélgica 117 800 e na Holanda 150 000. A França atingiu em Dezembro que passou a maior quantidade de desempregados desde o fim da guerra: 705 000, número que este Verão deverá subir para um milhão. Na República Federal Alemã, outro ponto de afluxo da mão-de-obra portuguesa no estrangeiro, o total de gente sem emprego é de 945 900, além de 700 000 trabalhadores na situação de subemprego, como em Itália, 134 700 são estrangeiros. Entretanto, as taxas de crescimento descem e os preços no consumo sobem.

MEDIDAS CONTRA OS EMIGRANTES

Paralelamente, diminuem nestes países as ofertas de emprego. Em consequência da divisão internacional do trabalho, determinada pelo regime capitalista, a matéria-prima sobre que tem assentado, nas últimas décadas, o desenvolvimento económico europeu, a massa emigrante, é largamente atingida, não só nos países onde trabalha, como nas terras de origem, onde a crise também se manifesta.

Esta situação tem vindo a originar medidas dos vários governos que afectam directamente a mão-de-obra estrangeira aí assalariada.

Em Fevereiro de 1967, a Bélgica deixa de admitir imigrantes; em 23 de Novembro de 1973, a R.F.A. nega entrada a emigrantes que não pertençam aos países da C.E.E.; em Julho do ano passado, a Noruega proíbe, por um ano, a entrada de trabalhadores não escandinavos e a França suspende, temporariamente e depois «sine die», as entradas de mão-de-obra estrangeira, apenas aceitando (porque altamente lucrativos) trabalhadores sazonais; em Agosto do mesmo ano, a Suíça impede a entrada de trabalhadores estrangeiros, à excepção dos sazonais; na Holanda e na Inglaterra são levantadas limitações à emigração e é dificultada a renovação dos contratos de trabalho aos estrangeiros.

Por seu lado, a crise estende-se aos países fornecedores de mão-de-obra. Em Portugal, além do crescente desemprego, a capacidade de oferta de trabalho, como nos outros países, vem diminuindo. No fim de 1974, em Dezembro, houve mais 3 604 pedidos de emprego do que no mês anterior, enquanto houve menos 1 123 lugares de trabalho no mercado da oferta. Acresce que a emigração legal para a Europa sofreu uma redução de 69,3 por cento no ano que passou, quantidade essa que alargará, certamente, o contingente de desempregados «por razões económicas» já existentes. Esta situação poderia agravar-se, caso se registe — o que não acontece, pelo menos agora — um regresso maciço de emigrados, hipótese que tem sido posta de parte pelos responsáveis portugueses da emigração.

A C. P. INFORMA

ALTERAÇÃO AO HORÁRIO DOS COMBOIOS NA LINHA DO MINHO

Por motivo de conclusão dos trabalhos de renovação da via, na linha do Minho, a partir de 14 de Abril de 1975 e até aviso em contrário, são feitas as seguintes alterações ao horário em vigor:

- Automotora n.º 5015 com partida de Porto (São Bento) às 13h35, e chegada a Monção às 17h18, nos dias úteis, faz serviço de passageiros em São Romão, onde pára às 14h03.

- Comboio n.º 5913 com partida de Porto (São Bento) às 13h45, e chegada a São Romão às 14h21, passa a efectuar-se apenas aos domingos e feriados oficiais àqueles equiparados.

— Comboio n.º 5910 com partida de São Romão às 12h53, e chegada a Porto (São Bento) às 13h17, é suspensa a sua circulação em todo o trajecto.

COM COMÍCIOS EM TRÊS CIDADES

25 DE ABRIL VAI SER CELEBRADO NA HOLANDA

Comícios em Amsterdão, Groningen e Roterdão, durante os quais usarão da palavra elementos do M.F.A. idos expressamente de Lisboa, vão assinalar na Holanda o primeiro aniversário do 25 de Abril. A ideia partiu do Nederlands Portugal Comité (Comité Portugal da Holanda), que dedica as concentrações aos emigrantes do nosso país e aos simpatizantes holandeses da causa portuguesa.

Sucessivamente nos dias 25 (em Amsterdão, às 8 da noite), Groningen (2 da tarde) e Roterdão (idem), com a presença do tenente Herlânder Zambujo, da Marinha, alferes José Nobre Soares, da Força Aérea, e aspirante Manuel Madeiro, do Exército, a data do derrube do regime caetanista será celebrada em público. Nos três comícios ouvir-se-ão canções por Manuel Dias, devendo ser projectado, nas duas últimas cidades, um filme rodado quando do 11 de Março. Estão previstos dois oradores holandeses: trata-se do dr. Ben S. Polak, especialista de Arte, e P. Smulders.

A propósito destas celebrações foi divulgado um manifesto pelo referido comité, onde se lê que «o derrube do regime fascista em Portugal e a fundação de um governo progressista são um dos mais prometedores acontecimentos dos últimos anos». O texto sublinha o alcance do 25 de Abril simultaneamente para os povos português e dos territórios sob dominação portuguesa, não esquecendo a importância de que se reveste, em geral, para os antifascistas, qualquer que seja a sua nacionalidade.

«Esta poderosa revolução foi precedida por uma demorada, corajosa e perseverante luta clandestina e por um trabalho de organização dos antifascistas» — acrescenta o manifesto do Comité Portugal. — «O Movimento das Forças Armadas não se limitou a aceitar a chefia da revolução contra o fascismo: participou também activamente na execução de um programa de democratização política e económica aprovado pelos sindicatos, pelos socialistas, pelos comunistas e outros círculos democráticos. O desenvolvimento democrático em Portugal, e isto significa acima de tudo a execução do referido programa, merece o nosso inteiro apoio. O povo português merece a nossa inteira solidariedade.»

Entre outros, integram o Comité Portugal médicos, advogados, professores universitários, sociólogos, músicos, jornalistas, estudantes, pastores protestantes operários. Alguns nomes em foco: os dos profs. B. Delfgaauw, G. Harmsen, Ben Polak e A.J. Rasker, drs. Leo Biegel, Dik Boer, E.J. Harmsen, Frans Huesken, Joke Madsen, H. Milikowski, J. Oorburg, Huub Philippens, A.H.M. Romein, G.H. ter Schegget, L. Sluimers, E.E. Stern, Kees Wagtendonk e A. F. Willebrands Jr., escritor Harry Mulisch e compositor Peter Schat.

1.º ANO DO TÉCNICO

. Os candidatos à frequência do 1.º ano do Instituto Superior Técnico, não terão mais aulas este ano lectivo, decidiram os professores em reunião geral.

Tal decisão alinha-se em razões de natureza pedagógica, monetária e solidariedade profissional. Assim, argumentam os docentes daquele Instituto «não existirem actualmente condições que permitam leccionar o 1.º ano com um mínimo de honestidade profissional». Com efeito, prossegue o comunicado, «mesmo que se pretendesse privilegiar os 1200 alunos inscritos para as aulas propostas pela actual comissão directiva, colocando os outros 1250 candidatos em condições de injusta desvantagem, teriam de ser constituídas turmas com, pelo menos, 50 alunos o que, de uma perspectiva pedagógica, é manifestamente inaceitável, quer pelos docentes, quer pelos estudantes».

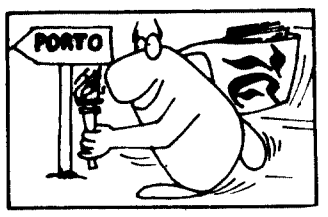
Por outro lado, mesmo que se aceitasse a existência de turmas com 50 alunos, «não seria possível, nalgumas disciplinas, assegurar essas aulas,

MARIA VITÓRIA
TODOS OS DIAS AS 20.45 E 23 H.
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
O MAIOR ÊXITO DE SEMPRE!
a sensacional REVISTA
ATÉ PARECE MENTIRA!...
com um extraordinário elenco e um grande corpo de baile
AOS DOMINGOS: «MATINÉE», ÀS 16 H.
Às 2.as feiras: DESCANSO

1 SEMANA em LONDRES
FÉRIAS OU NEGÓCIOS
PARTIDAS:
TODOS OS DOMINGOS
Fevereiro 2, 9, 16 e 23
Março 2, 9, 16, 23 e 30
Abril 6, 13, 20 e 27
Preços excepcionais desde* 3.450$
* a vantagem dos voos especiais
Milhares de pessoas dizem com satisfação: "fui a Londres numa daquelas viagens baratas da abreu!"
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
Fundada em 1840
LISBOA: Av. da Liberdade, 180 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Telefs. 2 70 11/2
FARO: Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

NO TEATRO
LAURA ALVES
R. da Palma/Tel. 864756
MÁRIO SANTYAGO e LUÍS CORREIA
apresentam
ENCONTROS DE ESPETO
UMA REVISTA POPULAR
HOJE E TODAS AS NOITES às 20.30 e 22.45
DOMINGOS às 16 — 20.30 — 22.45 h.
com
MARIEMA
ÓSCAR ACÚRSIO
LUÍS HORTA
SPINA
MANUELA CASSOLA
Atracção internacional
SÉRGIO e MADY
Atracção nacional
ZÉLIA LOPES
Ballet
SANTYAGO DANCERS
A REVISTA POPULAR! UM SUCESSO!
Orig. de Spina, Xavier de Magalhães, Raúl Dubini, Mário Clemente e Mário Santyago — Dir. musical: Hilário Sanches e TOZÉ BRITO

LEILÃO
LIVROS E GRAVURAS
ANTIGAS, NA NOSSA SEDE
Av. Duque de Loulé, 1
PRÓXIMA 2.ª-F.ª, às 21 h. e dias seguintes
Av. Duque de Loulé, 1-A, Lisboa, terá início a venda pela maior oferta da 1.ª parte duma importante e interessantíssima biblioteca c/ obras raras e curiosas sobre arte, história, literatura, África, Brasil, publicações periódicas setubalenses e outras, manuscritos, etc., etc. que pertenceu a um ilustre poeta e investigador das nossas letras.
JÁ EM EXPOSIÇÃO E CATÁLOGOS EM DISTRIBUIÇÃO
GRAVURAS
Em continuação do leilão da biblioteca, serão vendidas 2.ª FEIRA DIA 5 MAIO, às 21 horas, encontrando-se já em exposição, 150 gravuras dos seguintes temas e dos Sécs. XVI a XIX: Ilhas do Atlântico, Lisboa, África Ocidental, Portugal Continental, Costumes, Mapas, África Oriental, Portugal e Espanha, Oriente, Brasil e outras diversas, COSTITUINDO UM VALIOSO E DECORATIVO CONJUNTO QUE SERÁ LEILOADO peça por peça, discriminadas no folheto em distribuição no local.
AFRAFILHOS, L.DA



Teatro Maria Matos
A RTP APRESENTA
Todas as noites às 21.45 e aos domingos também ás 16 horas
A peça de
Manuel da Fonseca
«SEARA DE VENTO»
Descanso da Companhia às Segundas-Feiras
Não aconselhável a menores de 13 anos
Bilheteira — Tel. 89 70 17
Bilhetes à venda também na A. B. E. P. — 32 88 23

Espectáculos

Com a projecção de Ana e os Lobos de Carlos Saura, encerra-se hoje, às 19 horas, no Estúdio 444, a semana de ante-estreias organizada pela revista Cinex. A película foi realizada em 1973 e tem Geraldine Chaplin (na foto) e Fernando Fernan Gomes nos principais papéis

Discos

OS "DEZ MAIS" DA EUROPA

. São os seguintes os dez discos mais vendidos na Europa durante a semana passada (os números entre parentesis indicam a posição do disco na semana anterior):

ESPANHA:

1 (2) Todo el Tiempo del Mundo», por Manolo Otero
2 (5) «Tu Volveras», Sergio y Estibaliz
3 (4) «Llorando por Granada», Los Puntos
4 (1) «Bandolero», Juan Carlos Calderon
5 (3) «Candilejas», José Augusto
6 (8) «El Bimbo», Gorcgie Dann/Bimbo Jet
7 (7) «Ordenes del Doctor», Carol Douglas
8 (13) «You're the First», The Last, My Every-Every-Where, Barry White
9 (10) «Quieres Ser Mi Amante?», Camilo Sesto
10 (11) «Quedate», Miguel Gallardo

FRANÇA:

1 (1) «Une Femme Avec Toi», Nicole Croisil
2 (2) Nino Ferrer
3 (5) «Je Suis Venu du Bout du Monde», Kengi Sawda
4 (7(«Chang, Chang, Alang», Sylvie Vartan
5 (8) «La Decouverte», Daniel Guichard
6 (0) «Tu T'en Vas», Alain Barriére
7 (0) «J'ai Dix Ans», Alain Souchon
8 (0) «Mon Ami Mon Etre», Serge Lama
9 (4) «Ding a don», Teach In
10 (0) «C'est Le Coeur», Sheila

BÉLGICA:

1 (2) «Hey Mal yo, Ohn and Orchestra Rodrigues
2 (1) ««Shame, Shame, Shame, Shirley an Ice
3 (5) «I do, I Do, I Do, Abba
4 (4) «Ding Don», Teach In
5 (3) «Gelukig Zijn, Ann Christy
6 (8) «Paloma Blanca», George Baker Selection
7 (6) «I Can Do It, The Rubettes
8 (8) «Norma Jean», Cunningham
9 (10) «Reach Out», I'll Be There», Gloria Gaynor
10 (7) «Down Down», Status Quo

HOLANDA:

1 (2) «Paloma Balcna, Geroge Baker Sel
2 (1) «Hey Mal Yo», Johnny and Orquestra Rodrigues
3 (4) «I Do, I Do, I Do, Abba
4 (7) «Foz on the Run», The Sweet
5 (6) «Make me Smile», Steve Harley», Cockney Rebel
6 (15) «Foxie Foxtrot», Nico Hask and Paniekzaaiers
7 (3) «Reach Out», I'll be There», Gloria Gaynor
8 (16) «Keetje Tippel», Zangeres Zonder Naam
9 (11) «You Talk Too Much», Sook and Sue
10 (23) «Love is All», Roger Glover and Guets

ALEMANHA FEDERAL:

1 (1) «Fox on the Run», Sweet
2 (2) «I Can Help», Billy Swan
3 (4) «Rosamunde», Dennie Christian
4 (3) «Streets of London», Ralph mc Tell
5 (-) «Ein Lied Zieht», Juergen Marcus
6 (13) «If», Telly Savalas
7 (6) «Please mr. Postman», Carpenters
8 (19) «Lady Marmelade», Labelle
9 (18) «Roll on Down», Bachmann-Turner Overdrive
10 (9) «Longfeliow Serenade», Neil Diamond

O espectáculo pelo Mundo

«OSCAR» DESNECESSÁRIO

Roberto de Niro, o norte-americano recentemente premiado com o «Oscar» para o melhor actor secundário, continua a trabalhar na região de Saboseto no filme «900» de Bernardo Bertolucci.

De Nilo disse do «Oscar»:

. «Não me serve para muito no plano comercial. Já tenho emprego para os próximos dois anos, num filme de Mike Nichols e noutro de Elia Kazan».

ESTATÍSTICA ALEMÃ

Cerca de 80 por cento dos alemães ocidentais entre os 18 e os 65 anos e quase 100 por cento dos de idade superior deixaram de frequentar o cinema há anos e não tencionam voltar a fazê-lo — este um dos resultados de uma sondagem efectuada pelo Instituto das Ciências Sociais aplicadas.

Os mais assíduos frequentadores de cinema são, segundo o inquérito, os jovens entre os 18 e os 25 anos, 38 por cento dos quais o fazem muitas vezes por mês e 41 por cento várias vezes por ano.

Os alemães — conclui a sondagem — ou vão com frequência às salas cinematográficas ou ignoram quase por completo este tipo de espectáculo.

ACIDENTE COM TED RAY

Ted Ray, um dos comediantes mais conhecidos da Grã-Bretanha, ficou gravemente ferido num desastre de viação — informou a polícia britânica.

Um porta-voz das autoridades policiais declarou que o actor de 65 anos, cuja carreira se prolonga há várias décadas, sofreu ferimentos na cabeça e no peito.

«FRANKENSTEIN JUNIOR»

«Durante toda a rodagem pensei que o filme seria um fiasco. De facto, divertimo-nos imenso. Como pode resultar boa uma película que nos faz rir tanto ao realizá-la?» — palavras de Mel Brooks, realizador de «Frankenstein Junior», que está a registar um grande êxito de bilheteira nos Estados Unidos.

Trata-se de um estrato cómico do romance «Frankestein» que já serviu pelo menos para 26 filmes.

MALLORCA-75 FESTIVAL DE CANNES

A canção francesa «Elle Arriva Aujourd' hui» (Ela Chegou Hoje) de Paul Mauriat, interpretada por John Gabilou, venceu o Festival Internacional de Canções «Musical Mallorca 75», em Palma de Maiorca.

O prémio foi de 10 000 dólares (cerca de 250 contos).

A canção japonesa «A Chave da Casa», interpretada por Hatsumi Shibata, classificou-se em segundo lugar, com 2500 dólares, e a canção polaca «Wolaniem Volam Cie» interpretada por Ursula Spinska, ficou em terceiro, com 1000 dólares.

O MAIS IRRACIONAL

Pressumivelmente ébrio, o rojoneador mexicano «Suso» Zamora abriu o ventre ao cavalo à esporada, rompeu-lhe a queixada com o freio e lançou um rojão na direcção do público que protestava contra o seu procedimento, não tendo, porém, atingido ninguém.

Zamora, que alternava com o cavaleiro português Pedro Louceiro na corrida de Tlasxcala, em que participavam também os «matadores» mexicanos Manolo Martinez e Mariano Ramos, foi derrubado da montada à primeira investida do touro que para ele saíra, cometendo então as violências que lhe valeram ser chamado à ordem pelas autoridades.

Julga-se que Zamora corre o risco de não voltar a ser autorizado a actuar em praças mexicanas.

LIZA MINNELLI: ELA PRÓPRIA

A actriz Liza Minnelli afirmou que não presta atenção à tendência da Imprensa e do público para a fundir na imagem de sua mãe, a desaparecida Judy Garland.

«Ignoro tudo o que se tem escrito sobre ela. Tentou-se afastá-la de mim ainda em sua vida e essa tentativa continua» — disse Liza à revista «McCall' s», acrescentando:

«Por que desejam que eu seja ao mesmo tempo a portadora do facho e a destruidora do mito? Nunca me passou pela cabeça ser a minha mãe. Eu sou eu. Fiz-me a mim própria».

EXPOSIÇÃO DE VIEIRA DA SILVA

Por iniciativa do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, e da Junta de Turismo de Santarém e com o patrocínio da Fundação Gulbenkian, foi inaugurada, naquela vila, uma exposição de 54 gravuras, da grande artista Maria Helena Vieira da Silva, que está a registar a maior frequência de público.

A exposição estará aberta até 30 do corrente, de 2.ª a 6.ª feira, das 14 às 17 e das 20 às 23 horas e aos sábados e aos domingos, das 15 às 22 horas.

A Fundação editou um pequeno opúsculo indicativo das obras expostas que inclue uma biografia sumária de Vieira da Silva.

SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS EM REPARAÇÕES DE RÁDIO E TV
SERVIÇO DOMICILIÁRIO RÁPIDO
Largo D. Estefânia, 12-D
Telefs. 48856 534536 - Ext. 4
LISBOA
RAIO DE SOL

Televisão

Hoje

Danças e cantares da Roménia

I PROGRAMA

18.40 Abertura e **TV Juvenil** — «Os Homens, os Livros e as Coisas»: Nuno Judice
19.00 **Da Saúde e da Vida** — Instituto Português de Reumatologia
19.15 **Vamos Jogar no Totobola** — prognósticos para o próximo concurso.
19.25 **TV Rural** — um programa de Sousa Veloso.
20.00 **Telejornal** — 2.ª edição
20.35 **Propaganda Eleitoral** — Partido Popular Monárquico (P.P.M.), Partido de Unidade Popular (P.U.P.) e Centro Democrático Social (C.D.S).
21.05 **«José Bálsamo»** — série baseada no romance de Alexandre Dumas. Realização de Andre Hunebelle, com Jean Marais no protagonista.
21.30 **Esclarecimento Eleitoral**
21.50 **Grupo de danças e Cantares «Maramuresul»** (Roménia) — 2.ª parte — gravação no Teatro ABC. Direcção de TV de Pedro Martins.
22.55 **Telejornal** — 3.ª edição
23.10 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e um episódio da série **«O Mundo Secreto de John Monroe»**
20.25 **Desenhos Animados**
20.40 **Encontro** — entrevista com Armando de Castro.
Serão desenvolvidos os seguintes temas: a nova Universidade portuguesa no contexto da organização democrática; participação da Universidade na planificação e reestruturação da economia portuguesa, quer a nível regional quer no âmbito nacional; a posição sócio-económica de Portugal perante os blocos do Mundo capitalista e do chamado «Terceiro-Mundo».
21.00 **Telejornal** — em diferido a edição das 20 horas transmitida no I Programa
21.30 **Concerto**
22.00 **«O Mágico»** — episódio com Bill Bixby
Paul Ryerson é acusado de assassinio pelo fotógrafo Mathews que, servindo-se de fotografias tiradas quando aquele conduzia nos braços para o hospital Carol Spain, o convence que ela está morta...
23.00 Fecho

DESTAQUES
I PROGRAMA
TV Rural (19.25)
Danças e Cantares da Roménia (21.50)
II PROGRAMA
ENCONTRO (20.40)
SIEMENS
ESTORIL

Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **12.45:** Abertura e desenhos animados — «Chapi-Chapo»; **12.55:** Retrospectiva; **13.15:** Fronteiras do amanhã; **13.30:** Telejornal; **13.45:** «Problemas de um Pai» — série filmada: **14.10:** Logo à noite; **18.40:** TV Infantil — «Trabalhos em Papel»; **19.05:** Das artes e ofícios — Cooperativa Agrícola em Argia; **19.30:** TV Palco; **20.00:** Telejornal; **20.35:** Programa do Movimento das Forças Armadas — «Os Direitos do Homem»; **21.40:** Esclarecimento eleitoral; **21.50:** O Tempo; **22.00:** «O Grande Amor de Balzac»; **23.00:** Telejornal; **23.20:** Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e a série «Problemas de um Pai» — 7.º episódio; **20.30** Desenhos animados; **20.40:** Fronteiras do amanhã; **21.00:** Telejornal; **21.30:** Sabe que há um museu em S. Roque?; **22.15:** Série filmada — «Terras Bravias»; **23.10:** Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

FESTA DOS "ASES DAS AVENIDAS"

MILHAR E MEIO A CORRER

Cerca de milhar e meio de jovens atletas responderam à iniciativa dos «Ases das Avenidas» (comemorativa do décimo aniversário) e levada a cabo com o patrocínio dos «Amigos do Atletismo do Sporting» e do Departamento Desportivo do Rádio Clube Português.

Os melhores classificados em cada um dos escalões estabelecidos para as várias provas de Atletismo (disputadas nos terrenos de Alvalade), foram os seguintes:

Escalão A (meninas): Luísa Ribeiro (Sporting), Carla Ribeiro (Sporting), Helena Galante (Belenenses), Teresa Magalhães (Olivais), Ana Piriquito (CUF), Ana Paula Ramas (Olivais), Zélia Graça, (Ases), Maria dos Anjos (Operário), Rita Gomes (Olivais) e Elisa Oliveira (Fontainhas).

Escalão A (rapazes): Jorge Gouveia (Pinhalnovense), Fernando Santos (Sporting), Jorge Moniz (Sacor), Paulo Coelho (Colarense), Luís F. Silva (Ases), Domingos Leal (Colarense), Nuno Moreira (Colarense), José Jacob (Colarense), Helder Nicolau (Sporting) e Joaquim Silva (Sporting).

Escalão B (meninas): Fernanda Pacheco (CUF), Pilar Melo (Sporting), Maria Mendão (Benfica), Paulo Romão (Sporting), Maria Rocha (Fontainhas), Fernanda Ferra (CUF), M.ª Amélia Santos (Belenenses), Isabel Pereira (Sporting) e Eduarda Martinho (Sporting).

Escalão B (rapazes): Mário Santos (Sporting), Júlio (Marinhense), Fernando Paulo, (Sacor), Mário Varela (Valado Frades), Paulo Pinto (E.A. Negreiros), Vítor Sousa (Sporting), José Silva (Sporting), Domingos Silva (Sacor), Joaquim Anunciada (Sporting) e José Marques (Sporting).

Escalão C (meninas): Adelaide Romão (Sporting), Anabela Tomé (Olivais Sul), Elisabete Almeida (Sporting), Isabel Conceição (Sporting), Anabela Bragança (Sacor), Serafina Ferreira (Belenenses), Lídia da Costa (Sacor), Cristina Costa (Olivais), Conceição Almeida (Olivais) e Isabel Coelho (Colarense).

Escalão C (rapazes): Rui Ramalho (Sporting), Albano Domingos (Olivais), Carlos Coelho (Colarense), João M. Augusto (Pinhalnovense), Alcino Moreira (Sporting), Afonso Gonzalez (Sporting), José Fernandes (Sacor), Manuel da Silva (Sacor), Francisco Salvador (Sporting) e e Paulo Praça (CUF).

Escalão D (meninas): Paula Oliveira (Fontainhas), Lúcia Fernandes (CUF), Teresa Gonçalves (Olivais), Gracinda Fernandes (Ases), Fernanda Ramos (Colarense), Maria Gondar (Sacor), Lurdes Mourão (Ases), Manuela Ferreira (Olivais), Lucília Soares (Ases) e Maria Espanhola (Fontainhas).

Escalão D (rapazes): João Saraiva (Colarense), Álvaro Amaro (Pinhalnovense), Vítor Monteiro (Colarense), João Zambujeira (Ases), Carlos Monteiro (Belenenses), Ulisses Martins (Rio de Janeiro), Eduardo Ferreira (Sporting), Porfírio Tomé (Olivais), José Maurício (Juv. Cartaxo) e Carlos Atabão (Benfica).

Atletismo: começar de base

Mais de dois mil atletas (de ambos os sexos) tomaram parte na maratona de Boston.

MARATONA DE BOSTON: UM CASO DE PRESENÇA

. Um número «record» de 2 340 corredores, incluindo 299 estrangeiros, participaram na maratona de Boston, uma prova clássica que se disputa há 79 anos. Entre os favoritos encontrava-se o atleta britânico Ron Hill, que em 1970 ganhou a prova no melhor tempo de sempre (duas horas, dez minutos e 30 segundos).

O veterano John Kelley, vencedor em 1935 e em 1945, não quis deixar de comparecer (mais uma vez) apesar de a idade não lhe permitir veleidades.

Afinal, o norte-americano Will Rodgers estabeleceu novo melhor tempo na prova, ao cortar a meta com o tempo de 2 horas, 9 minutos e 55 segundos. Em segundo lugar ficou outro norte-americano: Steve Hoag, com mais 1m.59 do que o vencedor.

Liane Winter (da Alemanha Federal) foi a primeira mulher a cortar a meta e estabeleceu também um novo máximo: 2 horas, 42 minutos e 33 segundos.

MÍNIMOS OLÍMPICOS

Federação Internacional de Atletismo Amador (IAAF) anunciou, em Nairobi, as marcas mínimas de qualificação para os jogos olímpicos de 1976 a realizar em Montreal (Canadá).

Em alguns casos, estas marcas são muito mais elevadas que as estabelecidas para os Jogos Olímpicos de Munique-72. Lord Exeter (presidente da Federação desde 1946) afirmou que o facto se deve **à enorme melhoria nas «pefomances» por parte dos atletas internacionais.**

Foi decidido, nas provas de velocidade, considerar a cronometragem electrónica e manual, porque os tempos estabelecidos sob condições diferentes não são possíveis de comparação exacta.

São as seguintes as marcas agora anunciadas:

Homens:
100 metros: 10,2 cronometragem manual e 10,44 electronica; **200 metros:** 20,8 manual e 21,04 electronica; **400 metros:** 46,4 manual e 46,54 electronica; **800 metros:** 1.47,4; **1 500:** 3.40,6; **5 000:** 13.40,0; **10 000:** 28.40,0; **3 000 metros obstáculos:** 8.32,0; **110 metros barreiras:** 13,8 manual e 14,04 electronica; **400 metros barreiras:** 50,64 manual e 50,64 electronica; **salto em altura:** 2,18; **salto em comprimento:** 7,80; **triplo salto:** 16,40; **salto à vara:** 5.20; **peso:** 19,40; **disco:** 6o; **dardo:** 80; **martelo:** 69; **decatlo:** 7.650 pontos;

. **Senhoras: 100 metros:** 11,4 manual e 11,64 electronica; **200:** 23,5 manual e 23,74 electronica; **400:** 53,0 manual e 53,64 electronica; **800:** 2.04,0; **1 500:** 4.15,0; **100 metros barreiras:** 13,4 manual e 13,64 electronica; **salto em altura:** 1,82; **salto em comprimento:** 6,35; **peso:** 16,60; **disco:** 56; **dardo:** 55 e **pentatlo:** 4 300 pontos.

GINÁSIO CLUBE: JUSTA HOMENAGEM

. Por iniciativa do Lisboa Ginásio Clube e com a colaboração do Ateneu Comercial de Lisboa, Sport Lisboa e Benfica, Futebol Clube do Porto, Sporting Clube de Portugal, Sport Clube do Porto, Clube de Futebol «Os Belenenses», Sport Algés e Dafundo e Clube Atlético de Campo de Ourique, vai realizar-se, no dia 3 de Maio, no Coliseu dos Recreios, um sarau gimnodesportivo que aqueles clubes dedicam ao Ginásio Clube Português, assinalando a passagem do primeiro centenário desta prestigiosa colectividade.

Pela valia dos organizadores do sarau e pelo relevante papel que tem desempenhado na expansão da educação física no nosso país, bem pode dizer-se que a festa será uma homenagem da ginástica nacional ao velho e sempre renovado paladino: o Ginásio Clube Português.

Na pista do Coliseu estarão representados todos os clubes colaborantes, pelos seus melhores elementos (quer individuais, quer em classe) e, para que a reunião resulte ainda mais aliciante, estão-se desenvolvendo os melhores esforços para que a primeira parte seja uma evocação dos saraus da primeira década deste século.

TÉNIS DE MESA: A REVIRAVOLTA

. Novas e boas perspectivas se abrem para o ténis de msa, a partir do momento em que ficou formada uma comissão administrativa para gerir a Federação, paralisada (como se sabe) há largos meses.

O que garante bons e novos rumos para o ténis de mesa são as personalidades que compõem o elenco responsável, a partir de agora, pelos seus destinos: Manuel de Oliveira, António Fuschini, Armando Almeida, Vladimiro de Abreu Mário Lopes, Mário Ventura e Eugénio Salvador são elementos que pelo seu passado (bem presente em obras em prol de uma actividade desportiva que tão desprezada tem sido por entidades superiores) merecem inteiro apoio por parte daqueles que, ainda, se interessam pelo progresso do ténis de mesa no nosso país.

Embora não tenham entrado propriamente em actividade, todos os componentes da comissão administrativa possuem ideias definidas a que dentro em breve esperam dar realidade. Assim, é quase certo a não realização dos Campeonatos Nacionais, prova que, apesar de tudo, faz relativa falta no calendário. Porém, como está de pé a iniciativa (louvável) do «Torneio da Cidade de Lisboa», a troca é favorável à modalidade. E porque é que não se realizam os campeonatos? Pela razão simples de, nos moldes actuais, a prova constituir autêntica maratona, cansativa e de relativo valor desportivo: ou continuava em moldes antigos ou teria de ser modificada, com tempo, sem ponderação. Assim, ninguém resolveu trabalhar: o que está certíssimo. Porém, há mais ideias: recrutamento, em todo o país, de monitores que levam o ensinamento do ténis de mesa aos recantos possíveis estabelecimentos de ensino, clubes, e fábricas, por exemplo. Onde já existir a prática da modalidade, há que aperfeiçoá-la. Caso não haja, o trabalho será de base.

Outra das ideias (e que será das primeiras a colocar em prática) é a reestruturação da actividade, regulamentos incluídos. O plano, a nível nacional será apresentado (logo que pronto) ao secretário de Estado dos Desportos, para que o incremento do ténis de mesa seja um facto dentro das directrizes que se pretendem para um novo desporto em Portugal.

Mais uma necessidade: a contratação dum técnico estrangeiro que possa vir, por determinado período, formar futuros treinadores portugueses, no sentido da modalidade poder ter sempre elementos à altura de ensinar quem se deseje dedicar ao ténis de mesa. O problema monetário tem (contudo) de ser bem pensado: mas espera-se que o aparente empate de capital produza em larga escala os seus frutos. Todo o dinheiro terá de ser bem gerido, uma vez que, para lá de certas faltas que se podem tentar colmatar, a da carência das mesas e mais premente. E cada mesa custa a «módica» quantia de 4400 escudos.

Registo

ANDEBOL: a Comissão Central de Árbitros reclama, em comunicado oficial, a importância de 60 contos, débito da Associação lisboeta aos juízes nacionais.

REMO: na sequência de uma reunião convocada pela Federação, que tinha como finalidade a formação da Comissão Regional do Sul da modalidade, foi deliberado por todos os clubes presentes que tal Comissão deveria ser formada e nomeada em plenário de remadores. Este plenário terá lugar no dia 24 do corrente pelas 21 horas, na sede do Clube Naval de Lisboa, Cais do Gás, letra H.

MEM MARTINS: no Sport Clube local estão abertas as inscrições para rapazes e raparigas que queiram praticar andebol e ténis de mesa.

ATLETISMO: «nacionais» de iniciados a 3 e 4 de Maio, no Fontelo (Viseu), para rapazes e meninas.

GINÁSTICA: disputaram-se os «nacionais» de 4.ªs. categorias. Vencedores: Miguel Sampaio e Avelina Alvarez, respectivamente do F. C. Porto e Lisboa Ginásio.

«CROSS»: o Grupo Desportivo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da «Cruz de Malta» realizam, no domingo pelas 9 horas, nos terrenos anexos ao Estádio do Jamor, o «Cross Nacional do Bombeiro».

RÚSSIA
DUAS MAGNÍFICAS EXCURSÕES
MOSCOVO e LENINEGRADO
PARTIDA: 7 DE JUNHO
10 DIAS - 19.100$
MOSCOVO - TBILISSI EREVAN - BAKOU
PARTIDA: 6 DE JULHO
16 DIAS - 22.700$
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA: Av. da Liberdade, 160 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Telefs. 2 70 11/2
FARO: Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

BRASÍLIA
UM NOVO CARRO
A MESMA MARCA
EM EXPOSIÇÃO ATÉ ÀS 23 H. DE 15 A 30 DE ABRIL, DIAS ÚTEIS
AUTO MONUMENTAL DO AREEIRO, SARL
AVENIDA PADRE MANUEL DA NÓBREGA, 10-A

Desporto

O belga Swerts foi o vencedor do prólogo da «Vuelta-75» Ei-lo em pleno esforço a caminho da meta

Portugueses na "Vuelta"

José Martins: o melhor

José Martins (Coelima) continua a ser o ciclista português que melhor se classifica esta temporada nas provas internacionais: ontem, no prólogo da «Vuelta», ele conseguiu ser o terceiro classificado, demorando apenas mais seis segundos que o vencedor, o belga Roger Swerts.

Iniciaram a prova 90 ciclistas de nove países: a ausência de Merckx acaba por constituir um benefício para a corrida, já que deixa de haver um favorito para se registar um lote de corredores capazes de discutirem o prémio maior.

Um português estreou-se a cair: Venceslau Fernandes, que assim «comemorou» o seu 30.º aniversário...

Por se ter classificado em terceiro lugar, o jóvem e promissor José Martins foi ao controlo «anti-dopping». Acompanharam-no Swerts e Manzaneque. A classificação dos dez primeiros e dos restantes portugueses foi a seguinte: 1.º Roger Swerts, Bélgica, 5m 28s; 2.º Jesus Manzaneque, Espanha, 532; 3.º, José Martins, Portugal, 5.34; 4.º, Juan Manuel Santistebal, Espanha, 5.34; 5.º, José Luís Viejo, Espanha, 5.35; 6.º José Pesarrodona, Espanha, 5.38; 7.º, José Madeira, Portugal, 5.38; 8.º, Fernando Mendes, Portugal, 5.38; 9.º, Wilmo Francioni, Itália, 5.39; 10.º, Agustin Tamames, Espanha, 5.39; 11.º Joaquim Andrade, 5.40; 20.º, Emídio Ferreira, 5.46; 23.º, Ferreira, 5.46; 27.º, Joaquim Leite, 5.47; 28.º Mário Silva, 5.48; 34.º, Américo Silva, 5.51; 39.º, Manuel Rego, 5.53; 41.º, Herculano de Oliveira, m.t.; 51.º, Manuel Coelho, 5.55; 68.º, José Carvalho, 6.03; 72.º, Joaquim Lino, 6.07; 73.º, Venceslau Fernandes, m.t.; 76.º, Pedro Rodrigues, 6.11; 79.º, João Sampaio, 6.12; 81.º, António Martins, 6.13.

FESTIVAL A 1 DE MAIO: FUTEBOL COM SOCIALISTAS

A 1 de Maio, a Intersindical prevê a realização de um festival com entradas grátis, onde o «prato forte» será um encontro de futebol entre uma turma de país socialista e praticantes nacionais de nomeada. O Sindicato dos Jogadores Profissionais já indicou 22 nomes (atletas do Norte e do Sul) que são sugeridos para o espectáculo.

Aliás, o organismo sindical dos futebolistas tratou, na sua reunião pública desta semana, de outros temas. Casos (por exemplo) dos problemas de alguns profissionais com clubes que representaram: Edgar (Paredes) e Conde (Famalicão) figuram nesse bloco. Quanto à ocupação extra-futebol, deliberou-se proceder a um inquérito junto dos filiados, de molde a que possa ser fixada doutrina futura, dentro da regulamentação da modalidade em termos de trabalho.

SELECÇÃO

Os seleccionados de futebol voltaram ontem ao Estádio Nacional, para mais uma sessão de treino: no final, foi dispensado o benfiquista Artur, por se verificar ser impossivel a desejada recuperação até à data dos jogos de Paris e Praga. Segundo conclusões de observadores é de prever que José Maria Pedroto tenha já formada a linha de defesa, que ficara assim formada: Damas; Tebelo, Humberto Coelho, Barros e Pietra.

Uma nota triste no treino de ontem: o académico Costa, que havia sido chamado aos treinos, teve de ser dispensado definitivamente por ter sofrido uma rotura muscular.

Os seleccionados voltaram ao Vale do Jamor na manhã de hoje, devendo deslocar-se à tarde ao Estádio da Luz para um treino de conjunto. É muito possível que José Maria Pedroto indique a constituição da turma para Paris, no final deste treino de conjunto.

RESERVAS

Disputa-se logo à noite, em Sintra (com início às 21 horas) o desafio de futebol entre o Sintrense e o Estoril, jogo que estava em atraso no Campeonato Distrital de Reservas (equipas da 1.ª e 2.ª Divisões).

ITÁLIA

Em Milão reuniram-se os presidentes dos clubes da 1.ª e 2.ª Divisões de futebol italiano, que decidiram não contratar mais futebolistas estrangeiros para as suas equipas. Um exemplo que bem poderia ser seguido pelos presidentes portugueses...

TAÇA U.E.F.A.

O Borussia (de Moenchengladbach) classificou-se para a final da Taça U.E.F.A. ao bater o Colónia (1-0) no jogo da 2.ª «mão» das meias finais. No entro da 1.ª «mão», o Borussia havia já ganho, por 3-1.

Tudo se conjuga para que o quarteto defensivo da selecção nacional de futebol, que vai actuar em Paris e Praga, seja formada por estes quatro jogadores: Rebelo, Humberto Coelho, Barros e Pietra

FEDERAÇÃO

Os corpos gerentes da Federação reunem-se esta tarde (18 e 30) com os órgãos de comunicação social, para troca de impressões sobre o actual momento futebolístico.

TREINADORES

O Sindicato dos Treinadores (através da voz de Carlos Silva, seu presidente da Direcção) anuncia: «Só começa a trabalhar-se em novos contratos durante o mês de Agosto».

SPORTING

A turma do Sporting actua no Luxemburgo, no próximo domingo, perante a formação da Association Sportif La Jeunesse, campeã local. Ainda dos «leões»: Laranjeira é hoje (novamente) submetido a intervenção cirúrgica a um dos joelhos.

GUIMARÃES

Inquérito movido pelo Vitória de Guimarães ao jogador Romeu, que teve uma atitude (certamente irreflectida) para o público presente nas Antas, durante o festival de evocação a Pavão.

DISCIPLINA

Em reunião plenária, os árbitros lisboetas decidiram não dirigir qualquer desafio oficial nos campos em que se verificarem agressões ou invasões, «como legítima medida de auto-defesa» (comentou o dirigente Mário Real).

UNIVERSITÁRIOS

O Campeonato Mundial de Futebol Universitário realizar-se-á no próximo ano no Uruguai, entre 25 de Junho e 10 de Julho, congregando equipas de 16 países — anuncia-se em Montevideu.

ESPANHA

O Real Madrid firmou um acordo para a participação da sua equipa de futebol, no próximo Verão, no torneio «Ciudad de Palma». Os «merengues» receberão dez milhões de pesetas pela sua participação, sendo de conta dos organizadores da competição as despesas de viagem e hospedagem. No torneio tomam tambem parte o Dinamo de Bucareste, o Maiorca e um quarto clube a designar.

Damas no Corintians? "bobagem" brasileira

. A «Gazeta Esportiva», que se publica lá pelos Brasis (São Paulo), não está com meias medidas: em notícia ilustrada a toda a largura da sua primeira página dá como certa a presença do guarda-redes da selecção nacional Damas, no Corintians. Contactado esta manhã pela nossa redacção, guardião «leonino» (que só para o ano é terminado o seu contrato com o Sporting) apenas nos disse: «Não sei de nada; só se foi algum dos «gajos» que recentemente para lá foi, que me convocou...»

Futebol internacional

BRASIL

. . O Fluminense bateu o Botafogo (por 2-1) em jogo atrasado da 10.ª jornada do primeiro turno do campeonato regional de futebol do Rio de Janeiro disputado no estádio de Maracanã. O Fluminense classificou-se deste modo para disputar a final contra o América, da Taça Guanabara, torneio que se realiza juntamente com o primeiro turno do campeonato. A final da Taça Guanabara disputar-se-á no próximo domingo.

Horizonte no xadrez: promover a modalidade

. As três associações regionais de xadrez estiveram reunidas em Coimbra, para tratar de vários assuntos importantes, para traçar o rumo da modalidade entre nós. Cinco pontos preencheram a agenda de trabalhos: análise do plano de acção conjunta com vistas à promoção da modalidade; envio de um ofício à Direcção-Geral dos Desportos para apresentação de um plano de desenvolvimento e promoção: realização posterior de uma outra reunião das três associações; tomada de posição face ao pedido de demissão apresentado pelo presidente da direcção da Federação Portuguesa de Xadrez e realização de um encontro Norte-Sul, por equipas, a efectuar em Coimbra e Seia.

Ninguém duvida de que o Xadrez é uma modalidade que não pode ficar esquecida: daí que todos os esforços tenham de ser saudados e aplaudidos, principalmente nesta hora em que pesadas nuvens ensombram a modalidade. E este esforço das três associações assume particular interesse e oportunidade, tanto mais que a Assembleia Geral da Federação está marcada para o próximo dia 3 de Maio.

MUNDIAL

O jovem campeão mundial de xadrez Anatole Karpov declarou, numa entrevista à «Pravda», que Bobby Fischer não estava preparado para pôr o seu título em jogo, embora Karpov tivesse aceitado bem duras condições só para afrontá-lo.

«Fischer lá sabe, melhor do que ninguém, a razão da sua impreparação» — disse Karpov que julga severamente o que se passou para resultar na anulação do campeonato, acarretando a desistência de Fischer.

«Fischer e os seus trouxeram ao jogo de xadrez o espírito de desconfiança e de mercantilismo, a tática o «Diktat» e da pressão psicológica» o que não tem sido de molde a favorecer «o normal desenvolvimento do movimento xadrezista mundial e a amizade entre os jogadores dos diversos países».

Uma das condições que Fischer tinha posto e Karpov aceitara foi o jogo só se resolver com 10 vitórias.

Iniciação náutica

O Clube Naval Setubalense (através da Sua Secção de Vela) vai levar a efeito, a partir do corrente dia 27, cursos de «Iniciação Náutica», entre os seus associados, ministrados por monitores qualificados.

Estes cursos terão lugar todos os fins-de-semana, nas instalações junto da Doca de Recreio.

Os sócios interessados, poderão fazer as suas inscrições na sede do Clube, todos os dias úteis, a partir das 21 horas.

Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol

Avenida 5 de Outubro, 96, 2.º-A — LISBOA-1

— CONVOCATÓRIA —

Convoco a Assembleia Geral ordinária do Sindicato para reunir, na sede (Avenida 5 de Outubro, n.º 96, 2.º-A, Lisboa), no dia 7 de Maio de 1975, às 18 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Apreciação e votação do relatório e contas da Direcção, relativos ao exercício de 1974.

Se à hora marcada não estiver presente a maioria dos sócios, os trabalhos iniciar-se-ão uma hora depois, com qualquer número.

Lisboa, 22 de Abril de 1975.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Fernando Rodrigues Bernardo

Castigos no andebol

. A Federação Portuguesa de Andebol deu a conhecer uma lista de castigos que, especialmente nesta modalidade, não é muito habitual, até pelas sanções aplicadas. Vejamos, em pormenor: 5 jogos de suspensão a Felisberto Casal Ribeiro (Sp. Espinho), Luís Sacadura (Sporting) e Bozidar (F.C.Porto); 3 jogos a Joaquim Ramalhão (F.C.Maia); 2 jogos a José Alfredo de Oliveira (Sp. Espinho); 45 dias a António Cunha e 30 dias a Fernando Rodolfo Maia, orientadores técnicos do F. Porto e F.C. Maia, respectivamente.

Qualquer lista de castigo é sempre de lamentar, até porque é sinónimo de que algo extradesportivo teve lugar no decorrer de qualquer encontro que devia ser sempre (e só) de sã camaradagem. Desta feita, e embora a lista não refira o porquê dos castigos, alguns (os referentes aos elementos do F.C. Porto) são do conhecimento geral. O encontro Belenenses-Porto foi, a partir de certa altura da segunda parte, uma autêntica «caça ao homem», para culminar, a três minutos do fim, com as agressões de Bozidar a Hernâni e de António Cunha a um espectador que havia saltado para o recinto, tentando agredir o jogador jugoslavo. Cenas que nunca deviam ver, qualquer que seja a pretensa justificação que lhe queiram dar. E (caso ainda mais lamentável), é a segunda sanção federativa aplicada esta época a Bozidar, que totaliza assim, 10 jogos de descanso. E, que dizer de António Cunha? Quando um orientador técnico é o primeiro a dar o (mau) exemplo, mal vai a sua formação. Não há nenhum resultado que justifique atentados a toda a ética desportiva.

Que esta (triste) lista de castigos seja um exemplo a todos os praticantes e que para os prevaricadores agora suspensos, sirva de meditação: no desporto não há lugar para «deficientes» desportistas.

BASQUETEBOL

Portugal no europeu de juvenis

Algumas comissões da Federação Internacional de Basquetebol (para a Europa e o Mediterrâneo), Comité Executivo, Comissão Técnica e Comissão Jurídica, reuniram-se em Munique.

As comissões para a Europa e o Mediterrâneo, que se reuniram de novo durante a primeira quinzena de Junho, (em Argel) procederam ao sorteio do campeonato da Europa de juvenis (jogadores de 15 a 17 anos), que se disputará na Grécia, de 15 a 24 de Julho, com a participação das equipas de 22 países. Haverá quatro grupos que terão a seguinte composição:

. Grupo «A» (em Atenas): Espanha, Grécia, Marrocos, Suécia e Portugal.

Grupo «B» (em Atenas): Jugoslávia, França, Argélia, Bélgica e Bulgária.

Grupo «C» (em Salónica): U. R. S. S. (detentor do título), Polónia, Islandia, Checoslováquia, Áustria e Escócia.

Grupo «D» (em Salónica): Itália, Israel, País de Gales, R. F. A., Inglaterra e Holanda.

Nacional

A DERROTA AMERICANA NA INDOCHINA-1

Continuação da pág. 3

lado grandes camadas da população urbana, entravam em acção de uma maneira planeada e disciplinada.

A queda de uma cidade era o sinal para os habitantes de outras entrarem em acção. E não eram necessariamente as forças das cidades mais próximas das que já tinham sido libertadas as primeiras a entrar em acção, mas sim daquelas que, estrategicamente, estavam melhor colocadas no processo global. Por exemplo, as cidades a cair após a ocupação de Hué foram Tam Ky e Quang Ngai, 50 e 100 quilómetros a sul de Danang. Teria sido impossível para as tropas motorizadas avançarem pela única estrada de Hué enquanto Danang era defendida por três divisões de tropas saigonesas. A conquista de Tam Ky e de Quang Ngai só poderia ter sido levada a cabo por forças locais, já aí estacionadas.

Previamente, tinham sido cortadas quaisquer possibilidades de vinda de reforços do Sul, o que contribuiu para a desmobilização das tropas que defendiam Danang. Da mesma maneira, depois da queda de Qui Nhon, mais a sul, foi Nha Trang, cerca de 200 quilómetros ainda mais para sul, que caiu em poucas horas.

Um pouco mais tarde, Tuy Hoa, muito mais perto de Qui Nhon. Nenhum exército poderia avançar para sul tão rapidamente — mesmo que se considere apenas o tempo necessário para cobrir as distâncias. A libertação, incrivelmente rápida das dezoito capitais provinciais, apenas num mês (uma caíra antes da ofensiva começar), está de acordo com a descrição dada pelo chefe da delegação do GRP às negociações de Paris, embaixador Dinh Ba Thi, sobre aquilo que aconteceu em Danang e noutros locais:

. «Temos de reconhecer o papel extremamente importante do povo nos levantamentos das aldeias, vilas e cidades do Vietname do Sul» afirmou ele numa conferência de Imprensa que deu em Paris em 2 de Abril. Estes levantamentos populares, combinados com ataques desencadeados contra o exército de Saigão, ele próprio afectado pela desintegração geral e abalado por levantamentos e motins, contribuiu, por vezes de forma decisiva, para o colapso da máquina militar e administrativa de Saigão. Em numerosos locais, especialmente em Danang, as populações locais não esperaram pela chegada das forças regulares do Exército de Libertação para actuarem junto dos oficiais e soldados de Saigão, persuadindo-os a recusar lutar e morrer inutilmente, ajudando-os a desertar ou a levantar-se contra os oficiais superiores, entre os quais alguns chegaram a ser castigados pelos seus próprios soldados. As populações locais também lutaram para manter intactos certos serviços de utilidade pública, como a água e electricidade. É a razão por que em Danang os serviços de água e luz estavam a funcionar normalmente horas depois da libertação. As condições de vida foram rapidamente normalizadas e a ordem e segurança restauradas, apesar da anarquia reinante na cidade antes da sua libertação.

«Em outros locais, os habitantes vieram para as ruas e ocuparam os edifícios governamentais antes das forças de libertação entrarem nas localidades. Ainda mais frequentemente, foi devido à coordenação das actividades das populações locais que as forças de libertação conseguiram preparar os seus ataques com toda a rapidez, evitando muitas Nhon foi essencialmente o rebaixas. A libertação de Qui lar. Também é de notar que muitas unidades do exército saigonês se juntaram às fileiras do povo...».

É isto que falta na maioria dos relatórios dos jornalistas ocidentais, mesmo daqueles que estiveram no Vietname.

O sucesso de todo este processo foi fruto de um longo e paciente trabalho, bem como dos métodos de organização e de trabalho das forças do Exército de Libertação.

BARS BOITES

NINA Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167. a actuar GRAZIELA DE SIRTANAS (Argentina)

CASINO ESTORIL Jogo autorizado Variedades internacionais. T. 26461/264526/264596/264621/264946

HIPOPÓTAMO Conjunto Hipopotamo. Encerra aos Domingos. Av. Antonio Augusto de Aguiar, 5-A T. 48384

TAMILA Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Duque de Loule, 69. T. 533117.

Passaporte comunitário

O Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia teria decidido realizar em 1976 a união dos passaportes, constituindo, assim, um «passaporte comunitário». Se o projecto for levado a efeito, os habitantes dos países membros da Comunidade — cerca de 280 milhões de pessoas — poderão circular livremente dentro da C.E.E. sem limitações especiais.

Os objectivos que o passaporte comunitário permite alcançar compreendem a supressão das verificações nas fronteiras, a harmonização das normas de ingresso nos vários países da CEE e a unificação da legislação sobre os estrangeiros.

TURICOOP—COOPERATIVA DE ACTIVIDADES E TURISMO SOCIAIS, S. C. A. R. L.

Certifico que, por escritura de 31 de Janeiro de 1975, lavrada nas notas do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, no livro n.º 10-H, de fl. 43 v.º a fl. 48, foi constituída uma sociedade cooperativa com a denominação Turicoop - Cooperativa de Actividades e Turismo Sociais, S. C. A. R. L., designada abreviadamente por Turicoop, e tem a sua sede provisória em Lisboa, na Rua de Pascoal de Melo, 15, 1.º, direito, freguesia de Arroios.

A Turicoop é uma cooperativa que tem por objecto a realização ou promoção de actividades sociais para ocupação formativa dos tempos livres dos seus sócios, nomeadamente espectáculos, exposições, salas de estudo, bibliotecas, cursos, publicações ou outras que sejam incluídas nos programas semestrais de actividades aprovados pela assembleia geral, bem como, complementarmente, viagens ou actividades de férias, muito embora sem espírito lucrativo.

O capital mínimo é de 1500$, que se acha realizado e dividido em acções nominativas de 100$ cada uma.

É reconhecida a qualidade de sócio efectivo a todo e qualquer indivíduo que como tal seja admitido pelo direcção e que exerça obrigatoriamente actividade produtiva, regular e diária na Turicoop.

É reconhecida a qualidade de sócios aderentes da Turicoop a todo e qualquer trabalhador, nomeadamente os de profissões liberais e estudantes, ou seus representantes, que beneficiam das actividades da Turicoop sem, todavia, participarem regularmente na sua organização.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial, que vai conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

20.º Cartório Notarial de Lisboa, 7 de Fevereiro de 1975.

A AJUDANTE,

Maria Antonieta dos Santos Carriço Estêvão

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado o vento era fraco ou moderado predominando de Nordeste e caiam aguaceiros.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	15º
P. DOURADAS	4º
COIMBRA	14º
PORTALEGRE	12º
LISBOA	14º
FARO	14º
FUNCHAL	16º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima: P. DA ROCHA	24º
Mínima: P. DA SAÚDE	0º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do Mar	13,4º
Atmosfera	13,3º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.45	3,9 m	7.40	0,7 m
14.16	3,9 m	20.01	0,7 m

Dia 24

2.28	4,0 m	8.28	0,5 m
15.06	4,1 m	20.49	0,6 m

Dia 25

3.28	4,1-m	9.13	0,5 m
15.53	4,2 m	21.34	0,5 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Continuação de diminuição das camadas de estabilidade com céu geralmente pouco nublado; vento fraco ou moderado de Nordeste; aguaceiros fracos a partir da tarde a Sul do Norte do Tejo.

AMANHÃ

NASCER ÀS 6.49
OCASO AS 20.22

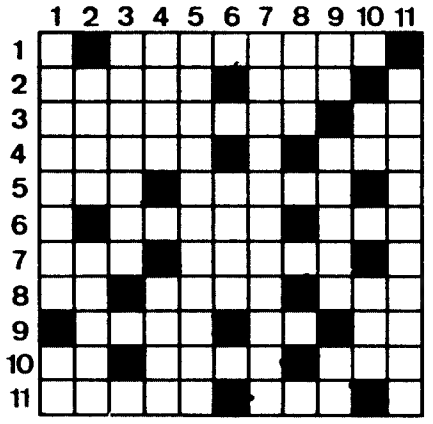
DIA 25 — DIA 3 — DIA 11 — DIA 18

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11066

HORIZONTAIS:

1 Artigo definido. Lida.
2 Rostos. Braço de mar.
3 Amolgara. Crença.
4 Amassou. Óxido de cálcio
5 Cólera. Encanto (fig.).
6 Impera, Tomba (inv.).
7 Pronome pessoal. Derribar.
8 Apelido. Esticada. Doutora (inv.).
9 Observavam. Tempo de verbo ir. Seguia.
10 Oferece. Distribui em lotes. Madeira.
11 Superfícies planas delimitadas. Muito.



VERTICAIS:

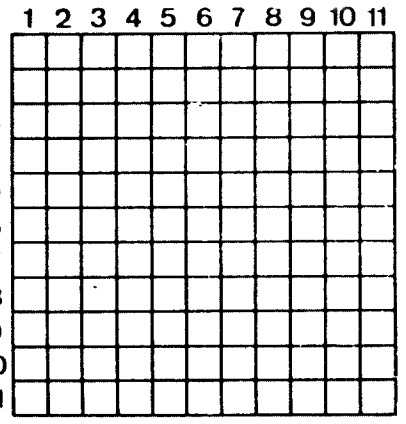
1 Tempos. Concede.
2 Paixão. Banhar.
3 Prendera.
4 Cabo da costa de Portugal. Peça com que se estreita a abertura dos chapéus.
5 Arrogaremos.
6 Artigo definido. Aniversário.
7 Enrolavam
8 Liga
9 Tempo do verbo haver. Tombara. Nota musical.
10 Nota musical. Esteiro.
11 Ventura.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7224

HORIZONTAIS

1 O mesmo que cozinheiro. Comem.
2 Garantia de pagamento de uma letra dada por terceiros. Espécie de tambor indígena.
3 Curso de água natural e abundante. Pronome possessivo. Mãe de Rómulo e Remo.
4 Batráquio. Costurar. Segundo.
5 Aversão. Gelhas.
6 Agora. Hospedaria oficial, na China. Reis.
7 Engole (pop.).
8 Acorrenta. Cério (s.q.).
9 Nota musical. Ampliar.
10 Vazia. Porco. Pronome demonstrativo.
11 Graça. Tosto. Radio (s.q.).



VERTICAIS:

1 Limpo coma vassoura. De preços elevados.
2 Despachado. Cidade da Arábia.
3 Tanto. Aprel Alumínio (s.q.).
4 Artigo definido (ant.). Filtra. Nome que os Egípcios davam ao Sol.
5 Porco. Cova.
6 Sussuramos.
7 Que é do ar.
8 Ouro (s.q.). Nota musical. Queixo.
9 Igual. Grande. Basta.
10 Desmontas. Tombar
11 Dais mios. Da Pérsia.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11065

HORIZONTAIS:

1 Acataria. Ca.
2 Cré. Amaram.
3 Isar. Rema.
4 Abatia. Asar.
5 Nanos. Potro.
6 Elo. Pá. Aa.
7 La. Não. Suor.
8 Aliar.
9 Serra. Lais.
10 Gele. Cá. Ras.
11 Amaino. HÁ.

VERTICAIS:

1 PANELA. Ga.
2 CC. Bala. SEM.
3 Ariano. Cela.
4 TESTO. Rei.
5 Ais. Aar.
6 Rara. Polaco.
7 Im. Pa.
8 Aarão. Sal.
9 Restaurara.
10 Camarão. Ia.
11 Amaro. Russo.

Provérbio: NÃO HÁ PANELA SEM TESTO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7223

HORIZONTAIS:

1 Amaça. Narra.
2 Marre. Aluir.
3 Acuar. Camas.
4 Rã. Votos. Si.
5 Pá. És.
6 Virar. Oca.
7 Fia. Gravata.
8 As. Piaram.
9 Lãs. Açorara.
10 Arem. Om. Dor.
11 Samo. Saloio.

VERTICAIS:

1 Amara. Falas.
2 Maçã. Visara.
3 Aru. Pia. Sem.
4 Cravar. Mo.
5 Aero. Agia.
6 Terraços.
7 Nacos. Aroma.
8 Alas. Ovar.
9 Rum. Acamado.
10 Rias. Rói. At.
11 Ársis. Amarô.

rádio

EMISSORA 1.º Programa

17.00 Noticiário — rádio estudantil
18.00 Música variada
19.00 Campanha eleitoral
20.35 Calendário eleitoral
21.00 Mini-teatro
21.25 Música portuguesa
22.00 Música variada
22.30 Ambiente, por Almeida Fernandes
23.00 Movimento das Forças Armadas
23.30 Último jornal

2.º Programa

15.40 Sinfonia n.º 7, em ré menor, op. 70, de Dvorak
16.20 Música dos séculos XIX e XX
16.40 Sinfonia n.º 1, de William Walton
17.25 Concerto op. 82, para voz e orquestra
17.40 Burlesca em ré menor para piano e orquestra, de Strauss
18.00 «Canções de Wesendonck», de Wagner
18.28 Sonata em sol menor, para três violinos, violoncelo e cravo, de Joseph Bodin de Boismortier
18.40 Sonata em lá bemol maior K. 46, de Haydn
19.00 Junção com o 1.º Programa
21.00 Passagem do MF 2 a Estereo — música ligeira variada
22.00 Trio em mi bemol maior, op. 40, para trompa, violino e piano, de Brahms
22.28 Bailado «Quebra-Nozes», de Tchaikowsky
23.18 Suite «O Mar», de Debussy
23.45 Quinteto em fá maior, de Bruckner
00.25 Suite n.º 2, em si menor BWV 1067 de Bach
01.00 Fecho

Programa em Onda Média 2 — 397 m — 755 KHz

19.00 Abertura da estação — junção com o 1.º Programa e MF 2
21.00 O pianista Friedrich Gulda
21.30 Ópera
23.35 A harpista Evelia Taborda
23.50 Sinfonia para violoncelo e orquestra, op. 68, de Britten
00.28 Música de Coleman
01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.00 Noticiário
16.04 Programa C.D.C.
18.05 Movimento
20.30 Varatojo conta-lhe
20.45 Rádio placard
21.15 Mensagens bíblicas
21.31 Quando o telefone toca
22.05 Quando o telefone toca
22.30 Campanha eleitoral
24.00 Campanha eleitoral
00.05 Alavanca
02.05 A noite é nossa
6.03 Diário rural
07.03 Talismã

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 Espaço musical
18.22 Música seleccionada
19.00 Jornal de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30 Espaço musical
21.08 Espaço musical
21.30 Livros e leituras
21.45 Pentagrama
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Campanha eleitoral

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Graça

Das 06.00 às 11.00 e das 17.00 às 22.00

Rádio Voz de Lisboa

Das 11.00 às 14.30

Clube Radiofónico de Portugal

Das 14.30 às 17.00

Rádio Peninsular

Das 22.00 às 02.00

farmácias de serviço

LISBOA

LISBOA

TURNO D-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Moura, T. da Memória, 55 (T. 630944)
ALTO PINA
Ibérica, R. Barão de Sabrosa, 235-A, à Alameda (T. 728277)
AMOREIRAS
Britânca, T. da Légua da Póvoa, 5-B (T. 689250)
AREEIRO
Imperial, Av. Guerra Junqueiro, 30-B (T. 726860)
AVENIDAS NOVAS
Figueiras, Av. Marquês de Tomar, 20/21 T(. 44995)
BAIRRO DAS COLÓNIAS
Higiénica, R. Heliodoro Salgado, 20-A (T. 844361)
BAIXA
Oliveira, R. da Prata, 240 (T. 321415)
BENFICA
Lisboa, R. Cláudio Nunes, 73-A (T. 703393)
CAMPOLIDE
Rualto, R. Alto de Carvalhão, (junto ao Aqueduto das Águas Livres), 5-A/B (T. 851721)
LUMIAR
Patuleia, Al. das Linhas de Torres, 262-B (T. 790332)
MADRAGOA
Lys, R. da Esperança, 17-A (T. 660913)
OLIVAIS SUL
Nova dos Olivais, R. Manhica, lote 469 (T. 316402)

TURNO D-2

TODA A NOITE

ALFAMA
Anunciada, R1 do Vigário, 74 (T. 866360)
ALTO DE S. JOÃO
Dalton, Av. Mouzinho de Albuquerque, 7-A, à P. Paiva Couceiro (T. 843571)
ALVALADE
S. João de Deus, R. Pedro Ivo, 1-A/B (T. 725140); Cartaxo, Av. da Igreja, 21-C (T. 717958)
ANJOS
Castro, Av. Almirante Reis, 76-A (T. 821973)
AREEIRO
Miranda, C. Pequeno, 36-B/C, à Av. Sacadura Cabral (T. 770776)
AVENIDA DA LIBERDADE
Fernandes, R. de S.José, 187 (T. 326476)
AVENIDAS NOVAS
Universal, R. Actor Taborda, 5/7 (T. 44158)
BELÉM
Botânica, cR. da Junqueira, 38-40 (T. 638132)
BENFICA
Alegria, E. de Benfica 180-A/B (T. 780511)
CAMPO DE OURIQUE
Castro Fonseca, R. 4 de Infantaria, 28-A (T. 688857)
MOURARIA
Bastos Andrade, Cç. de Santo André, 107/111 (T. 860450)
POÇO DO BISPO
Marvila, R. Direita de Marvila, 25 (T. 381612)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R.Ernesto Silva, 81 (T. 212048)
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147). Toda a noite
OEIRAS
Oeiras, L.Henrique Paiva Couceiro (T. 2430485). Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Até às 24 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (T. 2[illegible]1204). Toda a noite
ESTORIL
Marques dos Santos, R.Ferreira J.A., 15 (T. 260116). Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Ostende, R.de Espinho, 1 (T. 260391). Toda a noite
CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (T. 280078). Até às 22 horas; Nova, E.de Alvide, Fontainhas (T. 281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T. 934589); Campos, R.Elias Garcia, 185 (T. 930072); Clabel, R.António Sardinha, 23-D (T. 938551)
DAMAIA
Confiança, E.Militar, lote D (T. 9710231)
VENDA NOVA
Girassol, R.Elias Garcia, 17-C (T. 974161)
QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117); Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T. 950123)
CACÉM
Guerra Rico, Agualva
MEM MARTINS
Miranda Garcia, E.de Mem Martins, 173-B (T. 2914103)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (T. 2930832)
COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 T(. 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)
ALMADA
Algarve, R.Fernão Lopes, 1 (T. 270271)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-A (T. 2040302)
BARREIRO
Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (T. 2073035)
COVA DA PIEDADE
Morgado, R1Cabo da Boa Esperança, 25-A (T. 2767356)
MOITA
Silva Rocha, P.da República 16 (T. 239029)
MONTIJO
Moderna, R.Bulhão Pato, 60 (T. 230156)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar, 13 (T. 294471)
SETÚBAL
Marques, R.Arronches Junqueiro (T. 22783); Bonfim, Av. Rodrigues Manitto, 12 (T. 24558)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 19

ATÉ ÀS 22 HORAS

Alves da Silva, Avenida da Boavista, 1016; Azevedo, Rua do Meiral, 503; Gomes Ferreira, Rua Faria Guimarães, 449; Nau Vitória, Rua Nau Vitória, 723; Ordem da Trindade, Rua Heróis e Mártires de Angola; Confiança, Rua de Santa Catarina, 960; Antas, Avenida Fernão de Magalhães, 1076; Antiga Porta do Olival, Campo Mártires da Pátria, 122; Falcão, Rua de Santo Ildefonso, 61; Ferreira, Praça D.Afonso V, 55-B; Lousada, Largo do Campo Lindo, 62

A PARTIR DAS 22 HORAS

Antas, Avenida Fernão de Magalhães, 1076; Antiga Porta do Olival, Campo Mártires da Pátria, 122; Lousada, Largo do Campo Lindo, 62

COIMBRA

Rodrigues da Silva, Rua Ferreira Borges.

PASSE
UM FIM-DE-SEMANA
SEM CONTRATEMPOS

QUANDO ACORDAR
ESTARÁ NO ALGARVE

SERVIÇO DE CARRUAGENS-CAMAS LISBOA-ALGARVE

Barreiro V.R.Sto.Antonio: sextas feiras
V.R.Sto.Antonio Barreiro: domingos
INFORMACOES TELEF. 32 62 26

Caminhos de Ferro Portugueses

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Ó Pá, Pega na Vasoura»
MARIA VITÓRIA
20.45, 23.00 (18 anos)
«Até parece mentira»
MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«A Gaiola das Loucas»
MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
«Seara de vento»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
(18 anos)
«O Estranho Caso da Senhora Wardh»
COLISEU
21.30 (13 anos)
«Quando as mulheres jogavam dinq-donq»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Tudo ficou em Família»
PROMOTORA
21.10 (14 anos)
«O Invencível»
MOSCAVIDE
21.15 (10 anos)
«Tarzan e o grande Rio»
JARDIM
21.15 (13 anos)
«Estado de Sítio»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (14 anos)
«Cotter o Índio Mertiço»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«Empresta-me o Teu Marido»
CASCAIS
S.José
21.00 (18 anos)
«Domingo, AMaldito Domingo»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«O Furacão do Karaté»

OUTRA BANDA

ALAMDAIncrível
21.15 (18 anos)
«Tal Mae, Tal Filha»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (14 anos)
A Um Passo da Forca»

PORTO/Teatros

SA DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Dentadinhas na maçã»
TERÇO
21.30 (18 anos)
«Pides na Grelha»

PORTO/Cinemas

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«7 Vampiros de Ouro»
ESTÚDIO FOCO
21.30 (18 anos)
«Fellini Satyricon»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Experiência prematrimonial»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Irma la Douce»
VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Doce vida em Roma»
ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Toda uma vida»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Os Difíceis Vinte Anos»
BATALHA
21.30 (18 anos)
«As Bailarinas»
S.JOÃO
21.30 (13 anos)
«Metello»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Os Perversos»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Tal Pai Tal Filha»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Sete Horas de Violencia»
TRINDADE
21.30 (18 anos)
«O Fantasma da liberdade»

COIMBRA

AVENIDA
20.30 (18 anos)
«Emanuelle»
S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Amantes desconhecidos»
GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Duelo na Poeira»
TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Os Diabos»
SOUSA BASTOS
21.15 (10 anos)
«Quem dispara primeiro»

cinemas

CINEBOLSO

T. 573407 **14.30, 16.45, 19.00, 21.30**

Não acons. a menores de 18 anos

O VALE DOS PERDIDOS
de Barbet Schroeder

Amanhã às 12.30 - 10 anos
LADRÃO PRECISA-SE!

c/Maria da Graça, Virgílio Teixeira

BERNA

T 776098 **14. 16.30, 19. 21.15**

Grupo C 14 anos

L'EMMERDEUR
(O Chato)
DE Edouard Molinaro

Eastmancolor

APOLO 70

T 763319 **14.00, 16.30, 19.00, 21.15**

Não acons. a menores de 13 anos

PRIMEIRA PÁGINA

o grande filme de Billy Wilder
6.ª Semana

Hoje às 24.00 - 18 anos
SWEET CHARITY

ROXY

T. 42872 **14.00, 16.30, 18.45, 21.15**

Grupo C 14 anos

L'EMMERDEUR
O CHATO

DE Edouard Molinaro

PATHÉ

T. 821933 **14.15, 16.30, 18.45, 21.15**

Interdito a menores de 18 anos

EMMANUELLE

Aviso ao público: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ALVALADE

T. 717480 **15.30, 18.30, 21.15**

(Interdido a menores de 18 anos

A mais espantosa comédia do ano!
A MINHA MULHER É UM VIOLONSEXO

comLandoBussanca,LauraAntonell

LIDO

T. 937593 **15.30, 21.30**

Para todos

ISTO É ESPECTÁCULO

CINESTÚDIO

T 937593 **15.30 21.30**

Interdito a menores de 18 anos

O EXORCISTA

CARLOS MANUEL - SINTRA

T. 2930394 **21.15**

Grupo C 14 anos

A BALADA DO SOLDADO

CINEMA 2000

ALGÉS **15.30, 18.30, 21.15**

Não acons. a menores de 13 anos
... E QUANDO O DINAMITE EXPLODE...
2.ª Semana

UNIVERSAL

T 774402

Não acons. a menores de 13 anos
Às 14.30 e 20.30
GREVE OCUPAÇÃO

Às 16.30, 22.30
Interdido a menores de 18 anos
IREI COMO UM CAVALO LOUCO

Às 18.30
Não acons. a menores de 13 anos
ATTICA E TUPAMAROS

RESTELO

T 610375 **21.00**

Não acons. a menores de 13 anos

COM JEITO VAI... BACAMARTE À SOLTA

com Kenneth Williams, Joan Sims Sidney James, Barbara Windsor

EDEN

T. 320768 **14.00, 16.30, 19.00, 21.15**

Não acons. a menores de 13 anos

JUNTOS SÃO DINAMITE ... E QUANDO O DINAMITE EXPLODE...
Terence Hill e Bud Spencer
2ª Semana

TIVOLI

T. 570595 **15.15, 18.30, 21.15**

Grupo C-14 anos

L'EMMERDEUR
(O Chato)

de Edouard Molinaro

Já se viu tudo em cinema: Tímidos, coléricos, seios, nádegas ciumentas, polícias. Tudo! Menos isto!

CASINO ESTORIL

T. 264621 **17.00, 21.15**

Não acons. a menores de 13 anos
EMPRESTA-ME O TEU MOTORISTA

ROYAL

T. 865037 **15.30,21.15**

Grupo C 14 anos

PUNHOS DE AÇO

POLITEAMA

T. 326305 **14 15, 16.30, 19.00, 21.30**

Interdito a menores de 18 anos
A PRIMA
Com Stefania Casini
9.ª Semana

ROMA

T. 727778 **14.30, 16.45, 19.00, 21.15**

Interdito a menores de 18 anos
EMMANUELLE
c/ Sylvia Kristel

OXFORD

T 2865027 **16.00, 21.15**

Interdido a menores de 18 anos

DOROTHEA

VOX

T. 720808 **14.15, 16.30, 19.00. 21.30**

Não acons. a menores de 18 anos
QUE NOITE DE NÚPCIAS

3.ª Semana de grande êxito!

LUMIAR

T 795296 **21.15**

Grupo D 18 anos

LUA DE PAPEL

SATÉLITE

T. 562632 **15.30, 18.30, 21.15**

Interdito a menores de 18 anos
SORRISO VERTICAL
2.ª Semana

MUNDIAL

T 538743 **15.15, 18.30, 21.30**

Não acons. a menores de 13 anos
O PROFESSOR EROTOMANIACO

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 **14.00, 16.30, 19.00, 21.15**

Não acons. a menores de 18 anos

TEOREMA

Premiado no festival de Veneza com Silvana Mangano

CONDES

T 322523 **14.00, 16.30, 19.00 21.15**

Interdito a menores de 18 anos
...girissimo, cruel, encantador, inteligente, erótico e... maldonissimo!
LES VALSEUSES
AS BAILARINAS
c/ Gerard Depardieu

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ODEON

T. 326283 **15.15, 18.15, 21.15**

(Int. a menores de 18 anos)
3.ª SEMANA DE ENCHENTES
c/ Marga Lopez
MARCADA PELO DESTINO

A ODISSEIA DE UMA MULHER VÍTIMA DE UMA TERRÍVEL INFÂMIA DA AMANTE DO SEU MARIDO
(EASTMANCOLOR)

LONDRES

T. 801313 **15.45, 18.30 e 21.15**

Não acons. a menores de 13 anos
LACOMBE LUCIEN
(O COLABORACIONISTA)
Uma história da resistência

Um filme de Louis Malle

S. JORGE

T. 54153/4 **15.15, 18.15, 21.15**

Não acons. a menores de 18 anos
MULHERES APAIXONADAS

AVIS

T. 47163 **15.30, 1830 21.15**

Interdito a menores de 18 anos
A PRIMEIRA ENTREGA
de uma mulher casada

CASTIL

T 530194 **15.30, 18.30, 21.15**

Não acons. a menores de 13 anos

O ÚLTIMO DEVER

CINEARTE

T. 660446 **15.30 e 21.15**

Não acons. a menores de 13 anos
O PURO ANSELMO E SEU DEVASSO ESCUDEIRO

ESTÚDIO

T. 555135 **15.30, 18.30, 21.15**

Não acons. a menores de 18 anos

A MORTE DUM LENHADOR

ESTÚDIO 444

T. 779095 **14.30, 16.45, 19.00, 21.15**

Interdito a menores de 18 anos
DOROTHEA
6.ª Semana

EUROPA

T. 661016 **15.15, 21.15**

Não acons. a menores de 18 anos

O GRITO DA LIBERDADE

IMPÉRIO

T. 555134 **15.15, 21.15**

Grupo D - 18 anos
ONDE É QUE DOI?
Hoje 18.30
ISADORA

MONUMENTAL

T 555131 **15.15, 18.15, 21.15**

Não acons. a menores de 18 anos
REPRESÁLIA
MASSACRE EM ROMA

DL

RENASCENÇA GRÁFICA S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA 57
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

COSTA GOMES FALA AO PAÍS

Está marcada para amanhã, às 12 horas, uma comunicação do Presidente da República ao País, difundida em directo pela R.T.P. e pela Rádio.

Admite-se naturalmente que o general Costa Gomes reserve o essencial das suas palavras para o acto eleitoral de sexta-feira.

Demissionários da A.N.P. antes do 25 de Abril

O Serviço de Coordenação da Extinção da P. I. D. E./D. G. S. e L. P. informa que depois de devidamente provados e a pedido dos próprios se declara que os seguintes indivíduos, dirigentes concelhios da ex-A. N. P. de Valença, pediram a sua demissão desse cargo em Outubro de 1973, demissão essa que lhes veio a ser reconhecida em 1 de Março de 1974: dr. Manuel Gomes Cachadinha; padre Armando de Jesus Esteves Rodrigues; padre José Emídio Gonçalves da Cunha; José Esteves Cerqueira; Herculano Pereira Viana; Jerónimo Monteiro Cardoso; Cândido Gonçalves Ribeiro; José Carlos Seixas Ferreira e Orlando Alberto Henriques Ribeiro.

A nota informa ainda que, contrariamente ao que, por lapso, foi comunicado à Imprensa e por ela publicado em 14 e 15 do corrente, o major João Martins Ribeiro Mateus, não desempenhou em qualquer dependência da L. P. funções que, nos termos do Decreto-Lei 621-B/74, determinem incapacidade eleitoral.

SALLES LANE ILIBADO

Entretanto, segundo informação da Comissão Nacional de Inquérito, esclarece-se que o dr. Geraldo Salles Lane, director do Grémio Literário, que fora detido para averiguações, foi libertado no dia 8 de Abril. Mais se esclarece que, a partir de tais averiguações, não foi provada qualquer culpabilidade do dr. Salles Lane implicando envolvimento em actividades contra-revolucionárias ou ligações comprometedoras com elementos com elas relacionados.

O caso da detenção de Manuel Champalimaud

Acerca da notícia que publicámos sobre a detenção, no Algarve de Manuel Champalimaud, a sr.ª D. Maria Madalena Palma Leal, igualmente detida quando acompanhava Manuel Champalimaud no momento em que se verificou a intercepção do barco em que ambos viajavam ao largo de Tavira, prestou o seguinte esclarecimento à Imprensa:

«1.º Não é verdade que nos dirigíssemos para Espanha quando fomos interceptados; seguíamos, sim em direcção ao estaleiro de Vila Real de S. António, onde o sr. Manuel Champalimaud pretendia deixar o barco para algumas reparações, como aliás foi verificado pelas patrulhas da Marinha que nos interceptaram, através da carta de navegação; 2.º É totalmente fantasioso que Manuel Champalimaud tivesse tentado alugar um barco antes de iniciar o percurso a partir da Marina de Vilamoura: 3.º O barco em que seguíamos, foi por quatro vezes minuciosamente vistoriado pelas patrulhas da Marinha e pela G. N. R. sem que se encontrasse algo de suspeito.»

Manuel Champalimaud encontra-se ainda detido.

Atenção às notas de mil

Quem receber notas de mil escudos novas deve verificar se são coincidentes as letras e algarismo identificadores de cada nota, inscritos na parte superior central com os da parte inferior esquerda e observar se a data está correctamente escrita ou sobreposta. Se isso não acontecer, pode o receptor da nota estar em presença de uma das notas de mil escudos roubadas da Tesouraria de Finanças de Sintra, em 24 do mês passado, devendo comunicar o facto imediatamente à Polícia Judiciária.

Dos quatro mil contos roubados daquele departamento de Finanças havia vários maços de notas de mil escudos novas, as quais os assaltantes adulteraram mediante engenhoso processo. A forma de as detectar é a que se refere acima.

A Polícia Judiciária solicita toda a vigilância para estas notas assim falsificadas.

GOVERNO CIVIL FECHA NO SÁBADO

No próximo Sábado, dia 26, estarão encerrados ao público os serviços do Governo Civil de Lisboa, por motivo de se proceder às operações de apuramento provisório da eleição para a Assembleia Constituinte.

AINDA O "28 DE SETEMBRO"

SPÍNOLA ERA A ESPERANÇA DA REACÇÃO

A par do relatório preliminar sobre o 11 de Março, elaborado pela respectiva comissão de inquérito, o M.F.A. acaba, também, de publicar o relatório dos acontecimentos do 28 de Setembro de 1974, o qual foi divulgado há dias e em primeira mão pelo «Diário de Lisboa». Nele são apresentados factos e conclusões, já amplamente conhecidos do público. No entanto, é incluída suficiente matéria nova, dando uma visão global do que foi aquela tentativa contra-revolucionária integrada num vasto plano que transcendia as fronteiras geográficas do nosso País.

Na parte relativa ao resumo dos acontecimentos, começa-se por referir a convocação da manifestação da «maioria silenciosa». E em seguida afirma-se:

«Com ela se pretendia emprestar ao general Spínola a força pública que lhe faltava para que pudesse tomar a «decisão» em que estava interessado, ou seja, proclamar o poder pessoal, afastar as forças progressistas que o ensombravam e neutralizar o Movimento das Forças Armadas que o limitava. Não se excluía, para o efeito, a campanha que se orquestrou e que visava a instauração de um clima de instabilidade social e política campanha e clima que proporcionariam o ambiente favorável a uma forçosa aceitação do pedido de declaração do estado de sítio.

«A grande manifestação popular» na qual se ouviriam discursos empolados de um pretenso patriotismo, referendaria a assunção de plenos poderes. Estariam então atingidos, na sua primeira fase, os objectivos da manobra planeada.

«Gorando-se as perspectivas de realização da manifestação e numa solução de recurso processa-se ao longo de parte da noite de 27 para 28 de Setembro uma tentativa de golpe militar da iniciativa do general Spínola e das pessoas que o suportavam. Igualmente abortou tal tentativa.

«Na mesma linha, isto é, na continuidade de acção tendente à declaração do estado de sítio, a ideia de dissolução da Junta de Salvação Nacional, a concretizar-se, facultaria a obtenção do resultado pretendido, pois, como foi dito, desaparecendo a Junta, estinguia-se o órgão que estava especialmente encarregado de vigiar pelo cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas, competência que reverteria na circunstância, para o Presidente da República, o qual concentraria em si todos os poderes.

«Mas o que o Movimento propunha não era a dissolução da Junta de Salvação Nacional, mas tão-só a alteração da sua composição. Foi o que efectivamente veio a ser aprovado.

O alarmismo que rodeou a informação sobre o assalto a postos da Guarda Nacional Republicana na margem Sul do Tejo, a imediata suspensão da reunião que entretanto decorria em Belém, a convocação simultânea do Conselho de Estado, cujos membros tinham sido previamente chamados ao Palácio atestam a predeterminação que presidira a mais esta tentativa, corroborados, aliás, pelos métodos que dirigiram a reunião desse Conselho de Estado. Outra manobra falhava.

A renúncia do general António de Spínola que manifestou, uma vez mais, a reconhecida obcessão do ex-Presidente da República. As palavras então proferidas evidenciaram, sem dúvida, uma última tentativa de lançar o pânico na população pela apresentação de uma situação portuguesa que não correspondia de modo algum à realidade. Desejou-se criar pela via oral a instabilidade que fracassara pela via prática. Aspirou-se a um regresso majestático como recurso para a salvação nacional. Foi a derrota final do 28 de Setembro.»

«O GENERAL NÃO AGIU SOZINHO»

Noutro ponto o Relatório afirma que o general Spínola era «a esperança que raiava para a reacção, com vista à evolução do Processo em curso que a atingia gravemente». E prossegue: «Era a esperança e não quis traí-la».

«Ao não denunciar com antecedência a manifestação, pesassem embora os avisos que recebera e que deixavam perceber os seus fins ocultos.

1ao permanecer no Campo Pequeno face à reaccionária atitude dos espectadores, avalizando com a sua presença e a sua passividade, o histerismo fascista com que se insultou e vaiou o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, e o Movimento das Forças Armadas.

«Ao não tomar posição reprovatória ou, ao menos, de inquirição, perante o documento redigido por Sanches Osório e suas causas, no qual se acusava o Primeiro-Ministro de ser o impulsionador das barricadas.

«Ao reter em Belém personalidades do M.F.A.

«Ao admitir a hipótese de guerra civil, tentando captar forças militares para o seu campo.

«Ao empreender providências par assegurar sozinho o «controle» informativo do País.

«Ao não proibir formalmente a manifestação, mesmo no sábado, dia 28 de Setembro, pois o comunicado da Presidência da República se limitou tão-só a considerá-la inconveniente.

«Ao usar, no seu discurso de renúncia os argumentos já utilizados pelos reaccionários para convocarem a manifestação.

«Ao fazer insinuações de que o Movimento das Forças Armadas desvirtuava o seu Programa, não lhe dando uma execução correcta.

«Ao sugerir que o M.F.A. traía o povo, tomando medidas contrárias à vontade popular.

«Ao deixar implícito que o caos político e económico seria devido às lutas dos trabalhadores.

«É evidente, porém, que nos acontecimentos históricos, os intervenientes não aparecem isolados. Há sempre forças que os apoiam e que, apoiando-os, os determinam e os incentivam.

«Em 28 de Setembro, o general Spínola não agiu sozinho. Por detrás dele já apontámos as famílias Bragança e Espírito Santo, o conde de Caria, o general Kaúlza de Arriaga, Pedro Feytor Pinto, os profs. Pacheco de Amorim, Guilherme Braga da Cruz e tantos outros menos conhecidos, cujas acções se concertavam na ofensiva que visava subverter as conquistas do «25 de Abril».

«Igualmente o amparavam os militares referenciados e certas correntes de opinião alarmadas com o avanço do processo revolucionário encetado, que arriscava ultrapassá-las e submergi-las.

«Insiste-se, contudo, em afirmar que a manifestação dita «da maioria silenciosa» mais não era do que a encenação necessária para a assumpção de plenos poderes pelo Presidente da República.»

«FACTORES DA VITÓRIA FINAL»

O documento termina do seguinte modo:

«Os acontecimentos do 28 de Setembro constituíram, portanto, uma complexa manobra reaccionária contra a revolução progressista da vida do povo português, evolução que é fundamentada numa orientação política, cujo apoio maciço é evidente por parte da população.

«A unidade e a identificação do povo e do Movimento das Forças Armadas conseguiram o primeiro grande triunfo na consolidação do democratização da vida portuguesa no avanço do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril.

«Não se esqueça, porém, que as forças antidemocráticas, não só nacionais como também internacionais, empenhadas em desvirtuar a profunda renovação da nossa vida colectiva a que aspiramos não se podem considerar definitivamente controladas.

«Por isso se exige um permanente alerta e uma constante atenção a tais manobras!

:Os acontecimentos de 11 de Março podem assim ser compreendidos como a continuação lógica do 28 de Setembro, como mais um momento do grande combate que a reacção empreendeu contra o povo português. Combate que o Movimento das Forças Armadas, os partidos políticos progressistas e o povo português na sua generalidade vão ganhando luta a luta.

«A unidade, força e determinação são os imprescindíveis factores da vitória final da revolução.»

CIDADE MARGINAL

EM FARRAPOS NO PARQUE

Chamavam-lhe «Zézé», «Zézé maluco», Zézé careca» e atiravam-lhe pedras, areia e lascas de madeira. E Zézé não chorava. Apenas lançava sons estranhos, semelhantes a roucos grunhidos, perante a indiferença dos escassos adultos que, ao anoitecer de ontem, percorriam a álea central do Parque Eduardo VII. Mas, num repente, Zézé ergueu-se com uma agilidade até ali insuspeita e, lançando-se sobre um dos seus pequenos «carrascos», mordeu-lhe o pescoço com arreganho. E logo a debandada foi geral, aos gritos de «É malta, a milhas, que o Zézé está raivoso!».

IMAGEM PATÉTICA

As risadas nervosas das crianças em fuga perderam-se para além do espesso arvoredo do Parque, batido por uma chuva miúda. E sobre a relva humedecida ficou o corpo magro de Zézé. «Um pobre louco sem ninguém», segundo a expressão magoada de uma idosa vendedora ambulante de tremouços e amendoins. Um Zézé de pés descalços e roupas em farrapos. Imagem patética de um quotidiano que urge sanar, reiventando uma assistência ambulatória eficaz e imediata a todos os diminuídos físicos e mentais deste País. Sob pena de nos trairmos.

APERTADO PELO PESCOÇO

Apresentando-se como «forças do Copcon empenhadas na captura de um perigoso reaccionário» três jovens, dois quais militares, entraram no quarto de uma pensão da Travessa do Fala Só, e apertando o pescoço ao hóspede que ali dormitava, roubaram-lhe a carteira com 250 escudos e um par de botas, após o que empreenderam rápida fuga. Mas alertada a Polícia da Esquadra da Praça da Alegria, os três assaltantes acabaram por ser detidos num café da Praça dos Restauradores, onde certamente já se preparavam para gastar o produto do roubo.

TIROS PARA O AR

Para pôr termo a uma desordem no Bairro Alto elementos de uma patrulha da Força Aérea dispararam vários tiros para o ar, um dos quais, por ricochete numa das paredes, atingiu no braço direito o jovem mecânico Rui Alberto Martins, natural do Funchal e residente em Moscavide. Depois de tratado na enfermaria do Governo Civil, Rui Alberto recolheu aos calabouços por se ter provado a sua interveniência no (digamos assim) pequeno motim...

e certas forças políticas, põem a correr que os comunistas não querem as liberdades, que os comunicados querem instaurar uma nova ditadura.

«Aqueles mesmos que organizaram a tentativa de golpe de Palma Carlos, aqueles mesmos que apoiaram a grande ofensiva da «maioria silenciosa» no 28 de Setembro, aqueles mesmos que tentaram o golpe do 11 de Março, aqueles mesmos que, ao longo dos meses namoraram Spínola (Spínola-presidente da República e Spínola ex-presidente, Spínola que o PCP, correndo riscos, muito justamente apontou como o polarizador e o chefe da contra-revolução, quer dizer, aqueles mesmos que actuaram para que fossem liquidadas as liberdades democráticas conquistadas em 25 de Abril, são os que pretendem fazer crer que a ameaça para as liberdades não vem da Direita, não vem da reacção, vem do Partido Comunista, o Partido que antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril mais tem lutado pelas liberdades.

«Uma vez mais repetimos e insistimos, o Partido Comunista Português nunca regateou, não regateia nem regateará sacrifícios na luta pela liberdade. O PCP luta pela instauração em Portugal de um regime em que sejam garantidas aos cidadãos as mais amplas liberdades, incluindo a liberdade de Imprensa e a liberdade de constituição e actividade de partidos políticos.

«Nós comunistas, lutamos para que, no futuro regime democrático existam as mais amplas liberdades. Mas isso não chega. Queremos não só a democracia política como a democracia económica e social. E é isso que fundamentalmente nos distingue de outros partidos políticos.

«Queremos as liberdades não para que o povo seja explorado e oprimido pelos monopólios e pelos latifundiários, como defendem aqueles que querem para Portugal um regime de democracia burguesa, mas para que possa trabalhar para si, para os seus filhos, para a Pátria.»

...

«Nesta fase de transição em que se desmorona o capitalismo monopolista, são os trabalhadores que estão vitalmente interessados em assegurar a estabilidade económica e em aumentar a produção.

«O capitalismo monopolista moribundo deixa-nos a pesada herança de centenas de empresas sem recursos financeiros, sem encomendas, sem mercados, praticamente falidas.

«Os trabalhadores, particularmente nas empresas públicas e nas empresas nacionalizadas em cuja direcção participem, estão interessados em salvar as empresas da ruína, estão interessados na boa gestão das empresas, na sua produtividade, no seu bom rendimento.

«Se o poder dos monopólios é eliminado, mas as fábricas fecham e a produção diminui, a situação dos trabalhadores irá agravar-se, porque, na medida em que se reduzem os lucros do capitalista e se nacionalizam sectores da economia, não há outro caminho para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores que não seja aumentar o rendimento das empresas, criar novas empresas, produzir mais, de forma a haver mais que consumir.

«Se queremos prosseguir na realização das profundas transformações democráticas que acabarão por liquidar a exploração e por dar ao povo português uma vida livre e desafogada, não é diminuindo no momento actual o número de horas de trabalho e aumentando verticalmente os salários (embora sejam justas e necessárias algumas rectificações), mas trabalhando para fazer marchar as empresas, reanimar a economia e aumentar a produção.

«Nas condições actuais, esta é uma tarefa revolucionária. Os comunistas são os primeiros a compreendê-la e estamos certos de que saberão dar o exemplo.

«Isto não significa naturalmente que não haja que lutar incessantemente, não só contra o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, como pelo seu melhoramento.»

...

«Os proprietários dessas 500 maiores explorações, têm grandes fortunas pessoais, vivem em palácios e palacetes e procuram por todas as formas entravar o processo democrático.

«Para o PCP, a solução da questão agrária está aí. Essa terra das muito grandes explorações deve ser entregue a quem a trabalha. Esse é um princípio fundamental da Reforma Agrária por que luta o Partido Comunista Português.

«Que se fixe um máximo de terras se sequeiro e um máximo de terra de regadio acima do qual não poderá haver nenhuma exploração. Que se tenham em conta as diferenças regionais, as diferenças de solos e de culturas. E que as terras acima desse máximo sejam entregues a quem as trabalha.

«Sabeis camaradas que a reacção acusa os comunistas de quererem tirar a terra aos camponeses. Os pequenos e médios agricultores podem estar absolutamente certos de que os comunistas não só não lhes tiram um centímetro que seja das suas terras, como, lutam para que terras incultas ou as terras das grandes propriedades de gente que não trabalha, sejam entregues aos assalariados e aos camponeses pobres.»

...

«É nossa grande tarefa unir todos os portugueses e os portugueses que querem viver em liberdade e querem construir uma sociedade sem monopólios e latifúndios, uma sociedade em que se ponha progressivamente fim às desigualdades e às injustiças sociais.

«A hora não é de divisão mas de unidade. Lutamos e lutaremos pela unidade da classe operária nas empresas e nos sindicatos. Lutamos e lutaremos pela unidade dos assalariados rurais nos sindicatos agrícolas.

Lutamos e lutaremos pela unidade dos pequenos e médios agricultores nas Ligas Camponesas. Lutamos e lutaremos pela unidade da juventude nas fábricas, nos campos, nas escolas. Lutamos e lutaremos pela unidade de todos os democratas interessados na construção dum novo regime de liberdade em que sejam realizadas transformações democráticas profundas para o bem do povo trabalhador.

«Lutamos finalmente, pelo reforço da aliança do Povo-MFA, força motora da revolução portuguesa.

«As próximas eleições tem, na situação actual, um particular significado. Uma grande votação de massas nos candidatos do Partido Comunista Português, será um sólido passo para o prosseguimento vitorioso do processo revolucionário.

«Votar pelo PCP é votar pela liberdade, é votar por um Portugal democrático a caminho do socialismo.» Em Avante de 7-4-75.

OUTROS PARTIDOS

A extrema-esquerda — PUP, UDP, LCI, FEC (m.-l.) — de uma maneira geral, utilizou largo tempo da sua campanha a atacar o que chama de «revisionismo de Cunhal», «de traição do PC».

Procurou mobilizar a atenção para a necessidade de uma «revolução popular», como forma de construir uma sociedade comunista.

A UDP, por exemplo, aproveitou parte dos seus 10 minutos de antena, no dia 27 de Abril, a atacar a exploração capitalista, a burguesia, o Pacto MFA-Partidos, o Conselho Superior da Revolução, o PPD, preconizando a ditadura do proletariado, após o que procedeu à autocrítica da actuação do partido durante a campanha pois esta o levara a «esquecer» um pouco a acção nas fábricas. Dirige-se a «operários, camponeses, soldados e marinheiros».

Em outro período, a LCI propõe 40 horas de trabalho semanal e 6000$00 de ordenado mínimo!

Nota: A actuação destes partidos é de molde a lançar confusão num eleitorado com as características que vimos: «choca» de maneira flagrante o ataque permanente ao Partido Comunista e a facilidade com que certos problemas fundamentais são tratados e resolvidos.

PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO (PPM)

Este partido falou, principalmente, de «reis», de «repúblicas populares» e de «comunas»... Enfim..., os monárquicos lá falaram uns com os outros, sonhando com «reis» em 1975.

SÍNTESE

Os objectivos que esta campanha deveria ter prosseguido, de uma maneira geral, não foram cumpridos, quanto a nós, que analisamos os problemas «de fora de qualquer partido».

O povo português terá ficado com a ideia que estas eleições são a opção final, tamanho foi o empenho posto na campanha.

O eleitorado deve ter sentido a «caça ao voto» e as massas menos esclarecidas não foram ganhas para o processo revolucionário em curso, sim para este ou aquele partido. Dir-se-ia que estavamos em França ou noutro país europeu já habituado a campanhas eleitorais. Aí, e nos ataques directos e indirectos ao MFA e aos ataques dos partidos uns para os outros terá residido o erro maior deste período. As massas despolitizadas terão ficado algo confusas.

Salvo um ou outro caso, não se chegou a extremos de violência, o que terá desgostado fortemente certa Imprensa internacional, tão silenciosa durante o fascismo e tão preocupada, hoje, com as liberdades no nosso país.

Face à composição do eleitorado destaca-se, por um lado, a actuação dos partidos da direita, na ansia de atrair os despolitizados e, por outro, à exploração do «chavão» «liberdades sim, ditadura não».

O que mais terá impressionado terá sido a serenidade e objectividade do Partido Comunista Português, o único que definiu uma campanha tendo em consideração o significado destas eleições, a evolução do processo revolucionário e a composição qualitativa do eleitorado.

O PS mostrou, por outro lado, uma elevada força eleitoralista.

Esperemos, agora, os resultados finais das eleições.

Diário de Lisboa

PONTO ELEITORAL

Lisboa, quarta-feira, 23 de Abril de 1975

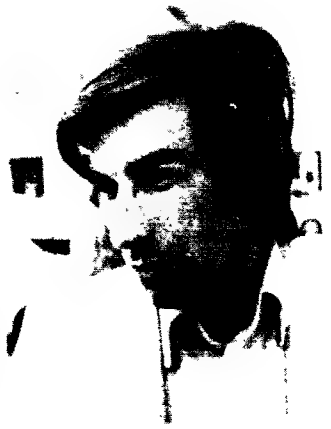
Que vamos nós eleger — um partido, um Governo, um chefe de Estado?

Sabe o que é uma Constituinte?

. ANTÓNIO ARAÚJO, 66 anos, empregado bancário, residente em Pedrouços.

1.ª Eu penso que vamos às eleições para fazermos um Portugal melhor. É isso que eu penso.

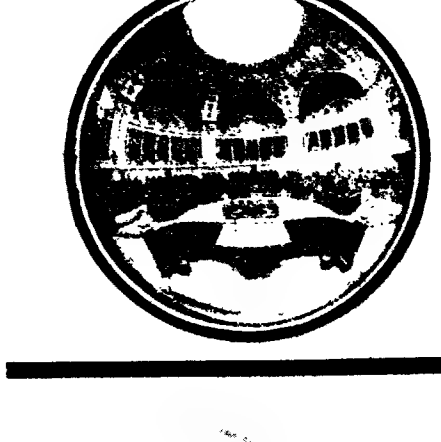
2.ª Quanto à Constituinte acho que é para eleger os prováveis e futuros dirigentes da Nação.



AMÂNDIO RIBEIRO RITO, 24 anos, fiscal da C.M.L. residente em Lisboa

1.ª Acho que vamos eleger a Assembleia Constituinte e nada mais

2.ª Não estou assim muito metido em política mas penso que a Assembleia Constituinte não vai interferir muito no Governo da nação



LUÍS SERGIO PRAZERES, 24 anos, desempregado, residente em Lisboa

1.ª Nós vamos eleger os deputados para a Assembleia Constituinte

2.ª Na minha opinião a Assembleia Constituinte é o conjunto de deputados eleitos pelo povo que devem formar uma Constituição para defender os direitos desse Povo.

FRANCISCO LOBATO, 63 anos, motorista, residente em Lisboa

1.ª Vamos eleger uma Assembleia Constituinte

2.ª A Constituinte é oara fazer leis que eles dizem que vão favorecer a massa trabalhadora. É isso que a gente quer e para que seja assim é que vamos todos votar.

JOAQUIM DIAS PEIXOTO, 43 anos, motorista, residente em Lisboa

1.ª Bem, espera-se que se vá eleger os novos representantes do Governo

2.ª A Assembleia Constituinte é formada por diversos elementos que farão as novas leis que governarão o País.

JOSE ANTUNES, 24 anos, funcionário dos CTT, residente em Lisboa

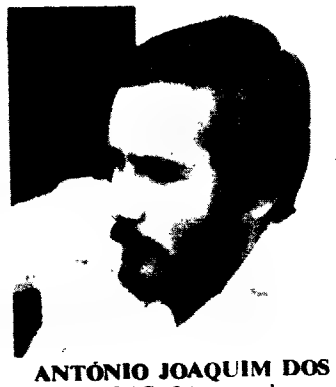
1.ª Tenho uma ideia do que se vai proceder

2.ª Também tenho uma ideia. Será a constituição de um novo Governo, neste caso através deste Governo.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA, 44 anos, empregado de escritório, residente em Benavente

1.ª Vamos eleger a mesa Constituinte

2.ª A Assembleia Constituinte é o conjunto de indivíduos que vão eleger as novas normas de governo do país.



ANTÓNIO JOAQUIM DOS REIS BOGAS, 24 anos, desempregado, residente em Lisboa.

1.ª Estas eleições são para eleger a Assembleia Constituinte.

2.ª A Assembleia Constituinte é composta pelos deputados que pelo menos deveriam defender os direitos do povo

AS CAMPANHAS ELEITORAIS

FSP

A Frente Socialista Popular nasceu de uma cisão do Partido Socialista. Vem na linha directa do Movimento Socialista Popular, grupo autónomo que se fundiria com o Partido Socialista na sequência do II Congresso desta organização política. Tem como secretário-geral Manuel Serra, um dos participantes no assalto ao quartel de Infantaria 3, em Beja na noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro de 1962, motivo por que foi condenado a dez anos de cadeia.

A participação da F.S.P. na campanha eleitoral ressentiu-se, naturalmente, do curto lapso de tempo decorrido desde a sua fundação assim como da ausência de apoios externos. Nem por isso deixou a F.S.P. de marcar uma presença actuante, graças, principalmente à singularidade de muitas das suas propostas para os diferentes problemas do povo português.

Um porta-voz do Gabinete de Imprensa da F.S.P. prestou-nos alguns esclarecimentos sobre a organização da sua campanha eleitoral.

Pelo que toca às reuniões de propaganda:

— Não organizamos comícios mas sim cerca de 50 sessões de esclarecimento diárias em todo o país num total de 1000.

Quanto ao financiamento da campanha:

—.O financiamento da campanha é exclusivamente feito através das contribuições dos membros do partido.

Depois de nos esclarecer que a organização e apresentação da propaganda na rádio e na TV é de exclusiva competência do Gabinete de Imprensa da F.S.P. acrescentou:

O processo eleitoral veio demonstrar que a visão da F.S.P. do processo eleitoral coincide com a das amplas camadas da classe trabalhadora, que acorrem às sessões da F.S.P. onde em diálogo franco e aberto se discutem todos os problemas do país e as soluções que propomos.

Pretendemos conhecer as dificuldades encontradas pela F.S.P. no decorrer da campanha eleitoral:

— As principais dificuldades encontradas durante a campanha provêm dos boicotes de que algumas das sessões da F.S.P. têm sido alvo por parte dos partido reaccionários, representantes da burguesia nacional e internacional; receiam o esclarecimento que levamos a cabo nas nossas sessões, porque todo o esclarecimento das classes trabalhadoras lhes é adverso e contrário aos seus intentos, tentam desesperadamente privar os trabalhadores da discussão dos seus próprios problemas, dando assim origem a uma nova forma de opressão sobre a classe operária, sobre a classe trabalhadora.

Pretendemos saber, em seguida, se os meios de informação do estrangeiro se interessaram pela campanha eleitoral da F.S.P..

— Mantiveram com a F.S.P. estreitas relações, tendo mesmo procedido à busca de diversos esclarecimento na sede do Partido, rua do Passadiço 86.

Como foi paga a campanha eleitoral da F.S.P., perguntámos depois:

— As despesas da F.S.P. durante a campanha eleitoral foram limitadas pelas posses dos nossos militantes, todos trabalhadores, pelo que foram reduzidas ao mínimo das necessidades vitais dos nossos camaradas.

Por fim inquirimos se a F.S.P. dispõe de secções para jovens, mulheres e trabalhadores:

— O apoio dado pelas diversas secções do Partido não é dado em termos nominalistas, mas sim integrado na luta que todos em comum, travamos. As mulheres e os jovens, os trabalhadores que somos todos, colaboramos em pé de igualdade, sem discriminações, no sentido de levar por diante o processo revolucionário de construção do socialismo em Portugal.

PCP

A presente campanha eleitoral tem permitido comprovar a eficácia e a extensão da organização do Partido Comunista Português. O seu corpo de funcionários e militantes sobreleva, de longe, o de qualquer outra força política do nosso país. Temperada na luta constante contra a crudelíssima acção repressiva da Política política fascista, a organização do Partido Comunista reforçou-se e ampliou-se enormemente depois do 25 de Abril.

Como é que o Partido Comunista preparou e organizou a campanha eleitoral? Respondeu-nos a sua Secção de Informação e Propaganda. Começaram por nos indicar o número de comícios previstos durante a campanha eleitoral:

. — Nos primeiros oito dias da campanha eleitoral realizaram-se mais de mil comícios e sessões de esclarecimento do nosso partido. Só nos dias 12 e 13 de Abril realizaram-se cerca de 400 comícios, festas e sessões de esclarecimento. Em pequenas povoações ou nas grandes cidades. Em simples palheiros ou nas praças públicas. Apenas com uma centena de pessoas ou com dezenas e dezenas de milhares. «Assim se vê a força do P. C.», a palavra de ordem que surgiu durante o comício realizado no Estádio 1.º de Maio, para apresentação dos candidatos de Lisboa e no qual estiveram presentes cerca de 100 000 pessoas, torna-se ainda mais real à medida que se efectuam por todo o País comícios, festas e sessões de esclarecimento do nosso Partido. Durante a campanha não andaremos longe da verdade calculando em mais de 3 mil os comícios e sessões de esclarecimento. A que se somam as grandes festas populares, como a que se realizou no dia 13 de Abril em Lisboa, com a presença de muitas e muitas dezenas de milhares de pessoas.

— Qual o volume e tipo de propaganda utilizado na campanha?

. — A Secção Central de Informação e Propaganda distribuiu por todo o País, três cartazes com fotografias, um cartaz com o símbolo do Partido (a foice e o martelo), quatro cartazes mais pequenos com palavras de ordem, dois cartazes de banda desenhada sobre o programa e a reforma agrária, faixas de papel para colar apelando ao voto, vários tipos de autocolantes, discursos proferidos em comícios e a proclamação eleitoral do partido, biografias dos candidatos, volantes reproduzindo os cartazes de banda desenhada, sacos de plástico e lenços, etc. O jornal «Avante» publica um suplemento diário sobre as eleições. As direcções regionais tomaram as mais diversas iniciativas, como edição de cartazes próprios, publicações, folhetos, pintura de inscrições e de painéis. Estamos convencidos de que a nossa propaganda chegou a cada um dos milhões de portugueses espalhados pelo País. A propaganda escrita, os comícios e as sessões de esclarecimento, as festas, os programas da rádio e da televisão, as caravanas e as excursões, ajudaram a formar a imagem real do nosso Partido, como grande partido de massas que é.

QUEM PAGOU A CAMPANHA

— Como é financiada a campanha?

. — A nossa campanha eleitoral foi financiada pela classe operária e pelas massas trabalhadoras, pelos camponeses, pelos pequenos comerciantes, pela juventude e pelos estudantes, pelos intelectuais, por toda a grande massa de amigos do nosso Partido.

A recolha de fundos fez-se por todo o País. Numerosos militantes contribuíram com um dia de salário, outros duplicaram as suas quotas. Grandes festas populares, como a de Lisboa, contribuíram para o financiamento da campanha. Esta exigiu pesados sacrifícios. Mas a consciência dos nossos militantes e dos nossos amigos permitiu superar muitas dificuldades. De resto, muito daquilo que noutros lados é pago, no nosso Partido foi feito gratuitamente pelos nossos militantes. Por exemplo, nas maquetas dos cartazes, a composição dos volantes, a colagem da propaganda.

— Quais os meios de transporte postos à disposição dos oradores e activistas?

. — Os oradores são, em geral, transportados por militantes e amigos do nosso Partido, dispondo de carros. Em certos casos, deslocam-se nas camionetas e nos comboios.

— Como foi organizada a propaganda na rádio e na televisão?

. — Os nossos programas da rádio e da televisão foram feitos com a ajuda de profissionais da rádio e da televisão, militantes do nosso Partido, que (depois das suas horas de trabalho) não pouparam esforços, trabalhando incansável e benevolamente para que fosse dada a imagem real do nosso Partido. Sem a ajuda desses militantes, sem o seu trabalho incansável, teríamos tido dificuldades. Com a sua ajuda essas dificuldades foram superadas.

Os programas foram elaborados por esses profissionais e por quadros do nosso Partido, destacados para o efeito. Nesses programas têm usado da palavra numerosos candidatos do nosso Partido, operários e camponeses, empregados e intelectuais, jovens e mulheres.

contrariamente ao que algumas pessoas, algumas forças, insinuam, não é um pacto para a ditadura é um pacto para a liberdade, e é um pacto para a revolução portuguesa». E acrescentaria «que, na prática, e nos factos, o MFA é, efectivamente, o motor e o garante do processo revolucionário».

:Quanto a Magalhães Godinho, defendeu as eleições, afirmando que «se todos nós, durante 48 anos de opressão sempre gritámos por liberdade e por eleições livres, não era agora que, ao fim de um ano de luta e de sacrifícios, atirávamos para trás das costas esse direito que tanto ambicionávamos. A importância das eleições resulta da livre escolha que o Povo pode fazer, a fim de poder ganhar, definitivamente, a sua independência do poder económico». (Dos jornais).

Nota: Veja-se, a este propósito, as declarações de Salgado Zenha na rúbrica «sobre a campanha e sobre as eleições».

SOBRE A CAMPANHA E SOBRE AS ELEIÇÕES

O PS encarou este período pré-eleitoral de uma maneira muito original: parecia querer provar que é um Partido muito forte. Desenvolveu uma campanha principalmente à base do tema «Socialismo sim, ditadura não», ou seja explorando o anticomunismo insuflado no Povo pelo fascismo.

Vejamos socorrendo-nos dos jornais diários:

— «Em face de tão vibrante manifestação fiquei com a certeza de que Vila Real é Socialista». — (Mário Soares)

— «Tito de Morais num brevíssimo improviso, deteve-se sobre «o acto eleitoral que vai realizar-se dentro de poucos dias».

Depois de haver afirmado que o Povo português «tem demonstrado um civismo, uma capacidade política em todas estas manifestações que desmente todos aqueles que vinham dizer que queriam adiar as eleições com o pretexto de que o Povo não sabia em quem votar: não tinha capacidade política para o fazer. O Povo tem desmentido esta afirmação». Tito de Morais afirmou que o P. S. não tem medo do Povo, por quanto «o Partido Socialista é a Partido do Povo».

— «Recordando que todos têm a consciência da responsabilidade que cabe a cada um ao votar. O orador disse:

«Nós todos sabemos que a constituição que vai ser escrita será a base em que vai assentar todo o progresso do nosso país. Precisamos de saber em quem votamos. Ter a certeza de que os deputados que forem eleitos de que o partido que for escolhido saberá cumprir a sua missão».

A terminar, Tito de Morais afirmou:

«O Partido Socialista diz a todo o Povo português — Socialismo sim, ditadura não», (palavras de ordem que outro partido já pronuncia), são palavras que pertencem ao Partido Socialista, isto é, «o nosso partido».

— «A abstenção é fascista», escreve o Secretariado da Zona Norte do Partido Socialista, num comunicado agora distribuído. E prossegue: «Há que intensificar as sessões de esclarecimento, os contactos a nível local, as campanhas de informação e apelo à concorrência às urnas. É preciso fazer sentir aos eleitores que votar é cumprir um dever de cidadania e de patriotismo; que votar é lutar, porque «o voto é a arma do Povo».

«Quanto ao voto em branco, o PS do Porto entende-lo como um «acto legítimo, ainda que não inteiramente positivo. Pode ser um voto de indecisão, mas é uma presença nas urnas. Mas «boletim em branco» só como último recurso, só se até ao derradeiro momento o eleitor não for capaz de conseguir superar ou vencer as suas inibições ou hesitações».

Nota: As afirmações seguintes dão outra imagem, quanto às eleições e ao processo revolucionário em curso. Atentemos nas últimas afirmações de Salgado Zenha:

— «Por isso não compreendemos como há certos partidos que dizem apoiar o MFA e o seu Programa (mas que afinal o atacam) e não querem eleições para a Assembleia Constituinte».

E a terminar: «O País começa a sentir certa ansiedade. Não se pode viver permanentemente em período revolucionário. Portugal tem que encontrar o caminho do «Socialismo em Liberdade»., na «Capital» de 10-4-75

Nota: O PS parece preconizar o fim do processo revolucionário. Quer ou não marcar prazos extraordinariamente curtos para a democratização e para a construção do Socialismo? Ao fim de um ano, após 48 anos de fascismo? Mas o PS assinou o Pacto MFA - Partidos que é para durante 3 a 5 anos...

Será isto esclarecer o eleitorado?

OUTROS TEMAS

Apenas seleccionamos dois exemplos, um dos quais é atribuído a Salgado Zenha. São sintomáticos.

Transcrevemos do Primeiro de Janeiro de 14-4-75.

«Acerca da aquisição de vinho por parte da Rússia, teve este comentário: 60 mil contos são bons, mas são muito melhores os 750 mil marcos que a Alemanha Federal parece inclinada a emprestar-nos».

Nota: Será que Salgado Zenha confunde mesmo uma venda, uma exportação com um empréstimo? Com um empréstimo ainda não acordado? Ficamos mesmo com dúvidas... E assim que se faz campanha eleitoral!

E este outro de Henrique Lourenço publicado no «Diário Popular» de 9-4-75:

«Não queremos estar subjugados por uma lei que subjugue o Povo português; queremos liberdade para todos e verdadeira democracia, porque achamos que foi um erro, um grande erro do MFA eliminar o MRPP e a AOC; queremos também dizer que não consideramos o MFA um deus-todo-poderoso, mas um movimento que libertou o Povo português, que está e deve estar sujeito à crítica: isto é liberdade e democracia».

Dispensa comentários!

Nota final: A não referência a outros temas abordados pelo PS durante a campanha não significa que não tenham sido efectivamente analisados muitos outros problemas (como o desemprego, a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, a unicidade sindical, a questão agrária, a educação, etc. etc.).

Importa ainda chamar a atenção para o facto de a festa-comício do dia 20 de Abril, em Lisboa, ter demonstrado o que já se sabia — que o PS é um partido forte efectiva e potencialmente. A sua actuação, porém, demonstra um desvio para a direita, como meio para satisfazer a grande maioria dos seus simpatizantes e aderentes.

Que fase já se teria atingido no processo revolucionário se as forças de esquerda se aliassem e traçassem uma plataforma comum? Mas o PS prefere falar em liberdades, parece, e conquistar votos.

MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA (MES)

FRENTE SOCIALISTA POPULAR (FSP)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (MDP/CDE)

Todos estes partidos preconizam soluções mais avançadas que o Partido Socialista. De uma maneira geral, trataram os problemas fundamentais do País. Dos três, o MES foi o único que não assinou o Pacto MFA - Partidos, sendo, porém, aquele que mais questões locais tratou nos seus comícios.

Não fugiram à regra do seu ataquezinho, de quando em vez, principalmente e defendendo-se dos ataques a eles dirigidos, mas não só. Neste domínio o MES distinguiu-se atacando frontalmente o PPD e o PS.

O MDP/CDE insistiu novamente na unidade e todos preconizaram o reforço da aliança Povo - MFA, tendo, no segundo período da sua campanha, apresentado algumas medidas concretas.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

Conduziu uma campanha destacando-se em aspectos de organização, realismo e não contradição. Apesar dos constantes ataques que lhe foram movidos por outros partidos à sua direita e à sua esquerda, distinguiram-se pela correcção de processos.

Atacou fortemente e explicou a não coerência da participação do PPD no Governo, preconizando a sua saída.

Levou a efeito uma constante análise dos problemas políticos e económicos fundamentais do País, traçando vias de acção futura.

Mais que conquistar votos, a sua acção foi dirigida ao esclarecimento do processo revolucionário português, à mobilização das massas para grandes tarefas que resolvam os problemas e conduzam a situação para a satisfação dos anseios das massas populares.

Visou ainda, não só desmascarar a falsidade dos ataques que sofreu, como também tirar o medo do comunismo que certas camadas menos politizadas ainda apresentam.

Todas as suas intervenções revelaram um conhecimento profundo dos problemas económicos e políticos das diferentes regiões.

É evidente que através de uma tal actuação também se conquistam aderentes e simpatizantes logo votos, mas, o resultado principal, terá sido a mobilização de mais vastas camadas da população em torno do processo revolucionário português.

O reforço da aliança Povo-MFA foi uma tónica constante de toda a campanha.

Transcrevemos, a seguir, partes de uma intervenção de Álvaro Cunhal em Santarém, que se nos afigura representativa:

«...O Partido Comunista Português é o partido da classe operária, é o partido dos trabalhadores é o partido da luta pela libertação da exploração capitalista. Mas merece que se diga também, que é o Partido da Liberdade.

«Na luta contra o Partido Comunista os fascistas, a reacção

«Estamos convencidos de que a maioria de vós é consciente e votará no P. P. D., o partido dos homens sérios, dos estudiosos, dos competentes, que juntadmente com o Conselho da Revolução fará do nosso País um país que não terá inveja dos países mais modernos e civilizados da Europa», em «Diário Popular» de 16/04/75

Comentário: Primeiramente ficamos a saber quem o P. P. D. considera que representa e, em seguida, o que se afirma na «caça ao voto»! E que de confiança e triunfalismo. Será isto esclarecer?

REFERÊNCIAS A OUTROS PARTIDOS

Declaração de princípios:

«Montalvão Machado, que falou a seguir, afirmou: 'O Partido Popular Democrático, nesta sua campanha eleitoral, não tem por objectivo atacar os outros partidos políticos. Não somos anticoisa nenhuma nem antininguém.», em «Diário Popular» de 9/4/75

Porém...

Cristóvão Norte disse em Vila Real de Santo António que «o PPD não tem satélites nem é satélite, o que não obsta a que siga a plataforma de entendimento com o MFA.», em «Século de 11/4/75; e José Manuel Ramos em Lisboa:

«Seguidamente, usou da palavra o candidato José Manuel Ramos que começou o seu discurso com as seguintes palavras.

«Neste país há quem abuse do que as palavras significam. Assim há quem fale em Estado amplamente democrático e defenda simultaneamente a suspensão das liberdades, a instauração de um partido único. Unicidade sindical e outras violações da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

«Dizem também esses democratas que o povo não se encontra preparado, que as eleições têm pouca importância ou mesmo que não se deveriam realizar. Cabe-me a mim perguntar face a estas afirmações que espécie de Estado democrático é esse, que espécie de democracia é essa sem liberdades, com partido único e sem eleições.

«Não é com certeza a democracia que foi prometida ao Povo português no 25 de Abril.

«Falta coragem a esses senhores para chamar às coisas o seu devido nome. Falta coragem para dizerem que o seu objectivo é instauração de uma ditadura burocrática para oprimir um povo.», em «República» de 7/4/75

Finalmente:

«Francisco Pinto Balsemão afirmou em Oeiras que os partidos políticos são culpados de muito do que sucedeu no desenrolar dos acontecimentos depois do 25 de Abril. 'Da busca inicial de uma unidade — que se revelou falsa e oportunista, na medida em que só funcionou quando servia o seu principal mentor, o Partido Comunista Português — passou-se rapidamente para as quizílias e para as guerras de campanário, para os ataques pessoais e para as acusações destemperadas, para as intrigas e para as falsas e logo traídas alianças», em «Capital» de 16/4/75.

Comentário: O sr. Montalvão Machado enganou-se totalmente...

O P. P. D. ataca, ataca, com o objectivo de captar votos junto das massas mais despolitizadas.

OUTROS TEMAS REFERIDOS COM MAIS FREQUÊNCIA

Censura, ditadura, e unicidade sindical:

Pacto com o M. F. A.:

«A comissão política do Pajtido Popular Democrático explica as razões porque aceitou o pacto constitucional, considerando que, entre as possíveis esta será a melhor solução 'para a construção da democracia pluralista em Portugal'. E proclama o seu firme propósito de continuar a trabalhar nos termos do programa do P. P. D. por uma ordem política democrática.» em «Diário de Lisboa» em 14/4/75

Educação e ensino, habitação e urbanismo, socialização da medicina (!), desemprego, investimentos estrangeiros, outros assuntos económicos:

Ouçamos Alfredo de Sousa «Diário de Lisboa» 12/4/75.

«Infelizmente não temos responsabilidades nas pastas da Economia, mas se isso acontecesse, outro galo cantaria», afirmou Alfredo de Sousa na sessão realizada ontem à noite na sede do P. P. D., no Rato».

A isto chama-se «falar às massas», mas continuemos com a mesma pessoa:

«A única medida anti-inflacionista é produzir mais» — afirmou ainda. «Não é elevar salários que, dada a subida do custo de vida, apunhalam os trabalhadores pelas costas, enquanto os chefes dos partidos, mentores dessa orientação por manobras políticas, nunca perderão a sua casa, o seu automóvel, as suas coisas» em «República) de 12/4/75.

Nota. O menos que se poderá dizer é que o sr. dr. Alfredo de Sousa estava a tentar captar votos de analfabetos completamente despolitizados. Este é a acção do P. P. D. no processo em curso, é assim que este partido esclarece o Povo.

Terminemos com o prof. Emídio Guerreiro:

«O prof. Emídio Guerreiro encerrou a série de discursos. Depois de afirmar que interessa transformar esta sociedade numa sociedade melhor, disse: «Para que dizer constantemente que temos de acabar com os ricos, quando seria melhor dizer que devemos acabar com os pobres?» Referiu-se à situação económica e sobre as divisas disse que estão a esgotar-se «e a breve tempo teremos de lançar mão das reservas de ouro, o que quer dizer que em breve estaremos numa bancarrota, a que o P. P. D. diz não».

«Não interessa — disse mais adiante — transferir a gerência dos bancos e das companhias de seguros das mãos dos gerentes ou dos donos para as mãos dos representantes do Estado, porque isso não é uma medida revolucionária. Urge que o povo entre nessa gestão, pois que tem uma palavra importante ea dizer».

Quanto à reforma agrária, disse que já devia ter sido feita. Declarou que se tem «de punir os responsaveis que mantiveram o nosso país durante tantos anos no estado em que o encontrámos», mas que «punição não quer dizer vingança, mas justiça». — em «Diário Popular» de 9-4-75

Nota geral: Triunfalismo exagerado e elevado número de contradições. Este partido «espera muito» das eleições para ver se se consegue recompor aos olhos da população. Propaganda eleitoral, somente, para a «caça ao voto»; afirmações graves e que mais comprometem este partido. Quase nenhumas referências à aliança Povo/M. F. A., como segredo da vitória da evolução do processo revolucionário em curso — sintomático.

Falta de uniformização na maneira de tratar os assuntos; a ausência forçada do «teórico» do partido (Sá Carneiro) parece ter-se feito sentir de maneira aguda.

Notam-se duas linhas de força dentro do Partido.

O P. P. D. não entrou na análise exaustiva dos problemas que levantou; genealidades e generalidades. Longe, porém, vai já no ataque a outros partidos, procurando «agarrar-se», dir-se-ia que desesperadamente, aos votos.

Não se compreende, efectivamente, o papel do P. P. D. no actual processo em curso.

PARTIDO SOCIALISTA (P. S.)

Também «jogou» muito nestas eleições, tendo analisado, predominantemente temas de carácter político.

ATAQUES A OUTROS PARTIDOS

O Partido Comunista foi um dos alvos principais da campanha do PS. Vejamos este exemplo relacionado de entre tantos possíveis.

«Dirigiu depois Armando Bacelar, um cerrado ataque ao Partido Comunista, embora declarasse que uma coisa era o Partido e outra o Comunismo, acusando-o de querer assumir a supremacia política e social do País ao pretendeer tomar conta, como vem acontecendo, das principais posições-chaves. O Partido Comunista deseja ser o manipulador da opinião pública e preconiza desde já uma nova PIDE e uma nova censura monolítica — afirmou — e nós não queremos mais nenhum fascismo, ainda que seja um fascismo vermelho, ... Considerou perfeitamente «idiota» a doutrina de que «a democracia se conquista avançando», conforme apregoam os comunistas, pois, segundo entende, só através de fases sucessivas e de planos e estudos bem elaborados se alcançará a Democracia».

«Mário Soares disse: — Quando certos partidos ou grupelhos dizem que o CDS, o PPD, o PDC e o PS são partidos da direita, perguntamos nós: será só o Partido Comunista o partido da esquerda?», em Primeiro de Janeiro de 14-4-75

Nota: É ou não a exploração de uma técnica muito antiga no nosso país? Será isto esclarecer sobre um partido da coligação governamental? Não será a «caça ao voto»?

PAPEL DO P.S.

«Se não houver Partido Socialista não haverá liberdades em Portugal» — Salgado Zenha em Braga.

Nota: Se o PS é, assim, o único defensor das liberdades qual a função do MFA? E se defende as liberdades não dá a liberdade a outros partidos de também as quererem defender?

Por outro lado, Mário Soares em Braga:

«O projecto do PS é também o projecto do MFA com o qual sempre tem colaborado com inteira lealdade sem quaisquer reservas mentais ou de duplicidades».

POR SUA VEZ:

«Manuel Alegre asseveraria então que a posição do Partido Socialista é clara: «O Partido Socialista está com a Revolução Portuguesa, está com o processo revolucionário, quer que o processo revolucionário avance». Por isso «o Partido Socialista assinou o Pacto proposto pelo Movimento das Forças Armadas», pois

res, dirigentes do nosso Partido, candidatos do P. C. P., deputados do povo.

Nuns casos melhor, noutros pior, cremos que esses programas estiveram à altura do que seria de exigir, que contribuíram para dar uma imagem verdadeira do que é o nosso Partido, partido dos trabalhadores e da resistência antifascista, partido da esperança e do futuro, grande partido nacional sem o qual não será possível construir o Portugal democrático a caminho dos socialismo por que anseia o nosso povo.

— A campanha está a corresponder àquilo que o Partido tinha previsto?

. — Naturalmente que desejaríamos ter feito melhor. Noutras circunstâncias, se não fora a tentativa de golpe contra-revolucionário do 11 de Março, a exigir a mobilização dos nossos militantes, teríamos tido uma mais longa preparação. Mas, por outro lado, aquela mobilização permitiu assestar mais um profundo golpe nas forças da reacção, permitiu que as eleições se pudessem realizar, criou novo ânimo nos nossos militantes. Parece-nos, pois, que, mesmo apesar de toda a nossa inexperiência em campanhas deste tipo, não teremos andado mal.

— Quais as dificuldades encontradas até agora na campanha?

. — A principal dificuldade resulta do facto de nem em toda a parte ela se ter podido realizar em condições verdadeiramente democráticas. Há regiões onde ainda não chegou o 25 de Abril, onde os fascistas e outros elementos reaccionários, mesmo elementos de partidos da coligação, organizam grupos de provocadores para impedirem pela força o exercício pelo nosso Partido da liberdade de reunião. É o que tem sucedido, por exemplo, em Trás-os-Montes, em Vimos facilmente. Lutaremos para que seja assegurado e respeitado o direito de reunião e associação, lutaremos para esclarecer o povo. Tudo fazemos para que sejam asseguradas as melhores condições de tranquilidade, de liberdade e de seu ou no Minho, onde camaradas nossos foram violentamente agredidos e impedidos de fazer sessões de esclarecimento. Mas nós não nos atemorizaseriedade do acto eleitoral.

Pretendemos conhecer a origem do Partido Comunista. Responderam-nos:

. — Segundo os estatutos do nosso Partido pode ser membro dele todo o que aceite o programa e os estatutos, milite numa das suas organizações e pague a quotização estabelecida. Os militantes são portanto activistas. E a composição social e etária do Partido apareceu reflectida no nosso último congresso, o sétimo, em que eram operários 51,5%, empregados 23,8%, mulheres 12,5%, intelectuais 12%, estudantes 5,4%, camponeses 2%. Do milhar de delegados presentes no congresso 45,6% tinha menos de 30 anos.

— Os meios de Informação estrangeiros têm-se interessado pela vossa campanha eleitoral?

. — Os meios de Informação estrangeiros mostram-se particularmente interessados com o que se passa no nosso país. A Imprensa democrática e progressista para saudar as vitórias alcançadas pelo nosso povo na sua luta contra a reacção. A Imprensa conservadora e reaccionária para mentir, desvirtuar o que se passa no nosso país, lançar as mais torpes calúnias contra o nosso partido, contra o M. F. A. e outras forças democráticas, muitas vezes servindo-se das declarações de alguns que, no nosso país, parecem mais interessados em lançar a confusão do que em servir a imagem da jovem democracia portuguesa. Não admira, pois, que os meios de Informação estrangeiros se manifestem interessados na campanha eleitoral: temos recebido dezenas de correspondentes estrangeiros.

SALÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS: 5 CONTOS POR MÊS

— De quantas sedes dispõe o Partido Comunista? Quanto ganham os funcionários?

. — Neste momento, o nosso Partido tem cerca de 300 centros de trabalho, espalhados por todo o País. O salário dos funcionários anda à volta de 5 contos, sem excepção, desde o funcionário ao secretário-geral do Partido. Como não há acumulação, os funcionários que desempenhem por indicação do partido cargos públicos, entregam os ordenados ao Partido e recebem em troca o nosso salário.

— O Partido Comunista dispõe de organizações especiais para trabalhadores, para jovens, para mulheres?

. — O nosso Partido não tem secções de trabalhadores. É ele mesmo o Partido dos trabalhadores, pelo que a maioria das suas células são integradas por operários industriais e assalariados rurais, por empregados, camponeses e intelectuais. A União da Juventude Comunista e a União dos Estudantes Comunistas, organizações autónomas da juventude trabalhadora e estudantil, surgem estreitamente ligadas ao nosso Partido. Como é natural, têm dado todo o seu apoio à nossa campanha eleitoral.

AUDIOVISUAIS

RÁDIO RENASCENÇA

Hoje

22.30 — F. E. C.; 22.40 — P. P. D.; 22.50 — P. S.; 23.00 — L. C. I.; 23.10 — M. D. P.; 23.20 — M. D. P.; 23.30 — M. E. S.; 23.40 — C. D. S.; 23.50 — M. D. P.

R. C. P.

Hoje

22.30 — P. U. P.; 22.40 — F. S. P.; 22.50 — P. P. M.; 23.00 — M. E. S.; 23.10 — F. E. C.; 23.20 — P. P. D. 23.30 — U. D. P.; 23.40 — L. C. I.; 23.50 — P. C. P.

TELEVISÃO

Depois da 2.ª edição do Telejornal. Temas e candidatos

P. P. M.
Eng. Luís Filipe Coimbra (Santarém)
José Luís Crespo de Carvalho (Viseu)

P. U. P.
António Freitas (Beja)
Galamba (Lisboa)

EMISSORA NACIONAL

Hoje

19.00 às 20.30 — P. P. M.; M. D. P.; C. D. S.; F. E. C.; P. P. D.; F. E. C.; P. U. P.; U. D. P.; P. P. M.

EMISSORESA ASSOCIADOS

22.15 às 23.45 — F. E. C.; P. C. P.; U. D. P.; M. D. P.; F. S. P.; L. C. I.; P. P. D.; C. D. S.; P. S.

DE FORA PARA DENTRO

CORRIERE DELLA SERA

«Ser militar hoje em Lisboa» é o título dum extenso artigo escrito por Bernardo Valli, no jornal italiano «Corriere della Sera». «No nosso século — escreve o jornalista — o leque dos militares europeus tem sido bastante amplo e variado: desde os burgueses com o monóculo do decadente Cacania de Francisco José aos franquistas que ofereciam os galões ensanguentados às Madonas de Sevilha e Toledo, passando pelos franceses de Argélia, que sonhavam apoderar-se dos deputados do Palácio Bourbon, e por aqueles, um pouco tétricos e sádicos da Grécia de Papadopoulos, temos visto de todos os tipos. Mas o modelo português, que assusta o Pentágono e embaraça o comando da N.A.T.O., é diferente de todos quantos se conhecem».

O jornalista encontra um paralelo da história arquitectónica para explicar estas diferenças: os militares portugueses de hoje estarão para os seus contemporâneos como o estilo manuelino — que «não é gótico, nem pré-barroco, nem renascentista» — estava para a arquitectura europeia do seu tempo. Os nossos militares sofreram «mais influências latino-americanas e africanas que europeias», «amadureceram e explodiram num vazio histórico que carregava atrás de si meio século de humilhante obscurantismo» e colheram na guerra em África a lição da história. Um militar que falou com o jornalista ter-lhe-á dito que a sua educação política começou em Angola por um manual do M.P.L.A. apanhado a um guerrilheiro. Amílcar Cabral e Agostinho Neto terão sido os mentores políticos destes homens, que só depois desses mestres viriam a conhecer «Che» Guevara e Marx. «Durante anos — conta um oficial aos jornalista — eu e a minha unidade de fuzileiros, em vez de dispararmos contra o inimigo, encontrávamo-nos com eles e discutíamos dias e dias na floresta. Quando regressávamos à base faziamos relatórios falsos». Referindo-se depois à entrada no Exército português de milicianos e camadas vindas de classes desprotegidas, o jornalista faz uma distinção entre os «puros» e os «impuros». Escreve: «O encontro entre os capitães de África e os estudantes e os prifissionais chamados às armas gerou uma bizarra mescla ainda hoje difícil de analisar. Os «puros», os oficiais de carreira, eram prisioneiros das suas experiências angolana e moçambicana, os «impuros», os complementares, eram mais sensíveis aos apelos da esquerda ocidental. Se os primeiros «guiam agora a revolução», os segundos dão um contributo relevante no que toca ao debate interno no seio das forças armadas. Mas não devem ser subvalorizados os elementos contra-revolucionários capazes ainda de criar surpresas à chilena.»

LA STAMPA

«A escassos dias das eleições, o anúncio de reformas tão profundas significa que as linhas de desenvolvimento desta revolução estão e estarão traçadas independentemente do resultado da prova eleitoral, seja qual for a maioria que sair das urnas depois do dia 25 de Abril» escreve Sandro Viola em «La Stampa», a propósito das últimas nacionalizações decretadas pelo Governo português.

E este o sentido político das nacionalizações, segundo o jornalista, que, no plano no ecnómicosocial, as interpreta como uma decidida caminhada na via socialista.

Arriba

FUNDADO POR JOSE ANTONIO PRIMO DE RIVERA

As nacionalizações decretadas na semana passada pelo Governo português «lançam as bases duma profunda revolução no sistema económico de Portugal», escreve Salvador Lopez de la Torre no jornal espanhol «Arriba». Depois de salientar o «escasso conteúdo económico» que a revolução portuguesa tinha tido até agora, o jornalista recorda que, com o 11 de Março, houve uma radicalização do processo. «Parece que todo o processo revolucionário sofreu uma aceleração manifesta depois desta data, que pode considerar-se uma data-chave para entender a actual história portuguesa», escreve o jornalista, acrescentando: «As franjas mais radicalizadas do M.F.A., as decisões de que ninguém se atrevia a falar há três meses, encontram agora uma formulação legal que não figurava em nenhum dos documentos constitutivos do Conselho da Revolução». Política e economicamente, o fracasso de Spínola «foi o detonador dum amplo processo revolucionário», diz o jornalista, comentando: «Nunca o fracasso dum homem terá servido tanto a quem o venceu».

Para o jornalista, o processo de socialização em Portugal converteu-se num facto irreversível: «com as nacionalizações de agora e com as que se anunciam de seguida, pode dizer-se que a parte essencial da propriedade dos meios de produção fica em poder do Estado». O jornalista entende que dois propósitos estão na base das nacionalizações: um, revolucionário, tendente a impor a via socialista, outro, de natureza prática, tendente a pôr ordem na economia portuguesa.

«Falando em termos muito simples, a verdade é que os proprietários da maioria das instalações industriais portuguesas possuiam os títulos de propriedade das suas empresas, mas era-lhes difícil, se não mesmo impossível (nalguns casos) exercer a direcção dos trabalhos», explica Lopez de la Torre. «Nacionalizam-se portanto» — continuou — «bens que na sua imensa maioria funcionavam em sistema de autogestão, dirigido, umas vezes, pela base dos sindicatos, sem ingerência visível dos dirigentes desses mesmos sindicatos, e outras, por simples comissões de empresas onde os grupos de esquerda, perfeitamente organizados, tinham sob o seu controlo todas as operações».

O jornalista termina, dizendo: «A nacionalização foi, além disso, uma racionalização das realidades. Mas estas realidades, sejamos sinceros, tinham já um carácter totalmente irreversível.»

Комсомольская правда

«Círculos ocidentais reaccionários procuram causar atritos nas relações entre a U.R.S.S. e Portugal», escreve o «Pravda», órgão do P.C. da União Soviética. Este comentário é originado pelos artigos publicados na Impresna ocidental, segundo os quais a U.R.S.S. estaria a proceder cautelosamente no seu apoio aos governantes portugueses, com receio de vir a deteriorar a política de desanuviamento com os E.U.A.

«Essas e outras insinuações são objecto de cálculo destinado a causar uma tensão nas boas relações entre Portugal e a U.R.S.S.», escreve o jornal.

O «Pravda» — em comentário escrito pelo seu correspondente em Lisboa e referido em telegramas da Reuter e A.N.I. — diz que a União Soviética não tem interferido nem pretende interferir nos assuntos internos e internacionais de Portugal, e muito menos pretende influenciar quaisquer dos partidos políticos portugueses».

A N.A.T.O. e jornais reaccionários do Ocidente são acusados pelo «Pravda» de estarem a tentar influenciar os eleitores portugueses, com gritos alarmistas sobre uma viragem para o totalitarismo em Portugal.

Finalmente, a «Pravda» diz: «Tudo isso são mentiras tendenciosas, tanto mais que nunca em toda a sua história o povo português gozou de liberdade como agora».

A meio da campanha eleitoral realizou um ou outro comício em aldeias e, na parte final, ensaia sessões em Aveiro, Guimarães, Arcos de Valdevez, Mondim de Basto, Viseu, etc.. Avaliando pelas notícias dos jornais, o CDS terá de explicar se no fundo não quer provocar distúrbios, pois sabe que o assalto à sede de Lisboa lhe valeu lucros. O que é isso de brigadas salazaristas?

Neste partido votarão os antigos da União Nacional e Acção Nacional Popular.

Pergunta-se: este partido que papel desempenha no processo revolucionário português?

Em tempo — numa comunicação eleitoral pela rádio — o C. D. S. defendeu-se dos ataques que lhe são dirigir por causa das ligações dos seus dirigentes a Marcelo Caetano, informando «ter-se tratado de trabalho técnico» e que havia mais três assistentes do ex-mandatário do capitalismo português e internacional que hoje estão no PPD (dois) e no PS (um)!

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO (P. P. D.)
SOBRE A CAMPANHA E SOBRE AS ELEIÇÕES

— A campanha eleitoral, para este partido, teve «dois objectivos fundamentais»: «permitir o esclarecimento dos portugueses acerca dos programas e propostas concretas de todos os partidos e anteceder umas eleições que vão permitir pela primeira vez a definição do peso absoluto e relativo dos partidos — Marcelo Rebelo de Sousa em encontro com jornalistas num restaurante para «substituir a conferência de Imprensa tradicional pela conversa informal».

«O P. P. D. tem consciência de ser um partido responsável. E quererá prestar ao Povo a prova da sua responsabilidade. Por isso, o P. P. D. propõe-se entrar na campanha eleitoral para apresentar, explicar e defender o programa que propõe ao Povo.» — «Diário Popular» de 2-4-75

«Referindo-se à consciencialização dos eleitores, o terceiro orador da tarde, Nuno Rodrigues dos Santos disse:

«A maioria dos cidadãos de um país, sobretudo nas condições actuais do nosso — não tem o mínimo de cultura nem dispõe do mínimo do tempo que seriam indispensáveis para se entregar com êxito à realização dessa tarefa e a desenvolver utilmente esse prodigioso esforço.

«Contentemo-nos a reclamar de cada um, o conhecimento mais ou menos pormenorizado do ideário do partido que o atrai e uma noção tanto quanto possível clara da posição assumida no campo das grandes opções, pelos partidos que repudia (...)»

Porém: «Vamos para as eleições em liberdade. E vamos para as eleições com a consciência do que valemos, com a certeza da larguíssima implantação que temos no Povo português. Vamos ganhar as eleições.» — «D. Popular» 9-4-75 (Montalvão Machado).

Enquanto sobre o voto em branco:

«Os portugueses não são mais burros que os outros: não votem em branco, ponham, no boletim, uma cruz à frente do partido que escolherem» — disse o dr. Alfredo Sousa a terminar a sessão realizada, ontem à noite, na sede do P. P. D., ao Rato.

E ainda: «Andámos todo o tempo a lutar por eleições livres, a pedir eleições livres, e nunca as tivemos. Agora, que as temos, anda-se para aí a dizer que votemos em branco; e dá-se uma roda de inconsciente a um país inteiro. Não pode ser, meus senhores. Vamos votar todos.» — Santos Silva em Avintes — «D. Popular» de 16-4-75.

Por sua vez Magalhães Mota nas Caldas da Rainha («Primeiro de Janeiro» de 14-4-75):

«Assinalou, noutro passo, que o Povo português tem agora «a consciência plena que é o momento para escolher.»

Comentário: Triunfalismo, eleitoralismo, contradições. Por um lado a maioria do Povo não tem o mínimo de cultura, mas por outro já sabe votar bem...

OPÇÕES QUE APRESENTAM

«P. P. D. lutará sempre, em primeiro lugar, por uma democracia pluralista para os portugueses; e só em segundo lugar reivindicará exercer, nessa democracia pluralista, um papel útil ao Povo: lutando por liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, paz e segurança.» — em comunicado publicado em 2-4-75

E, «o dr. Magalhães Mota referiu-se depois, pormenorizadamente, ao programa do P. P. D. dizendo, a propósito da social-democracia, que «é uma via que se caracteriza por aceitar a democracia pluralista em todos os níveis e luta democraticamente, dentro dela, pelas transformações da sociedade».

— A via social-democrata rejeita que seja necessário, ou sequer preferível, o recurso a revoluções e à supressão da democracia pluralista e das liberdades fundamentais do homem. (...) A este respeito temos de ser claros e não ter medo das palavras, nem das opções, ou se é a favor, ou a opção que resta é a da ditadura.» — em «A Capital» de 3-4-75

Por outro lado:

«Falou depois Jorge Roseira, da Juventude Social-Democrática: «A democracia social e cultural efectua-se com a eliminação das distinções de classe, de estado ou de função social, com livre acesso de todos à educação e à vida cultural da comunidade. Só desta forma é possível estabelecer a democracia e o socialismo. Para nós, socialismo e liberdade são duas realidades inseparáveis, e uma não pode existir sem que exista a outra.» — em «D. Popular» de 9-4-75.

Mas: **Castro Daire (onde o candidato Fernando Amaral considerou ser possível construir em Portugal uma sociedade nova e mais justa «sem revoluções e sem luta de classes»)** — em «D. Popular» de 16-4-75.

Contudo: «Ao propormos o socialismo democrático e humanista pela via pacífica e democrática, pois «não há respeito pela dignidade humana sem igualdade, liberdade e justiça». E logo após: «Por isso não queremos que toda a propriedade passe para o Estado. Queremos que essencialmente ela se distribua por todos os portugueses. Não queremos que do capitalismo privado se passe ao capitalismo de Estado. Queremos sim que o maior número possível de portugueses partilhe a riqueza e a propriedade de Portugal. Assim entendemos a democracia económica.» — por Alfredo de Sousa em Caselas («Diário de Lisboa», 9-4-75)

Finalmente:

«Assim, afirmou que o P. P. D. luta «por um Portugal politicamente livre, em que os portugueses possam reunir-se ou agrupar-se de acordo com as suas afinidades ideológicas e sem a ameaça constante de boicote físico ou da repressão administrativa; em que os portugueses possam livremente exprimir o seu pensamento, sem o temor de velhas ou novas censuras, sem o monolitismo de opinião característico dos regimes antidemocráticos». Acrescentou:

— Em luta por um Portugal politicamente livre (...) em que as massas trabalhadoras possam usar a arma essencial da greve e se possam associar em sindicatos tornados fortes pela unidade querida e não pela unicidade fabricada. Em que caiba aos portugueses — mas a todos pelo voto universal e secreto — eleger os seus governantes e controlar a sua actividade política a nível de junta de freguesia como a nível de município, da região ou do País. Em síntese, um Portugal que viva em democracia pluralista e preze a liberdade resgatada pelo 25 de Abril, não a deixando estiolar ou perecer às mãos de fáceis soluções de ditadura.

Marcelo Rebelo de Sousa referiu-se depois às opções económicas e sociais do P. P. D., já que aquele não é um partido «conservador ou neoliberal, que se satisfaça com uma igualdade aparente entre os portugueses, que se satisfaça com uma fachada mesmo politicamente lavada, de um capitalismo explorador e perpetuador de opressões.» — em «A Capital» de 3-4-75

Mas ainda:

«O candidato Bernardino da Costa Pereira foi o primeiro orador, que disse, em dado passo: «Os meios de pordução deverão servir os interesses dos trabalhadores, mas nunca servirem interesses partidários. Por isso, o Partido Popular Democrático preconiza a introdução da co-gestão e da co-propriedade nas empresas, co-gestão essa que, pela sua própria dinâmica, levará à autogestão numa sociedade socialista e democrática.» — em «D. Popular» 9-4-75.

Comentário: Novas contradições, como é evidente, estas muito graves. Propõe social-democracia, socialismo humanitário, o que não está de acordo com opção do M. F. A.

SOBRE O PAPEL DO PPD

«Por último, José Manuel Ramos falou sobre 'O papel do PPD no processo revolucionário.' Disse ele: 'O papel do PPD no processo revolucionário em curso é, como vai prová-lo o resultado eleitoral, que ele representa largas fracções da população, nomeadamente os pequenos e médios agricultores que representam 20 por cento da população, e que são fundamentais para o desenvolvimento do processo revolucionário. A participação do povo na construção do socialismo é fundamental e só pode ser feita a partir dos próprios partidos que o povo sente que os representam. Refiro-me, também, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, largas fracções de empregados, de pequena burguesia e de serviços que, tal como disse o Primeiro-Ministro, ontem, na sua conferência de Imprensa, são necessários ao processo revolucionário em curso», em «Século» de 10/04/75

Por sua vez, o prof. Emídio Guerreiro afirmou em Gondomar:

Verifica-se que os partidos que procuraram uma melhor adaptação à distribuição, por sexos, dos eleitores são a LCI e a FEC (m.l.), enquanto o PS e a FSP não levaram tanto em linha de conta esse facto. Quererá isto dizer que os partidos de extrema-esquerda parecem reservar à mulher uma participação mais activa nesta campanha, o que se afigura realista.

No que toca à repartição por categorias profissionais o quadro junto permite-nos avaliar das características dos diferentes candidatos e, portanto, dos partidos respectivos. A linguagem numérica é suficiente para tal fim, pelo que nos dispensamos de qualquer comentário.

CATEGORIAS	CDS	FEC	FSP	LCI	MDP/CDE	MES	PCP	PPD	PPM	PS	PUP	UDP	Total
Profissões intelectuais: professores de todos os graus de ensino	15	22	10	14	38	30	24	25	13	38	12	8	249
Escritores e artistas	0	0	4	0	2	0	5	0	6	5	0	2	24
Jornalistas	0	2	3	1	3	3	8	3	3	5	0	2	33
Médicos, juristas, engenheiros, arquitectos, economistas	36	3	19	6	68	31	34	89	32	75	2	2	397
Publicistas	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	4
Outros	5	2	5	3	9	4	5	2	3	3	1	0	42
Operários	19	75	33	21	20	50	81	12	4	29	46	77	467
Empregados: Funcionários Públicos, Bancários, Profissionais de Seguros, Escriturários, Desenhadores, Domésticas, Caixeiros, Vendedores	36	39	73	31	37	43	37	39	49	46	11	19	460
Outros	5	18	6	11	7	16	6	8	1	5	6	14	103
Agricultores	19	1	0	0	5	0	7	11	10	9	0	0	62
Pequenos Agricultores	5	5	1	2	7	3	8	2	3	0	0	4	40
Pescadores	2	2	0	0	1	0	4	1	0	1	0	1	12
Estivadores, Ferroviários	0	0	3	0	0	1	2	1	0	1	0	0	8
Domésticas	12	1	0	0	1	1	3	2	6	1	0	1	28
Estudantes	17	12	22	18	12	11	8	15	8	6	12	7	148
Industriais	6	0	0	0	7	0	2	5	2	1	0	0	23
Comerciantes, Pequenos Comerciantes, Agentes Comerciais	22	2	4	0	6	0	2	7	7	2	0	0	52
Proprietários	5	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	8
Gestor de Empresas	13	0	8	0	3	0	2	9	2	3	0	0	40
Oficiais da Força Aérea, Exército e Marinha Mercante	2	0	6	0	0	0	0	2	3	0	0	0	13
Reformados	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Padres	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	3
Diversos	17	7	9	8	18	15	6	7	15	14	8	25	149
Não Referenciados	10	0	0	2	1	1	1	6	7	1	3	0	32
N.º de candidatos apresentados	246	193	208	118	247	209	247	247	174	247	101	162	2399
N.º de círculos em que concorre	21	12	15	4	22	15	22	22	12	22	7	10	22

Nota: Este quadro apenas inclui os dados referentes ao continente e ilhas. Procurou-se, por outro lado uniformizar os critérios de classificação; na hipótese de erro, tal facto é absolutamente involuntái

A CAMPANHA ELEITORAL

Não procederemos à observação segundo o mesmo esquema, das características fundamentais da campanha de todos os partidos, se bem que procuremos ter sempre subjacente a óptica expressa nos capítulos anteriores deste escrito.

Assim:

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL (CDS)

O CDS conduziu a campanha tentando aproveitar ao máximo a televisão e a rádio. Não deu, como é hábito dizer-se, «a cara à luta», realizando comícios e sessões de esclarecimento. «Jogou» no aproveitamento das características do eleitorado; conhece bem o seu mercado (para este partido temos de usar a linguagem capitalista para haver uniformização...). Utilizou, na política, as regras do aproveitamente capitalístico das condições que permitem o máximo lucro (que é pequeno!) com o mínimo de risco. E de nada servem as desculpas dos ataques violentos que poderiam ser feitos às sessões de esclarecimento. O problema foi a ligação com o PDC (Partido Democrático Cristão) que foi suspenso. As amizades mostraram quem são efectivamente e o que de facto procuram: a exploração do Povo português. Daí que saibam que não mobilizam as massas; mas sabem igualmente que os votos do povo que irão conquistar, pela via do engano (poucos) estão fatalmente perdidos com o avanço do processo revolucionário nos campos e quando for levada a efeito uma acção intensa no domínio da educação e da cultura.

Apresentaram-se sempre, na TV e na rádio, com ar bem estudado, calmos, serenos, pacíficos, «lembrando» ao povo os perigos de posições progressistas... De um anticomunismo elevadíssimo!

Os partidos informam

Do sector de coordenação da Comissão Permanente do Conselho dos Leigos do Porto:

1.º) Saudamos a possibilidade de exercício do direito de voto universal para uma Assembleia Constituinte numas eleições verdadeiramente livres, após um longo período da história nacional em que as eleições não tinham qualquer significado como sufrágio livre popular;

2.º) O voto secreto e livre, além de um direito fundamental do cidadão, é um dever mínimo a que não deve furtar-se, consciente como tem que estar de que pela sua atitude se torna co-responsável pelo futuro do País;

3.º) E indesculpável nesta altura o uso do voto em branco, pois significa, para quem o usar, uma triste incapacidade de se decidir, e porque dessa atitude aproveitarão manifestamente certos partidos minoritários com o risco de as eleições não exprimirem uma real vontade popular;

4.º) Depois de cerca de um ano de esclarecimento cívico e político e de ampla campanha eleitoral é dever de todo o cidadão fazer uma escolha, e o cristão, dentro do pluralismo de opções, tem obrigação de discernir, de entre os partidos as ideologias que, declarada ou subjacentemente, são incompatíveis com uma visão evangélica do homem e do mundo;

«5.º) E, além do mais, incompatível com uma visão cristã a violência, a ditadura como regra, o desrespeito pela vida humana, o ódio e luta irremediável entre classes, como motor de toda a evolução econômica e social, a absorção total da pessoa em favor da organização política, a negação de direitos fundamentais da pessoa, como o direito de reunião e associação e à livre informação, a subversão constante da ordem e da lei democrática por golpes de força, etc.;

«6.º) A eleição de uma Assembleia Constituinte, que tenha capacidade livre para definir em Constituição Política as normas fundamentais de uma nova sociedade portuguesa (direitos fundamentais do cidadão, órgãos de soberania com definição do modo de designação e funções, organização política e social, etc.) é uma das expressões mais genuínas de uma autêntica democracia, e daí também a importância da eleição;

«7.º) Apesar de algumas regras essenciais da futura Constituição estarem já previamente definidas, sem possibilidade de alteração na futura Assembleia, continua a ser importantíssimo o exercício do voto para eleição dessa Assembleia, não só para que esta possa formular as normas ainda não previstas, como para que possa ser claramente conhecida a vontade política do Povo Português;

«8.º) Num sistema político democrático não é direito dos poderes constituídos interpretar essa vontade como mero jogo eleitoral, mero treino de democracia ou displicente amostragem da preparação política do povo, mas é seu dever respeitar essa vontade na construção do País;

9.º) Sendo um direito fundamental, o voto deve ser exercido por todos os cidadãos, em particular pelos cristãos, com espírito de tolerância, serenidade e reconciliação com todos os outros, conscientes como devem estar de que exercem um livre direito — dever cívico sem fanatismo partidário, mas em espírito de abertura para com as opiniões dos outros, no exercício daquela tolerância e busca de reconciliação entre todos os portugueses, que são notas actuais de um procedimento evangélico.

O M.D.P./C.D.E. E A DIGNIDADE DO ACTO ELEITORAL

Todos quantos lutaram contra a ditadura fascista de Salazar e Caetano sabem bem qual foi o efeito da mordaça da censura prévia imposta sobre a imprensa. Foi um dos factores que mais contribuiu para a hipocrisia generalizada, para o obscurantismo intelectual, para a despolitização do Povo Português. Todos lhe sentimos os efeitos ainda hoje. E durante muitos anos, todos continuaremos a sentir os efeitos da mordaça à liberdade de expressão. Especialmente os mais oprimidos que eram evidentemente aqueles que mais necessidade tinham de fazer ouvir a sua voz.

Não é exagero dizer-se que a instituição de censura prévia é imprensa durante quase 50 anos foi uma das maiores agressões cometidas sobre um direito humano em toda a história moderna.

Em face disto, é triste verificar que o Partido Popular Democrático (P.P.D.) não tenha tido o mais pequeno pudor em apresentar agora um candidato à Assembleia Constituinte que em Novembro de 1971, juntamente com mais oito dos seus colegas deputados-fantoches, sugeriu em plena Assembleia Nacional o prolongamento da censura prévia. Não se trata simplesmente de uma aprovação, trata-se de que o **dr. Mota Amaral foi um dos responsáveis por essa vergonhosa proposta porque foi um dos que a subscreveu.**

É duplamente triste que este homem ande por aí a alarmar toda a gente contra os perigos das ditaduras quando ele próprio, tomou a iniciativa de propor uma medida reaccionária e ditatorial que ajudou a manter algemado o Povo Português até ao dia 25 de Abril de 1974.

Dificilmente se encontrará atitude semelhante em matéria de hipocrisias.

Em face do que acima ficou exposto o MDP/CDE, na certeza de que cumpre um dever cívico e patriótico na denúncia desta situação que considera tão anormal como perigosa para a democracia portuguesa e com o espírito de vigilância popular que nos pedem os nossos governantes, expediu hoje para o Conselho Superior da Revolução o seguinte protesto, do qual **foram enviadas cópias** aos representantes dos partidos que consideramos em posição de, a nível nacional, denunciarem este grave caso.

Aos membros do Conselho da Revolução:

— O MDP/CDE considera da sua obrigação protestar junto dos membros do Conselho Superior da Revolução, na sua qualidade de supremos defensores da ordem democrática em Portugal, e convictos de que este protesto poderia ser subscrito por muitíssimas pessoas deste País, pelo facto de a lei eleitoral ter sido feita de modo a que um antigo deputado, guindado ao lugar através da maquinaria eleitoral da Acção Nacional Popular, o dr. João Bosco Soares da Mota Amaral, pudesse vir a ensombrar com a sua presença a Assembleia Constituinte, nascida da democracia.

— O assunto assume ainda uma maior gravidade pelo facto do citado ex-depudado do regime fascista ter sido um dos nove deputados que tiveram a baixeza de subscrever a Resolução que reconheceu a existência de actos subversivos no País e que foi aprovada na sessão da Assembleia Nacional de 18 de Novembro de 1971, tendo ainda acompanhado fielmente o regime fascista até à sua queda final, como íntimo e assíduo colaborador de Marcelo Caetano, sendo até considerado como seu porta-voz na Assembleia Nacional.

— No momento em que estão a ser saneados dos mais diversos lugares, muitas vezes pouco representativos, todos os indivíduos que fizeram parte das Comissões de Exame Prévio, informadores da ex-PIDE-DGS, etc., não se compreende a existência de uma lacuna tal que possa colocar à frente dos destinos desta Nação um dos indivíduos que, por estar na origem e manutenção das Comissões de Exame Prévio, vieram reforçar a posição repressiva desses serventuários do fascismo.

4 — Tomamos ainda a liberdade de salientar a falta de pudor do Partido Popular Democrático (PPD) que, em gesto de escárnio declarado ao Povo Português e à sua trágica despolitização, tem a ousadia de propor para candidato por este círculo um indivíduo com um tal curriculum.

A verificar-se a sua entrada na Assembleia Constituinte (como é de prever), dada a despolitização do Povo Português, particularmente neste distrito; será este um caso único na história das revoluções, que dará motivo ao gáudio justificado dos inimigos da nossa Pátria.

Ao tomar tal decisão, o Partido Popular Democrático (PPD), se mais provas ainda eram precisas, mostrou bem qual é o seu intuito; continuar a «renovação na continuidade», sabotando por dentro a democracia portuguesa.

VIVA PORTUGAL!
VIVA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS!
VIVA A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA PORTUGUESA!

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (MDP/CDE)

Comandante Almeida e Costa

Dr. Mateus Roque

Dr. Walter Guerreiro

STAP... STAP... STAP...

«A arquitectura das eleições foi totalmente elaborada pelo Secretariado Técnico de Assuntos Políticos, a nível de todo o País» — assim definiram os técnicos, o trabalho deste organismo ligado ao Ministério da Administração Interna e que entrou em funcionamento há cerca de cinco meses.

Na verdade o S.T.A.P. começou em forma embrionária por ser um Departamento eleitoral, destinado a criar uma estrutura base para as eleições. No entanto o âmbito deste secretariado foi-se estendendo à medida que surgiam novas questões, e se impunham dimensões que nem mesmo hoje podem ser limitadas numa qualquer definição.

O trabalho desenvolvido pelo Secretariado Técnico de Assuntos políticos começou com o recenseamento e vai até organismo de consulta, já frequentado por milhares de pessoas que ali procuram esclarecimento para todas as suas dúvidas sobre este acto que para a maior parte é completamente novo: as eleições.

Assim, desde redigir leis acessórias à eleitoral, passando por uma simples resposta a uma questão posta pelo telefone, toda uma série de trabalhos tem realizado esta equipa estreitamente unida de alguns técnicos, funcionários e trabalhadores-estudantes.

Segundo nos declarou o comandante Almeida e Costa «todo o trabalho até hoje desenvolvido deverá servir para uma análise crítica do processo eleitoral que nos permita revê-lo por necessidade urgente de reforma. É na verdade necessário torná-lo menos burocrático e menos dependente da participação popular. A verdade é que sem a participação popular e dos diversos partidos, teria sido extremamente difícil realizá-lo.»

COMEÇAR

O trabalho do S.T.A.P. começou com o informar das comissões de recenseamento das funções que lhe competiam no acto da inscrição do eleitor, competindo-lhe esclarecer também todas as dúvidas que surgissem na altura da inscrição.

Por outro lado fez parte das atribuições do S.T.A.P. a interpretação da lei eleitoral nos aspectos em que ela era mais dúbia, por sugestões que possibilitassem a desburocratização e por um trabalho de integração das lacunas da lei.

Todavia o trabalho deste secretariado que se prolongou pelas várias fases do processo eleitoral foi ainda de elaboração de novos decretos que rectificassem disposições legais já existentes criando legislação nova capaz de responder a uma grande variedade de problemas práticos que o recenseamento implicou.

«Através das dúvidas que nos punham ao longo de todo o processo eleitoral, muitas delas pertinentes, por inexistência de qualquer privisão legal que cobrisse a hipótese concreta apresentada, pudemos detectar os aspectos da lei eleitoral absolutamente desfasados das realidades, elaborando acto contínuo os diplomas legais, e bastantes foram, que de futuro regulariam tal matéria.» — afirmou o dr. Mateus Roque, técnico do S.T.A.P.

ESCLARECIMENTO PÚBLICO

Sobre o trabalho de esclarecimento público falou-nos o dr. Walter Guerreiro que começou por afirmar:

«O secretariado desenvolveu e desenvolve sessões de esclarecimento em contacto directo com o público no sentido de esclarecer todas as dúvidas que se levantam à execução das diferentes operações previstas na lei, bem como à solução de certas questões concretas que pela sua vastidão a lei não poderia prever.»

Ainda segundo informações deste técnico o secretariado na sua função de esclarecimento tem sido solicitado para responder a todas as questões suscitadas pela lei eleitoral embora algumas delas não sejam do seu foro mas sim da Comissão Nacional de Eleições, do Ministério da Comunicação Social ou mesmo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Contudo o S.T.A.P. desenvolveu uma actividade muito intensa e concentrada por razões que excedem o facto de constituir o único departamento especializado e que se filiaram em muitos casos na ausência de estruturas administrativas capazes, que ao nível de decisão, quer ao nível da circulação de informações, de modo a ser possível responder aos diversos problemas que ao nível de País se levantaram.

O FUTURO DO S.T.A.P.

Na opinião dos dois técnicos do secretariado «o S.T.A.P. ficou abalizado, no decurso desta experiência eleitoral e pela forma como as diversas fases decorreram por todo o País, a pronunciar-se acerca das diversas carências que a estrutura do nosso país apresenta a vários níveis e a projectar esquemas eleitorais mas rápidos e eficazes».

Também para o comandante Almeida e Costa, o futuro daquele secretariado é importante. Na sua visão de futuras funções, diz-nos:

«Entre outras coisas o S.T.A.P. deverá servir de órgão de consulta do ministro da Administração Interna em matéria de eleições e política interna. Por outro lado deverá apoiar em todos os domínios a realização de eleições tanto a nível nacional como local.»

Sobre este assunto esclarece-nos também que deve caber ao S.T.A.P. incentivar, através da organização de campanhas de esclarecimento e educação política, o aumento da consciência e participação política dos cidadãos.

Ainda para o futuro está nas atribuições deste secretariado promover estudos analíticos globais e sectoriais de diversos aspectos da vida nacional que interessem à apreciação e formulação da política interna.

O próximo trabalho do S.T.A.P. será o total apoio na contagem de votos em todo o País no próximo dia 25 de Abril.

de Maio de 74 e que sofreram uma desvalorização de mais de 22 por cento entre Janeiro de 74 e Janeiro de 75.

DIVISÃO POR SEXOS

Aproximadamente 55 por cento do eleitorado são mulheres.

Como caracterização sumária julgamos ser suficiente para retermos ideias claras. Se acrescentarmos a estes elementos os que derivam da observação dos indicadores que este Suplemento tem publicado por distrito, adquirir-se-à ainda uma visão mais correcta, pelo conhecimento das acentuadas desigualdades existentes entre os eleitores dos diferentes distritos. A herança deixada pelo fascismo, avaliada por esses elementos, exige de todos nós uma atenção muito particular e deverá estar sempre presente em todos os nossos actos. Daqui deriva a conveniência de as forças de esquerda ultrapassarem as diferenças ideológicas, mediante acordos, e delinearem uma estratégia de actuação coordenada com a finalidade de levarem à prática, em unidade com o MFA e com o povo, um programa de transformação das estruturas, de progresso económico e social de melhoria das condições de vida do Povo português. Tal não foi possível; tal não se verificou, apesar de apelos nesse sentido, desencadeados por parte do partido mais progressista representados no Governo. Há quem esteja mais preocupado em contar votos, em desencadear ataques a outras forças e em provocar discussões sobre conceitos teóricos. Outros, também não estão pura e simplesmente interessados; a opção de base do MFA é o socialismo e eles defendem a social-democracia ou regimes capitalistas, ambos tendo como «lógica» a exploração do trabalho por parte da burguesia. Mas com estes últimos as forças progressistas não querem acordos, antes se interrogam sobre qual a função que desempenham no conjunto das forças em presença e face aos objectivos definidos pelo MFA em identidade com os anseios das massas populares.

Considerando a evolução do processo revolucionário em curso, as características do eleitorado e o significado das actuais eleições, qual tem sido a actuação dos diferentes partidos que participam neste acto?

AS ELEIÇÕES E O SEU SIGNIFICADO

O processo revolucionário português, no aspecto global, apresenta uma evolução caracterizada por avanços progressivos e sistemáticos no sentido da construção de uma sociedade socialista. A própria direcção e objectivos da revolução têm vindo a ser definida no concreto da luta do dia-a-dia. Após o 11 de Março, e dada a nova correlação de forças estabelecida, vigorosos impulsos foram dados no sentido da clarificação de metas a atingir e dos meios tendentes à sua obtenção. É um processo rico em factos originais — e de entre eles a aliança Povo-MFA que é a de mais denso conteúdo — e as soluções encontradas têm-se saldado, de uma maneira geral, por importantes conquistas do Povo português.

Face a um programa que estabelecia a obrigatoriedade de realização de eleições num determinado prazo, e à necessidade de obstar a que manobras eleitoralistas e parlamentares pudessem vir a estabelecer situações de conflito político com os objectivos prosseguidos, o MFA levou à prática um Pacto com 7 partidos (PCP, PS, FSP, MDP/CDE, PPD, CDS e PPM), mediante o qual, durante 3 a 5 anos, se assegura não só o prosseguimento da acção do MFA na construção de uma sociedade socialista, como ainda a integração na Constituinte das conquistas já alcançadas.

Neste condicionalismo, as massas populares vêem, assim, e mais uma vez, defendidos os seus anseios, enquanto as medidas que estão sendo tomadas pelo Conselho Superior de Revolução e pelo Governo Provisório são, para além de uma prova da identidade e da força da aliança Povo-MFA, o garante de que a Constituição não representará um «passo atrás» na sequência do processo em curso. Deseja-se, sim, que a composição parlamentar permita também, por essa via, novos e vigorosos impulsos.

As eleições são assim um passo importante nesta dinâmica construtiva de uma sociedade nova e democrática, onde não venha a existir a exploração o homem pelo homem.

Importante, porque o Povo português teve, enfim, a oportunidade de viver uma campanha eleitoral livre (com excepção de algumas zonas do Norte) e vai ter a possibilidade de expressar um voto cuja contagem global não será falseada. Mas deve existir a consciência de que o MFA prosseguirá a sua acção para além das eleições, sem entraves internos menos progressistas ou mesmo reaccionários.

As eleições não são uma meta; são, outrossim, um aspecto importante do processo em curso. Interpretação contrária seria marcar factos demasiados curtos — um ano — à democratização de um país que viveu 48 anos de fascismo; seria, enfim, a própria negação dos efeitos de meio século de obscurantismo, de opressão e exploração das massas populares.

Enganados estão os partidos (será que estão, como já se referiu, ou apenas pretendem uma jogada oportunista?) que admitem «que os resultados destas eleições traduzirão a «carta política do País». Mesmo na hipótese teórica de o processo ter já atingido os seus objectivos com a situação existente, ter-se-ia agora um dado quadro político e daqui a três ou seis meses um outro bastante diferente.

Neste entendimento, **se afirma e preconiza o voto em branco** (riscando a lista com um traço em diagonal) **a todo aquele que não sabe em que partido votar ou que sente pode escolher de maneira diferente, passada uma semana ou um mês. Eleições livres são isso mesmo: consciência perfeita do acto que se pratica.**

É sistemático analisar quais as forças não interessadas neste procedimento. São aquelas que jogam no aproveitamento, à boa maneira capitalista, da falta de esclarecimento político por parte da nossa população. Até as cúpulas da organização católica vêm a terreiro pronunciar-se sobre este assunto!...

Vamos pôr efectivamente o barómetro a funcionar. Os resultados dar-nos-ão a ideia da dimensão das tarefas ainda a empreender para que cada vez mais amplas camadas da população venham engrossar a aliança Povo-M.F.A. venham dar um ainda maior impulso ao avanço do processo revolucionário português.

CANDIDATOS E CAMPANHA ELEITORAL

No quadro acabado de retratar, uma atitude se impunha às forças políticas que apresentam programas que de uma maneira mais ou menos aproximada, se identificam com a opção do MFA — o socialismo: debater os grandes problemas sentidos por todo o Povo português e esclarecer as populações no sentido de as ganhar para o processo revolucionário em curso e não para os seus partidos, numa óptica eleitoralista.

Essa a tarefa que, num ângulo progressista, se impunha. Terá sido o que aconteceu? Quanto a nós a resposta é negativa. Mas passemos à análise dos factos, à luz das considerações anteriores.

Ensaiar-se-à, ainda que brevemente, a caracterização dos traços mais fundamentais da campanha elitoral de alguns partidos.

QUEM CONCORRE ÀS ELEIÇÕES

Partidos

Participarão doze partidos: Partido Comunista Português (PCP), em 22 distritos; Centro Democrático Social (CDS), em 21 distritos e emigrantes; Frente Eleitoralista de Marxistas Leninistas (FEC-m.l.), em 12 distritos e emigrantes; Frente Socialista Popular (FSP), em 15 distritos; Liga Comunista Internacionalista (LCI), em quatro distritos; Movimento Democrático Português (MDP/CDE), em 22 distritos e emigrantes; Partido Socialista Português (PS), em 22 distritos e emigrantes; Movimento de Esquerda Socialista (MES), em 15 distritos; Partido Popular Democrático (PPD), em 22 distritos e emigrantes; Partido Popular Monárquico (PPM), em 12 distritos e emigrantes; Partido de Unidade Popular (PUP) em 7 distritos, e União Democrática Popular (UDP), em 10 distritos.

Candidatos

Para o preenchimento de 248 lugares reservados a deputados a eleger no Continente, nas Ilhas Adjacentes e pelos emigrantes foram indicados pelos doze partidos 2 405 candidatos, dos quais menos de 15 por cento são mulheres (lembramos que no eleitorado há cerca de 55 por cento de mulheres).

A distribuição das candidatas por partidos, em percentagem dos totais de candidatos respectivos, encontra-se registada em quadro junto.

DISTRIBUIÇÃO DOS CAMDIDATOS POR SEXOS (1)

PARTIDOS	CANDIDATAS	CANDIDATOS
C. D. S.	17%	83%
M. D. P./C. D. E.	13%	87%
P. S.	10%	90%
F. E. C. (m-l)	25%	75%
P. C. P.	12%	88%
M. E. S.	15%	85%
P. P. D.	15%	85%
P. U. P.	16%	84%
U. D. P.	15%	85%
F. S. P.	10%	90%
P. P. M.	14%	86%
L. C. I.	27%	73%
TOTAL	15%	85%

(1) As percentagens indicadas foram calculadas em relação do total de candidatos de cada partido.

Continuação da pág. 7

história no nosso País. Vejam-se os sucessivos golpes e a sabotagem económica permanente. Tentará novas acções, cada vez mais desesperada.

Partidos políticos — principalmente a partir de Janeiro (questão unicidade sindical) a situação política deteriora-se, no sentido da não unidade pelo progresso orientado para a satisfação dos anseios das massas populares e trabalhadoras. Já em 28 de Setembro se pressentia esta evolução.

Partidos houve e há que desde sempre procuraram um regresso a formas antigas — Partido do Progresso, Partido Liberal, Partido Federalista. — Ligeiramente mais amenizadas na forma, mas não no conteúdo, o CDS.

Partidos a defenderem regimes em vigor na Europa: PPD e PS: o primeiro com a «chapa» de social-democracia, o segundo com a fórmula do «socialismo em Liberdade», mas ambos contra formas mais avançadas de organização social e atacando o Partido Comunista; ambos, mais o CDS e os grupos de extrema esquerda, explorando a despolitização de parte do nosso povo, aproveitando de maneira eleitoralista os efeitos de 48 anos de fascismo, ao lançarem, enganadora e capciosamente, palavras de ordem do estilo de «socialismo sim, mas não em ditadura, mas não social-fascismo», etc., etc.. O PPD e o CDS vêem-se a braços com uma grave questão: estão àquem da opção política do MFA (o socialismo); qual o papel que lhes está reservado? Serem «travão»? Tal interessa efectivamente ao Povo português?

ACÇÃO DOS GOVERNOS PROVISÓRIOS

As contradições das classes representadas nos sucessivos Governos Provisórios terão constituído a razão fundamental por que, a esse nível, não se avançou decisivamente até à útlima remodelação ministerial. A não clarificação precisa de meios e objectivos por parte do poder militar era agravada e, quiçá mesmo, explorada pelos partidos menos progressistas representados no Governo.

Nova equipa e novos métodos de trabalho levaram o IV Governo Provisório a harmonizar a sua actuação com o MFA. Que tal atitude se verifique em todos os ministérios: dinamismo, acção e medidas progressistas.

A coerência com os objectivos de construção de uma verdadeira sociedade democrática a caminho do socialismo, demonstrada nas últimas medidas levadas à prática, na altura da campanha eleitoral, será mais factos a pesar na motivação e na aproximação de mais amplas camadas da população ao processo em curso.

AVANÇOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO MFA

No campo da descolonização:

Após 10 de Julho — afastamento de Palma Carlos e ligeira clarificação política subsequente.

Após 28 de Setembro — afastamento de Spínola e reforço do MFA.

Em 13 de Dezembro — prisão de alguns sabotadores da economia.

Em Janeiro — posição clara a favor da unicidade sindical.

Após 11 de Março — instituição do Conselho Superior da Revolução e medidas posteriores, principalmente a nacionalização da banca e dos seguros; ilegalização do MRPP e suspensão do PDC e AOC.

— definição clara da opção tomada: caminho para o socialismo.

— definição do Pacto com os Partidos Políticos. Havia que garantir que se não perderia pela via eleitoral, o que foi conquistado com tanta dificuldade na luta do dia-a-dia, no campo político e no económico.

— íntima ligação, desde sempre, aos anseios das massas populares.

— delimitação clara das vias para o socialismo que conduziu às medidas tomadas pelo Governo na semana de 14 a 19 de Abril: o processo revolucionário português adquire agora uma nova dinâmica.

Na sequência deste processo, cujos avanços mais significativos se estão dando no último mês e meio (não facilmente entendível por massas despolitizadas, sofrendo o desemprego e uma inflação a ritmos acelerados, mas que em 24 de Abril possuíam já, é certo, uma clara consciência antifascista), vão realizar-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

QUEM VAI VOTAR

Após esta resenha, desenhada muito esquematicamente, e que pretende pôr a claro que não se ganhou ainda, para o processo revolucionário, a totalidade do Povo português, vejamos as características dos eleitores.

Foi possível reunir, no mapa junto, um conjunto de elementos que, embora não rigorosos, nos dão uma ideia da composição quantitativa e qualificativa do eleitorado. Para este efeito, utilizaram-se diversas fontes, de entre as quais se destaca o recenseamento da população de 1970 e as estimativas existentes para 1973; os valores apresentados não representam a realidade com exactidão: traduzem ordens de grandeza que nos permitem avançar algumas conclusões.

Ressaltam-se a seguir os pontos principais a reter e que são consequência de 48 anos de fascismo (que alguns partidos «parecem» esquecer — esquecerão ou tentarão apenas utilizar eleitoralmente a seu favor?). Com efeito, os dirigentes do governo fascista podem derrubar-se num dia, mas a organização fascista demora anos a substituir, e para anular os seus efeitos necessitam-se décadas.

CARACTERIZAÇÃO DO ELEITORADO (1)

População:	8 564 200
Activos:	37%
Não activos:	63%
Eleitores:	6 172 437
Activos:	46%
Na agricultura:	16%
Desempregados:	4%
Domésticas (2)	36%
Proprietários:	2%
Reformados, aposentados e inválidos:	4%
Padres:	aprox. −0,1%
Outros:	−7,9%
Analfabetos com mais de 18 anos:	1 773 000
dos eleitores:	29%
População das freguesias não electrificadas (3):	aprox. 1 400 000
% da população total:	16%
P.N.B. por habitante (3):	aprox. 35 contos
% população activa com salário mensal de 3300$00:	aprox. 55%
Taxa de inflação	
De Janeiro de 74 a Janeiro de 75 (3):	aprox. 22%

(1) — Valores aproximados; a caracterização dos eleitores é baseada principalmente no censo da população e das estimativas elaboradas sobre este assunto
(2) — Terminologia utilizada nos censo da população
(3) — Só Continente

CATEGORIAS PROFISSIONAIS

Vão votar cerca de três milhões de activos, dos quais perto de um milhão ocupado na agricultura;

Vão votar cerca de dois milhões de «donas de casa»;

Vão votar cerca de duzentos e cinquenta mil reformados, aposentados e inválidos.

GRAUS DE INSTRUÇÃO

Irão votar cerca de um milhão e oitocentos mil analfabetos.

GRAUS DE DESENVOLVIMENTO

Depositarão o seu voto cerca de um milhão e quatrocentos mil portugueses habitando em freguesias que não possuem energia eléctrica;

Depositarão o seu voto mais de um milhão e quinhentos mil trabalhadores que têm 3 300$00 de salário mensal a partir

PONTO QUASE FINAL

As Constituintes eleitorado A campanha eleitoral

Um artigo de
VASCO CORREGEDOR DA FONSECA

SINTESE DA EVOLUÇÃO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

O Povo português foi privado de eleições livres nos 48 anos de vigência do regime fascista. Durante esse «longo túnel» de humilhação, exploração, opressão e embrutecimento, as forças democráticas sempre lutaram, neste particular, por condições que, no mínimo, assegurassem a verdade dos resultados reais desssas farsas, a que chamavam eleições.

Recenseamentos falseados; não possibilidade de vigilância de todo o acto eleitoral; censura feroz mesmo nos períodos de campanha; dificuldades, de toda a ordem na difusão dos princípios seguidos pelas listas oposicionistas; prisões de candidatos a deputados que não das chamadas União Nacional e ANP; mortos a votar; vivos impossibilitados arbitrariamente de o fazer; 15 igual a 44; 50 igual a 9, de tudo se servia a máquina salazarista e caetanista. Melhor, tudo utilizava a organização corporativa-monopolista-fascista imposta em Portugal.

Mas a história dos 48 anos da ditadura fascista engloba também, no País e nas colónias, a história dos movimentos de resistência, da acção de luta clandestina, de todo um processo de oposição em dificílimas condições, de todo um sofrimento surdo da população e da criação de um clima antifascista e antimonopolista muito intenso, história esta que teve como vanguarda uma força política organizada em cada zona: o Partido Comunista Português, no Continente; o PAIGC, na Guiné; a FRELIMO, em Moçambique e o MPLA em Angola.

Esta longa e penosa caminhada do Povo português veio desaguar no 25 de Abril. Como consequência do previsto no Programa do Movimento das Forças Armadas, vamos, enfim, viver uma experiência apenas já vivida entre nós por portugueses com mais de 70 anos — eleições não deliberadamente falseadas.

A adesão do Povo ao 25 de Abril veio dar razão àqueles que, antes e sempre lutaram por eleições livres, dado que com eleições sérias o regime muito antes teria caído.

Atentemos agora, ainda que muito resumidamente, na evolução registada após esta jornada libertadora de cinco povos.

Destacam-se as seguintes conclusões face aos grandes objectivos do Programa do MFA:

«Objectivo guerra colonial»

Não obstante as tentativas de travagem das forças de direita, ligadas aos grandes interesses do capitalismo imperialista internacional, delineou-se, a partir de Julho, uma clara linha de acção. Avançou-se, sem dúvida, mais rapidamente do que se aguardava em fins de Abril e Portugal pode orgulhar-se da maneira como todo o processo foi conduzido pelo MFA.

«Objectivo liberdades fundamentais».

Também neste domínio se avançou com mais ou menos clarificação até Janeiro, até à «questão da unicidade sindical». Desde então, as diferentes posições ideológicas de fundo ganham relevo e assiste-se a uma escalada não consentânea com os objectivos que todos deveriam prosseguir — a construção de uma sociedade democrática para substituir a organização fascista, cujo desmantelamento deveria ser prioritário.

«Objectivo estratégia antimonopolista»

Eis a área de menores (ou quase nulos) progressos até 14 de Março do corrente ano. Não foi traçada, até então, uma estratégia antimonopolista clara, ou ao menos eficiente. Falou-se muito em antimonopolista, antilatifundista, anticapitalista, anti, anti... Falou-se, pouco se praticou. A decisiva batalha na frente económica não fora iniciada até àquela data.

Havia um desfasamento entre o projecto político e o projecto económico: não estavam harmonizados. E porquê, perguntar-se-á? Resumidamente porque as contradições de classes não estavam sendo resolvidas a contento da classe explorada, das massas trabalhadoras; este facto, por sua vez, era originado numa indefinição resultante do peso que as forças mais conservadoras ou reaccionárias ainda possuiam no seio do MFA e do Governo Provisório. E o Programa de Política Económica e Social apenas surge após meses de trabalho preparatório. Era mais um compromisso que levava os trabalhadores a intensificarem a acção motora que lhes competia na condução da luta antimonopolista.

No que respeita às massas populares assistiu-se até 14 de Março:

Massas populares do interior do País — Com profundos anseios de sociedade justa. Em processo lento de consciencialização política. A despolitização, muito embora uma acentuada consciência antifascista, atingia em 24 de Abril elevados graus e os efeitos do fascismo eram (como ainda são) muito profundos. Para começar, e dada a falta de informação e explicação nesse sentido por parte de certos partidos, um anticomunismo acentuado em algumas zonas e uma menor compreensão do processo histórico que se vive. Em contrapartida, a identidade com o MFA e aliança Povo-MFA a alargar-se a cada vez mais extensas camadas da população. Anote-se a acção desenvolvida pelos trabalhadores e massas populares em geral no 28 de Setembro e no 11 de Março, nas manifestações de apoio às medidas tomadas no âmbito das nacionalizações, etc..

Massas trabalhadoras — consciência política em alto grau; correcta fixação de objectivos e métodos de actuação exemplares e que se deve em muito à acção coordenadora da Intersindical; intimamente unidos ao MFA; vanguarda e motor conjuntamente com o MFA. Em vigilância permanente, se bem que em certos períodos algumas forças as tentassem distrair para discussões estéreis.

Reacção — pequenos grupos de capitalistas comprometidos com o capitalismo internacional (não esqueçamos a «pressa» com que Nixon, então presidente dos E.U.A., veio visitar Spínola: não foi, de certo, para apoiar Portugal na construção de uma sociedade socialista...), tudo fazem para entravar o avanço da

Continua na pág. 10

MURAIS EM VEZ DE PAREDES

A hora zero da campanha eleitoral foi a da guerra dos cartazes. Quem cola mais e em menos tempo. No dia seguinte de manhã a cidade acordou envolvida em papéis coloridos e «slognas» eleitorais. Na baixa da cidade as paredes apareciam como um imenso mural onde, independentemente das expressões partidárias se observavam grandes manchas de côr.

Hoje para todos o espectáculo é comum, e para quem olhe atentamente essas colagens e sobrecolagens pode de repente surgir uma qualquer imagem inesperada ou uma frase irónia, fruto dessa indisciplina de cartazes.

Raramente se encontra um cartaz solitário, mas se isso acontece, também ninguém o identifica com mais ou menos atenção. Sobretudo o que ressalta à vista é esse conjunto de cartazes que significam toda uma primeira campanha eleitoral neste país e cujo resultado será certamente significativo, a falarmos em termos de propaganda dirigida.

Mas para deporem sobre o tema «cartazes eleitorais» convidámos hoje dois artistas gráficos e um pintor-professor das Belas-Artes: Sebastião Rodrigues, João Câmara Leme e Luís Filipe Abreu.

A colagem de cartazes na cidade e o aspecto gráfico imediato que deles ressalta foi início de depoimento.

Sebastião Rodrigues: Numa passagem rápida sobre as paredes onde indisciplinadamente se misturam os cartazes eleitorais dos diversos partidos, surge uma leitura altamente cativante e ao mesmo tempo é uma leitura subliminar. Eu acho isso sensacional e para mim transforma-se quase a nível de arte popular. Por fim o que fica é apenas um símbolo mais constante e uma ou outra palavra. No entanto o conjunto funciona extremamente bem.

Luís Filipe Abreu: Neste momento conta muito pouco a qualidade gráfica de cada solução de cartaz. O que conta sobretudo é o número. Daí a razão pela qual os partidos procuram afirmar pela repetição, as suas mensagens e as suas informações.

A qualidade de cada cartaz isolado, numa leitura de unidade, não é viável neste momento na cidade por razões de acumulação. Daqui concluirem-se duas coisas: primeiro, não conta a qualidade de cada um mas assume maior valor a repetição. Segundo e como consequência pode concluir-se que os partidos estão a utilizar material em excesso. Portanto poder-se-ia obter o mesmo efeito com uma distribuição hipoteticamente mais disciplinada e em que fosse acautelada a leitura do cartaz como unidade.

Quero acrescentar que isto não passa de uma hipótese que me não parece viavel dado o aspecto especial que a campanha assume neste momento, rompendo com os cânones de uma afixação disciplinada em que fossem acauteladas possibilidades idênticas para cada cartaz. Portanto esta afixação multiplicada por grande número de unidades que se sucedem constantemente e em que os gráficos anónimos de cada partido procuraram, sem todavia o conseguirem, variar as imagens produz apesar de tudo um espectáculo extremamente vivo e significativo da luta que entre si estabelecem.

Sebastião Rodrigues: Continuo a dizer que para além da qualidade, interessa essa leitura subliminar para a pessoa que a pé, de carro ou de eléctrico olha e mesmo no meio da confusão, fixa uma imagem, um número, uma palavra. O aspecto que dá à nossa cidade é sensacional e penso que deveria ser coberto como documento para ficar. Neste momento o que realmente interessa é esta alegria.

O CARTAZ FUNCIONA

A despeito da indisciplina constante e da multiplicidade de cartazes e temas, chega-se à conclusão que o cartaz funciona para a pessoa que o vê mais ou menos atentamente.

João Câmara Leme: As pessoas efectivamente não se apercebem do valor do cartaz em si, mas observa-se o aspecto plástico do conjunto que funciona como colagem com valor independente funcionando como um todo.

Sebastião Rodrigues: Há uma leitura de mural e aquilo funciona ficando dependente apenas da insistência do símbolo. Graficamente por exemplo, a foice e o martelo, tem uma leitura clara e imediata. Há uma identificação imediata.

PINTAR PAREDES

As pinturas nas paredes tecnicamente chamados de «grafittis» e também muito usadas pela cidade têm a sua função que pode completar a dos cartazes ou mesmo substitui-la. Mas ninguém melhor que os técnicos, pode falar disso.

João Câmara Leme: A par dos cartazes encontramos nos «grafittis» uma individualização que foi perdida nos cartazes e com isso, encontramos um sentido grande de oportunidade, humor e imaginação.

Luís Filipe Abreu: Os «grafittis» surgiram como uma primeira afirmação a suprir a falta inicial de material impresso, acompanhando agora com certa dose de individualização, a afixação maciça dos cartazes impressos. Sentimos por fim que eles pretendem ultrapassar uma reconhecida insuficiência de comunicação desses mesmos impressos.

João Câmara Leme: O amadorismo com que os cartazes foram colados, já não se sente no modo criterioso com que os «grafittis» são colocados. E pergunto a mim mesmo se a razão não será uma tradição de luta clandestina que durou estes 48 anos, por ser o único recurso do povo se afirmar politicamente.

Sebastião Rodrigues: Por mim não considero a colagem amadorística mas como intervenção popular. Por outro lado considero as inscrições que completam a função do cartaz como intervenção espontânea popular, independemente de esquemas estéticos sofisticados, e que por serem assim se afirmam.

O RESULTADO PARA QUEM FAZ E PARA QUEM VÊ

As possibilidades gráficas dos cartazes são inúmeras e tanto é que quase diariamente assistimos à presença de novos temas. As frases mudam, as cores também e para o transeunte habituado isso funciona ja quase como atitude inconsciente. Mas a verdade é que a função que cabe aos cartazes está a ser cumprida.

Luís Filipe Abreu: É patente a importância da imagem como meio de comunicação. Pode mesmo observar-se uma progressiva redução de texto em favor da imagem. Há que reconhecer porém que nem sempre os gráficos tiveram imaginação e poder criativo para conseguirem afirmar de maneira clara e evidente, essas imagens.

Embora a análise da qualidade plástica de cada cartaz esteja ainda por fazer e embora se reconheçam tentativas de certos partidos diversificarem as imagens habituais, continuo a achar que as possibilidades de uma comunicação eficiente estão muito longe de estarem esgotadas.

João Câmara Leme: Na minha opinião, apesar do baixo nível gráfico dos cartazes, apesar da falta de critério de afixação acho importantíssimo que se tenha conseguido o fim que no actual momento político interessa. Com esta campanha o povo não poderá ficar indiferente e irá sem dúvida às urnas que ao fim e ao cabo é o objectivo desta campanha de comunicação.

Luís Filipe Abreu: Estou absolutamente de acordo com o que disse o Câmara Leme quanto à mobilização que se pretendia com a campanha e para a qual considero que o cartaz muito contribuiu.

Sebastião Rodrigues: Apenas para reforçar, creio que essa mobilização se conseguiu porque a elaboração dos cartazes e a sua fixação fugiu a todos os esquemas tradicionais. Tornou-se uma coisa viva e participante.